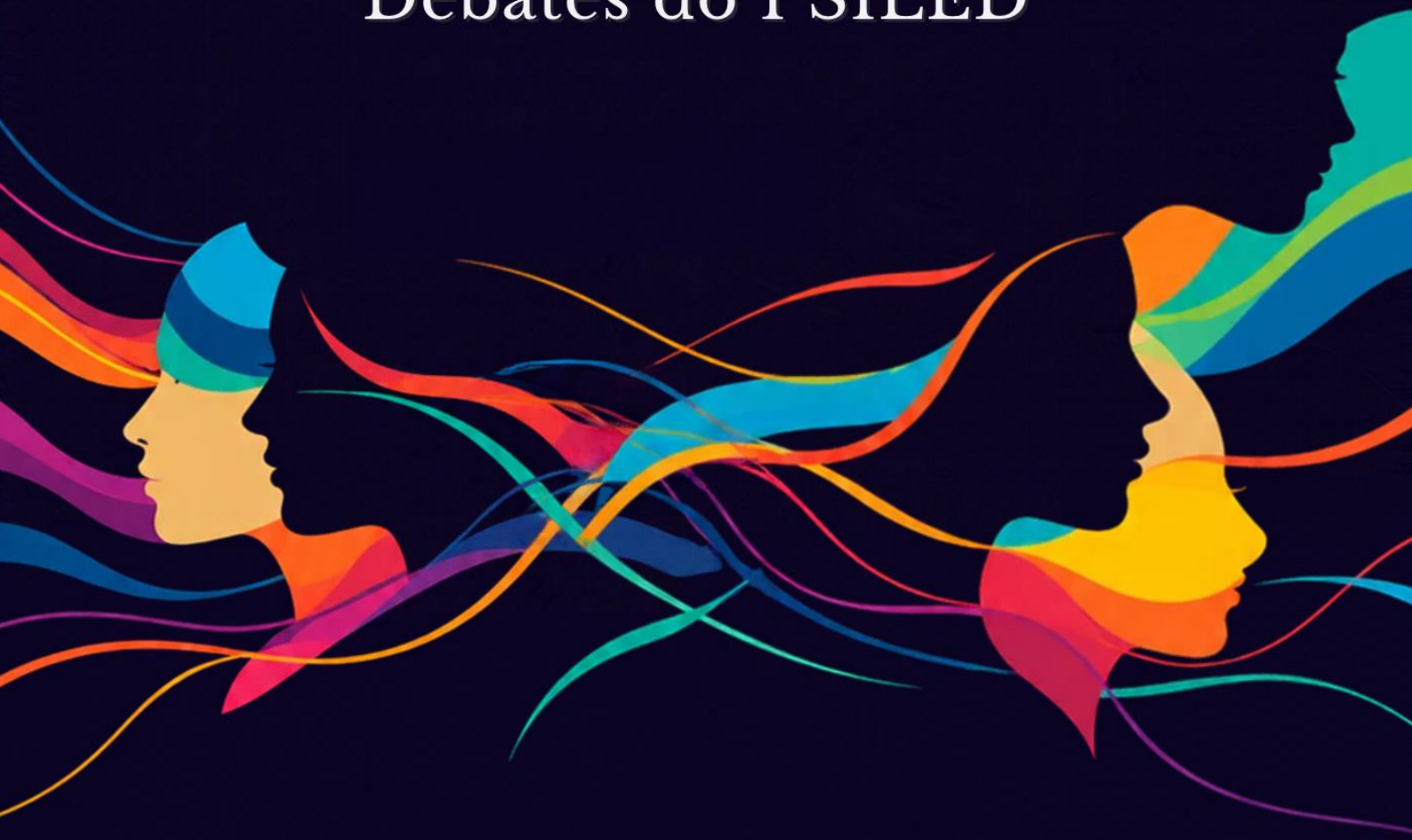
LITERATURA, LINGUAGENS E (In)visibilidades

Debates do I SILED



Organizador: **Marcelo Spitzner**

thesis editora científica

2026 - Thesis Editora Científica
Copyright © Thesis Editora Científica.
Copyright do texto © 2026 Organização e autores.
Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica
Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pela Organização e autores.
Open access publication by Thesis Editora Científica.
Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira.
Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Ed. Cien., Organização e autores.
Revisão: Organização e autores.

Licença Creative Commons
Literatura, Linguagens e (In)visibilidades - debates do I SILED da Thesis Editora Científica está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Thesis Editora Científica. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

O manuscrito foi previamente submetido à avaliação cega pelos pares (*blind peer review*), membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovado para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

ISBN: 978-65-83199-90-4

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Felipe Cardoso Rodrigues Vieira – lattes.cnpq.br/9585477678289843
Adilson Tadeu Basquerote Silva – lattes.cnpq.br/8318350738705473
Andréia Barcellos Teixeira Macedo – lattes.cnpq.br/1637177044438320
Eliana Napoleão Cozendey da Silva – lattes.cnpq.br/2784584976313535
Rodolfo Ritchelle Lima dos Santos – lattes.cnpq.br/8295495634814963
Luís Carlos Ribeiro Alves – lattes.cnpq.br/9634019972654177
João Vitor Andrade – lattes.cnpq.br/1079560019523176
Bruna Aparecida Lisboa – lattes.cnpq.br/1321523568431354
Júlio César Coelho do Nascimento – lattes.cnpq.br/7514376995749628
Ana Paula Cordeiro Chaves – lattes.cnpq.br/4006977507638703
Stanley Keynes Duarte dos Santos – lattes.cnpq.br/3992636884325637
Brena Silva dos Santos – lattes.cnpq.br/8427724475551636
Jessica da Silva Campos – lattes.cnpq.br/7849599391816074
Milena Cordeiro de Freitas – lattes.cnpq.br/5913862860839738
Thiago Alves Xavier dos Santos – lattes.cnpq.br/4830258002967482
Clarice Bezerra – lattes.cnpq.br/8568045874935183
Bianca Thaís Silva do Nascimento – lattes.cnpq.br/4437575769985694
Ana Claudia Rodrigues da Silva – lattes.cnpq.br/6594386344012975
Francisco Ronner Andrade da Silva – lattes.cnpq.br/5014107373013731
Maria Isabel de Vasconcelos Mavignier Neta – lattes.cnpq.br/8440258181190366
Anita de Souza Silva – lattes.cnpq.br/9954744050650291
Sara Milena Gois Santos – lattes.cnpq.br/6669488863792604
Leônidas Luiz Rubiano de Assunção – lattes.cnpq.br/4636315219294766
Jose Henrique de Lacerda Furtado – lattes.cnpq.br/8839359674024233
Noeme Madeira Moura Fé Soares – lattes.cnpq.br/7107491370408847
Luciene Rodrigues Barbosa – lattes.cnpq.br/2146096901386355
Mário Cézar de Oliveira – lattes.cnpq.br/8924508898024445
Antonio da Costa Cardoso Neto – lattes.cnpq.br/9036328153320126
Elisabete Soares de Santana – lattes.cnpq.br/1149505575311414
Thiago Santos Borges – lattes.cnpq.br/4495115911159968
Alessandra Souza dos Santos – lattes.cnpq.br/5313671194713784
Mateus Henrique Dias Guimarães – lattes.cnpq.br/7137001589681910
Emelyn Glorys Herasme Henríquez – lattes.cnpq.br/7314295633439757
George Luiz Néris Caetano – lattes.cnpq.br/0598052051026256

COMISSÃO CIENTÍFICA E EDITORIAL

Cíntia Acosta Kütter - http://lattes.cnpq.br/9202260735566342
Dayana Viviany Silva de Souza Russo - http://lattes.cnpq.br/5624228795649986
Jefferson Luís da Silva Cardoso - http://lattes.cnpq.br/0329641289741578
Irisneia Brito e Silva - http://lattes.cnpq.br/6687814191507348
Nelson Ferreira Marques Júnior - http://lattes.cnpq.br/8480751886376403
Renata Gonçalves Gomes - http://lattes.cnpq.br/0103198573166011
Sindy Rayane de Souza Ferreira Mendes - http://lattes.cnpq.br/7918893509994784
Valéria de Paula Ribeiro Ferreira - http://lattes.cnpq.br/1346292292372804

2026 - Thesis Editora Científica
Copyright © Thesis Editora Científica.
Copyright do texto © 2026 Organização e autores.
Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica
Direitos para esta edição cedidos à Thesis Ed. Cien. pela Organização e autores.
Open access publication by Thesis Editora Científica.
Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira.
Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Ed. Cien., Organização e autores.
Revisão: Organização e autores.

Catalogação na Publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

L776

Literatura, linguagens e (in)visibilidades: debates do I SILED / Organização e apresentação de Marcelo Spitzner; Posfácio de Carlos Alberto Correia, Bianca Dorothea Batista. – Teresina-PI: Thesis Editora Científica, 2026.

Autores: Adriele Oliveira de Sousa, Ana Lígia Rodrigues Drago, Anderson Pinto Soares, Angela Teodoro Grillo, Asley di Luca da Silva Vieira, Bianca Dorothéa Batista, Brayna Conceição dos Santos Cardoso, Camilly Victória dos Santos Pais, Carlos Alberto Correia, Cristal Ferreira de Moura, Eduardo Venicios Lima Pontes, Eliene da Silva Alves, Isabela Prestes Ferreira, Jomson Teixeira da Silva Valoz, Joyce Baia e Baia, Juliete Antônia Figueiredo da Mata, Kelly Nazaré Ribeiro Passos, Marcelo Spitzner, Marco Antonio Chandía Araya, Maria Elieni Cardoso de André, Maria Glafira da Costa Rodrigues, Maria Luísa de Souza Nunes, Rayssa Lorrana Silva Lemos, Sóstenes Ericson Vicente da Silva, Valci Vieira dos Santos, Vanessa Rodrigues dos Santos, Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira.

Livro em PDF

ISBN 978-65-83199-90-4

1. Estudos literários. 2. Linguagem. I. Spitzner, Marcelo (Organização e Apresentação). II. Correia, Carlos Alberto (Posfácio). III. Batista, Bianca Dorothea (Posfácio). IV. Título.

CDD 801

Índice para catálogo sistemático
I. Estudos literários

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br

SUMÁRIO

DAS MARGENS AO CENTRO: 9

Literatura, Linguagens e as Múltiplas Faces da Diferença no I SILED

Marcelo Spitzner - UFRA

CAPÍTULO 1 20

REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM “A BELA E A FERA” E SUAS RELAÇÕES COM O FEMINISMO NA LITERATURA

Maria Elieni Cardoso de André – UFPA

Eliene da Silva Alves – UFPA

Marco Antonio Chandía Araya – UFPA

CAPÍTULO 2 30

ESCRITA NEGRA:

Um Estudo da Representação da Invisibilidade do Trabalho Materno em *Quarto De Despejo* (1960) de Carolina Maria de Jesus

Isabela Prestes Ferreira – UFRA

Maria Glafira da Costa Rodrigues – UFRA

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira – UFRA

CAPÍTULO 3 39

O ESTUDO DE DUAS IMAGENS DA MULHER NEGRA NA POESIA FINISSECULAR BRASILEIRA

Ana Lígia Rodrigues Drago – UFPA

Angela Teodoro Grillo – UFPA

CAPÍTULO 4 51

A RELIGIOSIDADE COMO FERRAMENTA DE OPRESSÃO NA OBRA *HIBISCO ROXO*, DE CHIMAMANDA ADICHIE

Kelly Nazaré Ribeiro Passos – UFRA

Marcelo Spitzner – UFRA

CAPÍTULO 5 58

LITERATURA E INVISIBILIDADES DA COMUNIDADE LGBTQIPAN+:

Lesbianidade de Cassandra Rios

Cristal Ferreira de Moura – UFRA

Eduardo Venicios Lima Pontes – UFRA

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira – UFRA

CAPÍTULO 6 67

“EU LUTO! EU SOBREVIVO! EU RESISTO! EU EXISTO!”:

corpos trans e a literatura vaga-lume em Antologia trans – 30 poetas trans, travestis e não-binários

Anderson Pinto Soares – UNEB

CAPÍTULO 7 81

A LUTA PELA VISIBILIDADE DA POTÊNCIA DAS MULHERES:

diálogos sobre Lesbianidades Plurais e o Feminismo na relação escolar

Eliene da Silva Alves – UFPA

Maria Elieni Cardoso de André – UFPA

Brayna Conceição dos Santos Cardoso – UFPA

CAPÍTULO 8 100

DISCURSO, GÊNERO E CORPO:

efeitos de sentido no discurso sobre pessoas transexuais na rede social digital *Instagram*

Jomson Teixeira da Silva Valoz – UPE/UFAL

Sóstenes Ericson Vicente da Silva – UFAL

CAPÍTULO 9 112

LITERATURA AFROBRASILEIRA:

uma leitura do poema *Crianças Negras* de Cruz e Sousa

Camilly Victória dos Santos Pais – UFRA

Joyce Baia e Baia – UFRA

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira – UFRA

CAPÍTULO 10 123

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA FEMININA NAS OBRAS *UM DEFEITO DE COR* E *INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES*

Vanessa Rodrigues dos Santos – UNEB

Valci Vieira dos Santos – UNEB

CAPÍTULO 11 138

RACISMO E OBJETIFICAÇÃO DE CORPOS NEGROS EM *OLHOS D'ÁGUA,* DE CONCEIÇÃO EVARISTO *E O AVESSO DA PELE*, DE JEFERSON TENÓRIO

Maria Luísa de Souza Nunes – UNEB

Valci Vieira dos Santos – UNEB

CAPÍTULO 12 152

RESISTÊNCIA ATRAVÉS DAS PALAVRAS EM *O AVESSO DA PELE*, DE JEFERSON TENÓRIO

Adriele Oliveira de Sousa – UFRA

Marcelo Spitzner – UFRA

CAPÍTULO 13 162

QUANDO O CORPO ESCREVE:
Marabaixo, memória e escrevivência
Rayssa Lorrana Silva Lemos – UFFS
Asley di Luca da Silva Vieira – UFFS
CAPÍTULO 14 175
(RE)PENSAR A TRADIÇÃO LITERÁRIA:
a palavra indígena e o currículo de Minas Gerais
Juliete Antônia Figueiredo da Mata – UEMG
DA INVISIBILIDADE À REEXISTÊNCIA: 193
O Direito à Literatura e as Vozes Dissidentes como condição humana – Posfácio
Carlos Alberto Correia (UFRA/GELICS)
Bianca Dorothea Batista (UFRA/GELICS)
SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS 198

DAS MARGENS AO CENTRO:

Literatura, Linguagens e as Múltiplas Faces da Diferença no I SILED

Marcelo Spitzner - UFRA

Resumo:

O presente artigo analisa o volume Literatura, Linguagens e (In)visibilidades – debates do I SILED, e-book resultante do I Simpósio em (In)visibilidades, Literatura, Educação e Diversidade (Ufra/Campus Tomé-Açu). O objetivo principal é examinar de que modo os 14 capítulos que compõem a obra tensionam as representações literárias, educacionais e discursivas a partir de marcadores intersectionais como raça, gênero, classe, sexualidade, ancestralidade e territorialidade. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, teórico e analítico-descritivo, articulando aportes dos Estudos Culturais, da Análise do Discurso e das Teorias Pós-coloniais e Queer. A fundamentação teórica sustenta-se nas contribuições de José Luiz Fiorin, Nei Lopes, Grada Kilomba, Judith Butler e Conceição Evaristo. Os resultados revelam que a obra opera como um gesto político-epistemológico capaz de rasurar as matrizes hegemônicas e a "Poesia do Senhor de Engenho", propondo a literatura e a linguagem não apenas como objetos estéticos, mas como territórios vivos de reexistência, contra-poder e descolonização dos saberes.

Palavras-chave: Literatura Contemporânea; Linguagem e Política; Escrevivência; Invisibilidade Discursiva; I SILED.

Resumen:

El presente artículo analiza el volumen Literatura, Lenguajes e (In)visibilidades – debates del I SILED, libro electrónico surgido del I Simposio sobre (In)visibilidades, Literatura, Educación y Diversidad (Ufra/Campus Tomé-Açu). El objetivo principal es examinar de qué manera los 14 capítulos que integran la obra tensionan las representaciones literarias, educativas y discursivas a partir de marcadores interseccionales como raza, género, clase, sexualidad, ancestralidad y territorialidad. Metodológicamente, se adopta un enfoque cualitativo de carácter bibliográfico, teórico y analítico-descriptivo, articulando aportes de los Estudios Culturales, el Análisis del Discurso y las Teorías Poscoloniales y Queer. La fundamentación teórica se apoya en las contribuciones de José Luiz Fiorin, Nei Lopes, Grada Kilomba, Judith Butler y Conceição Evaristo. Los resultados revelan que la obra opera como un gesto político-epistemológico capaz de fisurar las matrices hegemónicas, proponiendo la literatura y el lenguaje no solo como objetos estéticos, sino como territorios vivos de reexistencia, contrapoder y descolonialidad del saber.

Palabras clave: Literatura Contemporánea; Lenguaje y Política; Escrevivência; Invisibilidad Discursiva; I SILED.

Abstract:

This paper reviews the volume Literature, Languages, and (In)visibilities – debates from the I SILED, an e-book resulting from the I Symposium on (In)visibilities, Literature, Education, and Diversity (Ufra/Tomé-Açu Campus). The primary objective is to examine how the 14 chapters comprising the work strain literary, educational, and discursive representations based on intersectional markers such as race, gender, class, sexuality, ancestry, and territoriality. Methodologically, a qualitative, bibliographic, and analytical-descriptive approach is adopted, drawing on Cultural Studies, Discourse Analysis, and Postcolonial and Queer Theories. The theoretical framework is grounded in the

contributions of José Luiz Fiorin, Nei Lopes, Grada Kilomba, Judith Butler, and Conceição Evaristo. The findings demonstrate that the book acts as a political-epistemological gesture capable of disrupting hegemonic matrices, proposing literature and language not merely as aesthetic objects, but as living territories of re-existence, counter-power, and the decolonization of knowledge.

Keywords: Contemporary Literature; Language and Politics; Escrevivência; Discursive Invisibilization; I SILED.

1. Introdução: O E-book e seu Horizonte Crítico

O e-book *Literatura, Linguagens e (In)visibilidades – debates do I SILED* surge como um gesto acadêmico e político de intervenção no campo das Letras e dos Estudos Culturais. Fruto dos debates ocorridos durante o **I Simpósio em (In)visibilidades, Literatura, Educação e Diversidade (I SILED)** — realizado on-line em 2025 sob promoção do Projeto *Literatura e (In)visibilidades* da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra – Campus Tomé-Açu) —, a coletânea reúne 14 capítulos que tensionam a representação literária e a própria função social da linguagem.

A obra organiza-se em torno de um fio condutor preciso: o modo como a linguagem e a literatura constroem, mascaram, denunciam e desestabilizam as dinâmicas de poder, gênero, raça, classe, sexualidade e territorialidade. Como nos ensina José Luiz Fiorin (2009, p. 148), “a política diz respeito ao poder, ou melhor, aos poderes. Isso permite incorporar à política não só o que está dentro do campo da aceitabilidade tradicional desse termo, mas também todas as relações de poder que se exercem na vida cotidiana”.

O uso do termo “(In)visibilidades”, marcado estrategicamente por parênteses, sinaliza que a visibilidade e a invisibilidade não constituem estados ontológicos fixos, mas sim processos históricos, discursivos e políticos em contínua disputa nas microrrelações do tecido social. Como aponta Nei Lopes (2019, p. 383), o apagamento da contribuição negra e periférica no Brasil não é um acidente, mas resultado de escolhas históricas pós-abolicionistas que tentaram “descorar a face africana do Brasil” e erguer uma “espessa cortina de invisibilidade” sobre a inteligência, a literatura e o saber afro-originado.

Inserir o debate da invisibilidade no centro da agenda acadêmica exige, conforme adverte Grada Kilomba (2019), questionar quem pode falar, que conhecimento é reconhecido como tal e de que maneira as estruturas do saber foram historicamente desenhadas para silenciar as vozes subalternizadas. Do mesmo modo, sob o olhar de Judith Butler (2014), problematizar a visibilidade requer examinar as grelhas de legibilidade e as normas de regulação que definem quais corpos, gêneros e vozes alcançam o estatuto de existência social e quais são renegados ao domínio da abjeção.

2. Literatura, Linguagem e Diferença: Aprofundamento Teórico

Pensar a relação entre Literatura, Linguagem e Diferença exige afastar-se de concepções ingênuas que enxergam o texto literário como mero reflexo passivo da realidade ou pura expressão estética desinteressada.

A Linguagem como Campo de Batalha Discursivo, Simbólico e Epistemológico

A linguagem não opera como veículo neutro, mas como espaço de disputa simbólica atravessado por formações ideológicas. Na perspectiva de José Luiz Fiorin (2009, p. 150), a arquitetura dos discursos possui uma dimensão intrinsecamente política, pois obriga o falante a categorizar e significar o mundo sob certas regras coercitivas. Mobilizando Roland Barthes, Fiorin lembra que “o objeto em que se inscreve o poder é a linguagem ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua”, impondo ordenamentos que tendem a naturalizar privilégios e silenciar dissidências.

Essa dimensão política e ideológica da linguagem é expandida por Nei Lopes (2019), que nos chama a atenção para o tesouro e os sistemas de valores inscritos nas línguas africanas reexistentes no português do Brasil:

> As línguas não são apenas veículo de comunicação, mas também reflexo de uma percepção do mundo: elas são veículos de sistemas de valores e expressões culturais e constituem um fator determinante da identidade dos grupos e dos indivíduos. Por isso, é importante nos informarmos sobre o tesouro que representam as línguas africanas, inclusive nos resíduos que ficaram no português falado no Brasil [...]. (Lopes, 2019, p. 383)

Ao resgatar a ontologia das civilizações africanas, Lopes demonstra que a linguagem é repositório de um humanismo próprio, invisibilizado por um projeto colonial de branqueamento e assimilação.

Essa violência epistemológica encontra eco fundamental no pensamento de Grada Kilomba (2019), que expõe como a ordem eurocêntrica do conhecimento construiu falsos mitos de universalidade. Para a autora, a academia tradicional não é um espaço apolítico, mas “um espaço branco onde se tem negado às pessoas negras o privilégio de falar”:

> Aqui nos têm descrito, classificado, desumanizado, primitivizado, brutalizado e matado. Este não é um espaço neutro. Dentro destas salas, fizeram de nós objectos 'de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos' [...], mas raramente fomos os sujeitos. (Kilomba, 2019, p. 50-51)

Kilomba e Lopes convergem ao demonstrar como os discursos hegemônicos subalternizam a autoria negra. Nei Lopes (2019, p. 384) observa que, ao longo da história brasileira, quando intelectuais negros alcançavam visibilidade, suas origens étnicas eram maquiadas sob os conceitos de “mestiços geniais” ou “nascidos em lar humilde”, tornando a africanidade um tabu.

A Regulação de Gênero, as Normas de Inteligibilidade e a Produção do Sujeito

A desconstrução da norma linguística e epistemológica ganha densidade suplementar ao ser articulada ao pensamento de Judith Butler (2004; 2014) sobre as regulações de gênero. Em seu ensaio “Regulações de Gênero”, Butler questiona a premissa de que existiria um sujeito generificado pré-existente que seria apenas pressionado por forças exteriores de regulação. Pelo contrário, a filósofa argumenta que a sujeição é o próprio processo pelo qual a regulação produz o gênero:

> Há, afinal, um gênero que pre-existe a sua regulação, ou é o caso de que, sendo sujeito à regulação, o sujeito generificado emerge, produzido a partir de e por meio dessa forma particular de sujeição? Não é a sujeição o processo pelo qual a regulação produz gênero? (Butler, 2014, p. 251)

Ao tratar o gênero como uma norma social — e não como uma regra formal ou lei fixa —, Butler explica que a norma opera produzindo o próprio campo de inteligibilidade social. A norma estabelece os parâmetros do que será reconhecido como vida e sujeito inteligível. Aquilo que escapa à norma binária (homem/mulher,

masculino/feminino) é remetido ao domínio da “aberração”, do desvio patológico ou da violência corretiva.

Importa ressaltar a divergência estabelecida por Butler em relação às leituras psicanalíticas que elevam a regulação de gênero ao estatuto de uma “Lei Simbólica” atemporal e imutável:

> Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados. [...] A norma na sua temporalidade necessária está aberta para um deslocamento e uma subversão desde seu interior. (Butler, 2014, p. 253; 260)

À luz de Butler, o aparato regulatório que busca congelar a diferença e naturalizar o binarismo heteronormativo é intrinsecamente contingente. A norma só persiste porque precisa ser continuamente reinstituída e citada através de rituais sociais e práticas corporais diárias. Contudo, é justamente no caráter repetitivo da citação que residem as falhas, as fissuras e a possibilidade de subversão.

A Literatura entre a Tradição e a Ruptura: Da "Poesia do Senhor de Engenho" à Insubordinação Discursiva

A literatura opera dialeticamente. Por um lado, pode atuar como braço reprodutor de matrizes coloniais, patriarcais e heteronormativas — perpetuando o que a crítica denomina “Poesia do Senhor de Engenho” ou reiterando a matriz heterossexual compulsória. Sob a ótica fioriniana, essas manifestações operam como “forças centrípetas” que buscam monologizar a enunciação. Sob a ótica butleriana, atuam reificando a idealidade da norma e apagando a historicidade de suas violências.

Nei Lopes (2019) reforça essa denúncia ao analisar a rarefação de escritores negros no mercado editorial contemporâneo:

> Nos suplementos, nas resenhas, nas listas de vendas, constata-se a ausência. Nas grandes feiras de livros e nas estantes das livrarias, ela se confirma. E nós só aparecemos como exceção. Daí, a pergunta que nos fazíamos pouco tempo atrás: Os escritores afrobrasileiros estão todos mortos? Ou apenas ocultos pelos véus do mercado e do preconceito? (Lopes, 2019, p. 384-385)

Por outro lado, a densidade estética da literatura permite rasurar essas normas. Fiorin (2009) salienta que a literatura possui a propriedade singular de “trapacear a língua”, operando deslocamentos no interior do próprio sistema:

> A literatura, pelos deslocamentos que produz, é uma forma de trapacear a língua, desvelando os poderes nela inscritos. [...] O discurso literário empurra para outro lugar, um lugar inclassificado, atópico... (Fiorin, 2009, p. 161; 164)

A “trapaça” da língua em Fiorin intercepta diretamente a “subversão desde o interior da norma” em Butler. A escrita literária torna-se o local onde os atos corporais e discursivos citam a norma não para reiterá-la pacificamente, mas para desnaturalizá-la, revelando seu custo humano e abrindo espaço para permutações, transições e existências não binárias.

Escrevivência e Saber da Margem: Evaristo, Kilomba, Butler e Nei Lopes

Ao propor o conceito de Escrevivência, Conceição Evaristo desloca a autoria individualizada e contemplativa. Fundamentada na recusa da imagem da Mãe Preta pacificadora, a escrevivência firma-se no imperativo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. Trata-se de uma escrita marcada pela interrogação, pela insubordinação e pelo compromisso com o mundo-vida.

Esta formulação conecta-se visceralmente aos demais teóricos da obra:

Com Grada Kilomba (2019): Ao tomar a margem não como privação, mas como espaço de abertura radical e criatividade, desconstruindo as fronteiras opressivas de raça, gênero e classe.

Com Nei Lopes (2019): Ao desvelar os saberes ocultados por trás da cortina do preconceito e resgatar a ancestralidade como tecnologia de libertação.

Com Judith Butler (2014): Ao demonstrar que os corpos que sofrem a dor do enquadramento regulatório — corpos negros, intersexos, trans e dissidentes — utilizam a própria carne marcada como ponto de partida para rearticular a linguagem, deslocando a abstração das normas de controle e conferindo nova inteligibilidade à vida.

Escrever a partir do corpo negro e dissidente deixa de ser um subjetivismo ingênuo para revelar-se como rigorosa crítica desconstrutiva da matriz colonial e heteronormativa do power e do saber.

3. Arquitetura da Obra: Mapeando os Debates do I SILED

A coletânea articula as investigações oriundas dos Grupos de Trabalho do evento através de 14 capítulos dispostos em um percurso analítico contínuo. A estrutura da obra estabelece um fluxo dinâmico no qual as pautas de gênero, raça, classe, linguagem, ancestralidade e direitos humanos dialogam e se entrecruzam organicamente.

Capítulo 1: Maria Elieni Cardoso de André, Eliene da Silva Alves e Marco Antonio Chandía Araya investigam a representação da mulher no conto clássico "A Bela e a Fera" na versão de Beaumont (1756). As autoras e o autor revelam como a literatura infantil atuou historicamente como um dispositivo de normalização patriarcal, prescrevendo a submissão e a passividade feminina como padrões de virtude. A formação leitora crítica emerge, assim, como ferramenta urgente para desconstruir essa pedagogia regulatória e promover o empoderamento por meio da educação.

Capítulo 2: Assinado por Isabela Prestes Ferreira, Maria Glafira da Costa Rodrigues e Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira, examina *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus. O estudo expõe a sobrecarga do trabalho de cuidado e a precariedade vivida pela autora-personagem, evidenciando como a literatura negra e a maternagem periférica desmascaram o ideal normativo de família e denunciam as falhas do sistema socioeconômico.

Capítulo 3: De Ana Lígia Rodrigues Drago e Angela Teodoro Grillo, analisa a figuração da mulher negra na poesia finissecular brasileira a partir de obras de Augusto dos Anjos e Emília de Freitas. Mobilizando a crítica à "Poesia do Senhor de Engenho", o texto desvela como as convenções da época autorizavam a usurpação do corpo e do leite da "Ama de leite" em prol da criança branca, impondo uma negligência forçada aos seus próprios filhos biológicos e inscrevendo a violência colonial na carne.

Capítulo 4: Kelly Nazaré Ribeiro Passos e Marcelo Spitzner debruçam-se sobre *Hibisco Roxo*, de Chimamanda Ngozi Adichie. Os autores demonstram como o dogmatismo religioso católico-missionário é instrumentalizado no espaço doméstico pela figura paterna como um aparato colonial e patriarcal que silencia as subjetividades femininas, encontrando contraponto libertador na vivência afetuosa e descolonial de Tia Ifeoma.

Capítulo 5: Elaborado por Cristal Ferreira de Moura, Eduardo Venicios Lima Pontes e Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira, o capítulo resgata a trajetória de Cassandra Rios através de sua obra de estreia A *Volúpia do Pecado* (1948). O trabalho destaca o pioneirismo da autora ao abordar o amor lésbico e a autonomia corporal feminina, enfrentando a censura ostensiva do Estado e o silenciamento do cânone editorial.

Capítulo 6: Anderson Pinto Soares investiga a obra Antologia *Trans – 30 poetas trans, travestis e não-binários*. Sob as lentes das literaturas pós-autônomas e da metáfora da resistência dos vaga-lumes, o capítulo evidencia como a escrita trans e a linguagem do pajubá atuam como ferramentas de reexistência e subversão à cisgeneridade compulsória, afirmando o direito à vida e à visibilidade.

Capítulo 7: De Eliene da Silva Alves, Maria Elieni Cardoso de André e Brayna Conceição dos Santos Cardoso, propõe diálogos sobre as lesbianidades plurais e o feminismo no espaço escolar. As autoras advogam por uma pedagogia afirmativa capaz de romper com a lesbofobia, o sexismo e a invisibilidade, construindo ambientes escolares acolhedores para a diversidade de sujeitos.

Capítulo 8: Por Jomson Teixeira da Silva Valoz e Sóstenes Ericson Vicente da Silva, analisa comentários na rede social Instagram sobre as transições de gênero de figuras públicas como Nick Cruz e Maya Massafera. O estudo expõe o confronto entre formações discursivas biomédicas e religioso-morais que tentam fixar o binarismo, e a resistência do corpo transexual, que desestabiliza as matrizes de inteligibilidade dominantes.

Capítulo 9: Assinado por Camilly Victória dos Santos Pais, Joyce Baia e Baia e Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira, analisa o poema "Crianças

Negras", do poeta simbolista Cruz e Sousa. As autoras ressaltam o valor da literatura afro-brasileira ao romper com os estigmas raciais, elevando a dignidade estética e a humanidade da infância negra frente ao passado escravocrata.

Capítulo 10: Vanessa Rodrigues dos Santos e Valci Vieira dos Santos articulam os romances *Um Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves, e *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo. O trabalho demonstra como a escrevivência, a memória e a ancestralidade reconstroem a subjetividade feminina negra, subvertendo seculares estruturas de opressão racista e sexista.

Capítulo 11: De Maria Luísa de Souza Nunes e Valci Vieira dos Santos, realiza um estudo comparado entre *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo, e *O Avesso da Pele*, de Jeferson Tenório. A investigação problematiza o racismo estrutural e as dinâmicas de objetificação dos corpos negros, denunciando a negação de sua plena humanidade nas relações sociais e nas violências cotidianas.

Capítulo 12: Adriele Oliveira de Sousa e Marcelo Spitzner analisam *O Avesso da Pele*, de Jeferson Tenório, sob a ótica da palavra como ato de resistência. Ao examinar a necropolítica e a brutalidade da abordagem policial que vitima o personagem Henrique, o texto revela como a literatura negra transforma o luto e o trauma em denúncia ética e em preservação da memória.

Capítulo 13: Relato de experiência assinado por Rayssa Lorrana Silva Lemos e Asley di Luca da Silva Vieira. Ao articularem a vivência do Marabaixo (manifestação afro-amapaense) ao conceito de escrevivência, as autoras sustentam que a dança e o movimento do corpo funcionam como escrita ancestral e política, capaz de desestabilizar as matrizes eurocêntricas do saber acadêmico.

Capítulo 14: Juliete Antônia Figueiredo da Mata analisa a presença e a ausência das literaturas indígenas no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) à luz da Lei nº 11.645/08. O estudo reivindica a insurgência da palavra e das epistemologias dos povos originários como condição indispensável para rasurar o cânone monocultural e consolidar uma educação verdadeiramente intercultural e antirracista.

4. Considerações Finais

O e-book *Literatura, Linguagens e (In)visibilidades – debates do I SILED* consolida-se como marco teórico e político indispensável para os estudos da linguagem, da educação e da literatura contemporânea. Ao articular aportes teóricos consolidados e manifestações de vozes dissidentes, a obra evidencia que discutir a diferença e a invisibilidade significa restituir a humanidade, a densidade subjetiva e o direito à memória de populações historicamente subalternizadas.

A contribuição de José Luiz Fiorin nos ajuda a compreender que, sendo a língua e o discurso arenas em que o poder se inscreve, a literatura desempenha um papel decisivo de contra-poder, indicando que “a realidade não é única [...], não é destino e pode ser alterada” (FIORIN, 2009, p. 160-161). A essa reflexão soma-se a lição de Nei Lopes sobre os “saberes invisíveis da África” que repousam por trás da cortina do preconceito e que precisam ser visibilizados para fortalecer a autoestima e a formação das futuras gerações.

Grada Kilomba nos lembra que descolonizar o conhecimento exige a coragem de transitar da margem para o centro, retirando a máscara do silenciamento. Complementando essa vertente, o pensamento de Judith Butler demonstra que as normas de gênero não são leis eternas ou estáticas, mas construções sociais históricas e contingentes. Se os regimes regulatórios produzem assimetrias e corpos em dor, a própria temporalidade da norma permite que ela seja continuamente contestada, desnaturalizada e reescrita a partir das práticas de resistência.

Amparado no conceito de escrevivência e na recusa das narrativas desenhadas para “adormecer os da casa-grande”, este volume convida leitores e pesquisadores a escavar os silêncios do cânone. Seja nas páginas da prosa contemporânea, na densidade poética, nas corporalidades do Marabaixo, nas narrativas trans, de gênero e de lesbianidades, nos currículos ou na afirmação indígena, a literatura reitera-se não como mera representação, mas como território vivo de insurgência, trapaça contra os discursos dominantes, reexistência e libertação.

Referências

BUTLER, J. Regulações de Gênero. Tradução de Cecilia Holtemann. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, jan.-jun. 2014.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (orgs.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-54.

FIORIN, J. L. Língua, Discurso e Política. Alea: **Estudos Neolatinos**, v. 11, n. 1, p. 148-165, 2009.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo quotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOPES, N. A espessa cortina da invisibilidade. **Revista de Teoria da História**, v. 22, n. 02, p. 382-390, dez. 2019.

CAPÍTULO 1
REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM “A BELA E A FERA” E SUAS RELAÇÕES COM O FEMINISMO NA LITERATURA

Maria Elieni Cardoso de André – UFPA

Eliene da Silva Alves - UFPA

Marco Antonio Chandía Araya - UFPA

Resumo:

A literatura está presente na história desde os primórdios influenciando para além do simples entretenimento, como comumente se acredita, contribuindo no desenvolvimento do pensamento imaginário das pessoas. Assim, a ideia central deste trabalho discorre sobre a importância do feminismo na literatura, tendo como objetivo principal refletir sobre a figura da mulher retratada no conto “A Bela e Fera” e suas relações com o feminismo na literatura. Logo, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa com estrutura bibliográfica fundamentada para compreender e refletir sobre o feminismo na literatura. Trata-se de um diálogo crítico em relação à figura da mulher presente em contos literários e aspectos sociais atuais. Para tanto, no entendimento sobre literatura foram analisados os aportes de Bourdieu, (1983); Cândido (1999); a análise do conto “A Bela e a Fera” na versão de Beaumont (1756); e a respeito das mulheres na sociedade abordando as autoras como Adichie (2015); Beauvoir (1980); Lerner (2022); Tiburi (2018), entre outras. Em síntese, o estudo revela que a literatura está presente nos livros de contos para crianças, aparentemente sem intenções, mas que carregam de forma subjacente diversos estigmas em relação às mulheres que permitem uma abordagem dialógica em temas como estereótipos de gênero, idealização da mulher, entre outros. Assim, a realização da análise do conto literário “A Bela e a Fera” na publicação de Beaumont (1756) possibilitou observar o quão importante torna-se refletir como as escrituras, literárias ou não, sobre as construções sociais acerca da figura da mulher carregam estigmas que atravessam diversos séculos e ainda refletem na atualidade. Contudo, embora tais contos literários apresentem estes planos de fundo quanto a figura da mulher estes, por outro lado, estimulam as pessoas que leem a refletirem sobre os posicionamentos e instigam de maneira lúdica as(os) leitoras(es) a repensarem suas vidas em outras perspectivas, para além da submissão. Portanto, convidam a reflexões mais densas e significativas como o empoderamento feminino por meio do acesso à educação, assim como o diálogo para o enfrentamento da estrutura patriarcal despertando a importância da igualdade de direitos entre homens e mulheres para uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-Chave: Conto literário; Figura da mulher; Feminismo.

Resumen:

La literatura ha estado presente en la historia desde sus inicios, influyendo más allá del simple entretenimiento, como comúnmente se cree, contribuyendo al desarrollo del pensamiento imaginario de las personas. Así, la idea central de este trabajo aborda la importancia del feminismo en la literatura, teniendo como objetivo principal reflexionar sobre la figura de la mujer retratada en el cuento “La Bella y la Bestia” y sus relaciones con el feminismo en la literatura. Por lo tanto, este estudio se caracteriza por ser una investigación cualitativa con un sólido marco bibliográfico para comprender y reflexionar sobre el feminismo en la literatura. Se trata de un dialogo crítico sobre la figura de la mujer en el relato literario y las problemáticas sociales actuales. Luego, en la comprensión de la literatura, se analizaron los aportes de Bourdieu (1983); Cándido (1999); el

análisis del cuento “La Bella y la Bestia” en la versión de Beaumont (1756); y respecto a la mujer en la sociedad, acercándose a autoras como Adichie (2015); Beauvoir (1980); Lerner (2022); Tiburi (2018), entre otras. En resumen, el estudio revela que la literatura está presente en los cuentos infantiles, aparentemente de manera no intencional, pero que subyacen en diversos estigmas en relación a las mujeres que permiten un abordaje dialógico de temas como los estereotipos de género, la idealización de la mujer, entre otros. Así, realizar el análisis del cuento literario “La Bella y la Bestia” en la publicación de Beaumont (1756) permitió observar cuán importante es reflexionar sobre cómo las escrituras, literarias o no, sobre las construcciones sociales en torno a la figura de la mujer cargan estigmas que abarcan varios siglos y que aún se reflejan en la actualidad. Sin embargo, si bien estos relatos literarios presentan estos antecedentes en torno a la figura de la mujer, por otro lado, incitan a los lectores a reflexionar sobre sus posiciones e incitan lúdicamente a los lectores a repensar sus vidas desde otras perspectivas, más allá de la sumisión. Por ello, invitan a reflexiones más profundas significativas sobre el empoderamiento femenino a través del acceso a la educación, así como al dialogo para enfrentar la estructura patriarcal, despertando la importante de la igualdad de derechos entre hombres y mujeres para una sociedad más justa y democrática.

Palabras clave: Cuento literario; Figura femenina; Feminismo.

Abstract:

Literature has been present in history since the beginning, influencing beyond simple entertainment, as is commonly believed, contributing to the development of peole’s imaginary thinking. Thus, the central idea of this work discusses the importance of feminism in literature, with the main objective of reflecting on the figure of the woman portrayed in the story “Beauty and the Beast” and its relations with feminism in literature. Therefore, this study is characterized as qualitative research with a well-founded bibliographic framework to understand and reflect on feminism in literature. It is a critical dialogue regarding the figure of women in literary short stories and current social issues. To this end, in the understanding of literature, the contributions of Bourdieu (1983); Candide (1999); the analysis of the story “Beauty and the Beast” in Beaumont’s version (1756) were analyzed; and regarding women in society, approaching authors such as Adichie (2015); Beauvoir (1980); Lerner (2022); Tiburi (2018), among others. In summary, the study reveals that literature is present in children’s storybooks, seemingly unintentionally, but which underlying carry various stigmas in relation to women that allow for a dialogical approach to topics such as gender stereotypes, idealization of women, among others. Thus, carrying out the analysis of the literary tale “Beauty and the Beast” in Beaumont’s publication (1756) made it possible to observe how important it is to reflect on how scriptures, literary or otherwise, on the social constructions surrounding the figure of women carry stigmas that span several centuries and are reflected today. However, although such literary tales present these backgrounds regarding the figure of women, they, on the other hand, encourage readers to reflect on their positions and playfully instigate readers to rethink their lives from other perspectives, beyond submission. Therefore, they invite deeper and more meaningful reflections on female empowerment through access to education, as well as dialogue to confront the patriarchal structure, awakening the importance of equal rights between men and women for a more just and democratic society.

Keywords: Literary tale; Female figure; Feminism.

Introdução

A literatura está presente nos diversos momentos de vivência, principalmente nos espaços infantis, onde o acesso aos contos literários são

frequentes tanto pelas oralidades quanto pela leitura dos contos considerados clássicos pelo escopo social. O conto “A Bela e Fera” publicado por Beaumont (1756), apontado como clássico da literatura infantil torna-se um exemplo deste movimento literário que se enraíza na infância.

Contudo, estes contos que outrora expõe leitores a uma história tipicamente infantil, também apresenta em suas interfaces mais analíticas molduras de comportamento, em especial, no que tange o público infantil feminino onde apresentam a figura da mulher com características tipicamente passivas em relação as figuras masculinas.

Logo, o conto apresenta diversas nuances em referência a mulher no qual analisa-se como uma figura permissiva as masculinas, mas que também busca seguir seu caminho em meio aos desafios impostos. Assim, esta pesquisa surgiu a respeito da análise do conto “A Bela e Fera” na publicação de Beaumont (1756) sobre o olhar em relação a figura da mulher em uma perspectiva feminista no ensino de literatura.

Com isso, as inquietações buscam dirimir as seguintes questões: Como a figura da mulher é caracterizada no conto “A Bela e Fera”? Quais as nuances do feminismo apresentadas em relação a figura da mulher no conto literário “A Bela e Fera” em referência a atualidade? De esta maneira, o objetivo desta pesquisa visa refletir sobre a figura da mulher retratada no conto “A Bela e Fera” e suas relações com o feminismo na literatura.

Metodologia

A reflexão sobre a figura da mulher apresentada no conto literário “A Bela e Fera” e as relações com o feminismo no ensino de literatura possibilita a importância da compreensão desses contos criticamente e como tais reflexões sobre estes são fundamentais na atualidade, principalmente no que tange e a figura da mulher nos espaços sociais nas interações com o feminismo.

Logo, este estudo se apresenta como uma pesquisa de cunho qualitativo, onde sua coleta de dados ocorreu por meio de análise bibliográfica referente ao tema buscando verificar os escritos e as simbologias apresentadas no contexto

(Minayo, 2009) referente a figura da mulher dentro do conto literário “A Bela e Fera” publicado por Beaumont em 1756.

Assim, a análise de dados ocorreu por meio das compreensões em referências teóricas na verificação do conto literário “A Bela e Fera” na publicação de Beaumont (1756) com um olhar crítico sobre a figura da mulher em contraponto com os diálogos teóricos em analogia a mulher e as relações de gênero, feminismo na atualidade e o ensino de literatura.

Resultados e discussão

A construção da leitura crítica de um conto literário envolve para além uma simples decodificação de palavras para compreensão de frases, mas principalmente as interfaces que o escrito literário apresenta, pois toda obra literária transmite uma mensagem que incube a pessoa que está lendo compreendê-la de maneira humanizada a partir de uma leitura crítica (Cândido, 1999).

Logo, este processo de compreensão das mensagens que os contos carregam ocorrem até mesmo em contos infantis, contudo estes transmitem sua mensagem a partir de enredos que envolvem diversos seres fantasiosos e/ou não. Os contos literários carregam em suas entrelinhas mensagens que tornam-se positivas e/ou negativas dependendo do tipo de análise e estrutura a ser construída. Neste caso, elegemos adentrar o olhar sobre a leitura do conto literário “A Bela e a Fera” em uma perspectiva a respeito da figura da mulher apresentada no conto, e para além disso refletir sobre tais relações com o feminismo no contexto atual.

Com isso, percebe-se que ao longo do conto literário as figuras femininas apresentadas são as três filhas de um rico comerciante, as duas irmãs mais velhas eram consideradas fúteis por gostarem de vestidos elegantes e dançar, no entanto, “A mais moça era tão linda - de mente, corpo e coração - que a chamavam de Bela.” (Beaumont, 1756, p. 5), sendo a personagem feminina principal descrita como uma mulher culta que adorava ler seus livros e tocar cravo (Beaumont, 1756).

Logo, torna-se possível perceber alguns pontos peculiares a respeito da descrição inicial realizada sobre as figuras das mulheres no conto, as irmãs de Bela ao longo do conto são apontadas como mulheres interesseiras e supérfluas por não

quererem seguir aos padrões compostos pela sociedade a respeito da mulher culta, letrada e que obedece e segue as ordens patriarcais.

Assim, por estas apresentarem essa diversidade a respeito da submissão patriarcal são descritas no conto como mulheres malvadas e que direcionam suas frustrações de vida para buscarem a infelicidade da Bela, quando fingem que ficam tristes para esta não retornar ao castelo, e possuem um final trágico de serem transformadas em estátuas de pedras para observarem a felicidade da irmã no castelo (Beaumont, 1756).

Neste sentido, percebe-se que ao longo da trama as irmãs de Bela são apresentadas como mulheres ambiciosas. Logo, ao realizar uma análise sobre este ponto podemos identificar que as mulheres são colocadas no texto como pessoas que necessitam de validação do patriarcado e de busca de outros parâmetros de mulheres delicadas e submissas e isso também apresenta-se no plano de fundo dos posicionamentos que eram, e ainda são, esperados pelas mulheres nesses contos literários.

Outrora, a figura feminina de Bela apresenta a representação fluída dessa submissão feminina em relação ao patriarcado descrita como linda por ser a exposição do que se espera de uma mulher em relação a figura masculina, pois durante sua vivência com seu pai estava a todo momento procurando atividades que o deixasse contente e que esta acostumara a fazer, e mesmo com as mudanças de vida financeira Bela adaptou-se a nova realidade buscando atividades que agradasse e o fizessem feliz.

Logo, isso também ocorreu durante sua estadia com a Fera, no qual realizava ações submissas a ele, buscando continuamente agradar a figura masculina. Ao longo do enredo do conto, percebe-se as representações da figura da mulher em Bela que podem seguir as perspectivas atreladas ao feminismo também.

Partindo desta perspectiva, em uma análise aprofundada sobre o conto de “A Bela e a Fera” torna-se possível observar diversas nuances dentro deste conto, desde a passividade da mulher diante da figura masculina representada por Bela,

assim como, o empoderamento feminino representado pelas duas irmãs, que a partir de um comportamento diferente do esperado, aparecem como uma tentativa de se desvencilhar da norma padrão de uma mulher bem-vista pela sociedade, para a família e o casamento.

Neste sentido, o conto apresenta Bela como a mulher ideal, sempre obediente e que se conforma com novas realidades impostas, todavia, as irmãs aparecem como mulheres desprezíveis e malvadas que não podem se indignar e pensar em si mesmas e no bem-estar pessoal.

Com isso, o conto aponta reflexões importantes na contemporaneidade, de como a literatura ao longo dos anos reproduz estigmas sociais referentes a idealização das mulheres a partir da perspectiva patriarcal, de que o homem está sempre na posição de poder, comando e superioridade, e a mulher sob sua "proteção", a qual precisa sempre, independente das circunstâncias, ter obediência, respeito e lealdade a figura masculina.

Neste sentido, ao apontar as irmãs como invejosas e preguiçosas, abre espaços também para um possível despertar feminino, em que a mulher expresse seus sentimentos de inconformismo e indignação com a realidade e as circunstâncias impostas. Diferentemente da representação de Bela, em que apesar da miséria, viu novas possibilidades de futuro, começou a plantar, cuidar de horta e flores, sempre apresentada com situações que representam o ato de cuidar, especialmente dos outros, para que estes sintam-se cada vez mais confortáveis.

Ainda nesta perspectiva, o fato de Bela gostar muito de ler e tocar cravo, traz um ponto muito relevante do conto, que por ter uma imaginação mais aguçada, ao olhar para a própria realidade, percebe que poderia realizar diversas atividades como qualquer outra pessoa, isso também reflete no(a) leitor(a) o poder transformador da educação na vida das mulheres.

Outrora, embora no conto "A Bela e a Fera" a mulher seja representada com mais intensidade em uma perspectiva submissa, a partir da análise literária vislumbra-se diferentes possibilidades de atuação da mulher na sociedade.

Para tanto, a partir do acesso à educação as mulheres são capazes de atuar nos diversos espaços sociais, criando diálogos de respeito e o entendimento de que homens e mulheres têm as mesmas capacidades desde que lhes sejam dadas as mesmas oportunidades (Beauvoir, 1980), pois ao longo da história as mulheres são retratadas com estereótipos de inferioridade que são reforçados de acordo com as estruturas de poder vigente em cada época sempre em benefício do patriarcado (Lerner, 2022).

Neste sentido, apresentar novas possibilidades sobre o desempenho da figura feminina ao longo da história nas artes, nas ciências e na literatura contribui de maneira significativa para que meninas e mulheres possam empoderar-se e lutar por direitos de igualdade e respeito enquanto sujeitos sociais ativos, porque o apagamento e silenciamento da atuação das mulheres e suas contribuições nos registros históricos prejudicou profundamente a luta de mulheres que não se encaixavam no padrão imposto pudessem questionar sua realidade (Lerner, 2022).

Com isso, apresentar o ensino de literatura de uma maneira didática e crítica para crianças, jovens e adultos respeitando a linguagem e o nível de cada fase, faz-se necessário, de maneira que a literatura é e sempre foi uma aliada para os movimentos revolucionários, pois ela carrega mensagens codificadas que somente um leitor com um olhar mais aguçado consegue perceber. Nesta perspectiva, promover o ensino de literatura realizando apontamentos para além do obvio é importante para que as pessoas pensem a frente dos seus algozes ou simplesmente aflorem a imaginação para as diversas possibilidades existentes no mundo social e imaginário.

Deste modo, a literatura se apresenta como uma forte aliada para as mulheres no enfrentamento a opressão social promovida pelo patriarcado, despertando a consciência feminista, assim como torna-se possível encontrar nos homens fortes aliados na busca de um mundo socialmente mais inclusivo para as mulheres, visto que a opressão feminina ainda persiste de maneira intensa na atualidade (Adichie, 2015; Lerner, 2022; Tiburi, 2018).

Considerações finais

Este estudo aborda a figura da mulher apresentada no conto literário “A Bela e Fera” e as suas relações com o feminismo no ensino de literatura, durante a análise do conto tornou-se possível observar que as descrições referentes as mulheres no conto dialogam com temas que são de relevantes discursões no que se refere a construção crítica do pensamento feminista na sociedade atual.

Portanto, o diálogo sobre o ensino de literatura abordando temáticas como a figura da mulher no contexto social por meio da análise de contos literários infantis, torna-se importante, pois mesmo escritos em uma época onde as mulheres não detinham de direitos que atualmente são consolidados, ainda são apresentados na sociedade atual como leitura infantil que enraíza no imaginário das crianças como fruto das construções sociais nas quais estas são impostas.

Logo, realizar essas reflexões a respeito da figura das mulheres nesses contos literários, proporcionando um olhar atento e crítico para como os contos possibilitam molduras comportamentais em relação as mulheres na atualidade, apagando e/ou recriando possibilidades para manter a postura de submissão em referência ao patriarcado.

Contudo, embora tais contos literários apresentem estes planos de fundo em relação a figura da mulher, estes por outro lado, estimulam as pessoas que leem a refletirem sobre estes posicionamentos, e instigar de maneira lúdica os(as) leitores(as) a repensarem suas vidas em outras perspectivas, para além da submissão.

Em síntese, a realização da análise do conto literário “A Bela e a Fera” na publicação de Beaumont (1756) possibilitou observar o quão importante torna-se refletir como as escrituras literárias ou não sobre as construções sociais em torno da figura da mulher carregam estigmas que atravessam diversos séculos e ainda refletem na atualidade.

Assim como, abrem espaços e permitem discussões que apontam contradições, de que a figura da mulher reconfigura-se por resgates históricos sobre a importância do gênero feminino na sociedade para além do ato de

submissão para com a família e a sociedade, mas como pessoas ativas na construção de um mundo melhor, mais justo e igualitário.

Para tanto, tendo em vista que a literatura é um modo de expressão que carrega consigo os sentimentos que são compartilhados por todos os seres humanos, como amor e ódio, felicidade e tristezas, dores, angústias, etc. (Bourdieu, 1983); ela transpassa gerações, e por isso, considera-se não somente como uma ferramenta que carrega dogmas, crenças e estigmas, mas como uma forte aliada, que nas suas entrelinhas, contém informações importantes para quebrar paradigmas e lutar por um mundo socialmente mais justo e inclusivo para as mulheres, assim como, para grupos historicamente marginalizados.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. (Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 63.

BEAUMONT, Jeanne-Marie le Prince de. **A Bela e a Fera**. [tradução: Eduardo Brandão]. Companhia das Letrinhas, 1756. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/41022.pdf?srsltid=AfmBOopDR4FaJicACwdHvq8YlQ5H5d9f-YzY3oYi_11kOs4zL480PUip. Acessado em: 06 de maio de 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Campo del poder y campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem**. Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária, n. esp., 1999, p. 81-89. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001022230. Acessado em 06 de maio de 2025.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal**. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 28 ed., 2009.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1. Ed. 2018.

CAPÍTULO 2

ESCRITA NEGRA:

Um Estudo da Representação da Invisibilidade do Trabalho Materno em *Quarto De Despejo* (1960) de Carolina Maria de Jesus

Isabela Prestes Ferreira – UFRA

Maria Glafira da Costa Rodrigues – UFRA

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira – UFRA

Resumo:

O presente estudo caracteriza-se como uma análise literária da representação materna invisibilizada pela sociedade na obra Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960), de Carolina Maria de Jesus. Nessa perspectiva, o objetivo central deste trabalho é analisar como a referida obra retrata a experiência da maternidade em contexto de vulnerabilidade socioeconômica, bem como a realidade social da autora Carolina de Jesus, que vivenciou os contextos de fome e miséria, e teve sua escrita como um instrumento de mudança de vida e denúncia social tornando-se relevante para compreendermos o período histórico em que a obra está inserida. Assim, justifica-se a realização desse estudo pela necessidade de aprofundamento da compreensão do amor maternal em situação de precariedade, temática de profunda importância social e cultural para a valorização da escrita negra de sua autora. Além disso, busca-se compreender a relação entre a maternidade solo e a desigualdade social, com o objetivo de explorar as nuances que envolvem a sobrecarga vivida pela autora. Portanto, através da análise literária, é possível destacar como as mulheres estão em constante luta por respeito e dignidade social, haja vista que ao decorrer da narrativa, Carolina de Jesus relaciona o ato de maternar com a realidade sofrida que ela e seus filhos viviam. Outrossim, a produção explicita as tensões entre as diferenças de classe social, financeira e as atividades domésticas exercidas pela personagem, na década de 1950. Como embasamento teórico para este estudo utilizou-se Gancho (2006) para realizar a análise da obra, além de Badinter (1986) e Damaceno, Marciano e Menezes (2021), discorrendo sobre o significado do amor maternal na sociedade ao longo dos anos.

Palavras-Chave: Carolina Maria de Jesus; Maternidade; Vulnerabilidade; Escrita negra.

Resumen:

El presente estudio se caracteriza como un análisis literario de la representación materna invisibilizada por la sociedad en la obra Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960), de Carolina Maria de Jesus. Desde esta perspectiva, el objetivo central de este trabajo es analizar cómo dicha obra retrata la experiencia de la maternidad en un contexto de vulnerabilidad socioeconómica, así como la realidad social de la autora Carolina de Jesus, quien vivió en contextos de hambre y miseria, y tuvo en su escritura un instrumento de cambio de vida y denuncia social, volviéndose relevante para comprender el período histórico en el que se inserta la obra. Así, la realización de este estudio se justifica por la necesidad de profundizar en la comprensión del amor maternal en situación de precariedad, una temática de profunda importancia social y cultural para la valorización de la escritura negra de su autora. Además, se busca comprender la relación entre la maternidad en solitario y la desigualdad social, con el objetivo de explorar los matices que envuelven la sobrecarga vivida por la autora. Por lo tanto, a través del análisis literario, es posible destacar cómo

las mujeres están en constante lucha por el respeto y la dignidad social, ya que a lo largo de la narrativa, Carolina de Jesus relaciona el acto de ser madre con la dolorosa realidad que ella y sus hijos vivían. Asimismo, la producción explicita las tensiones entre las diferencias de clase social, financiera y las actividades domésticas ejercidas por el personaje en la década de 1950. Como base teórica para este estudio se utilizó a Gancho (2006) para realizar el análisis de la obra, además de Badinter (1986) y Damaceno, Marciano y Menezes (2021), disertando sobre el significado del amor maternal en la sociedad a lo largo de los años.

Palabras clave: Carolina Maria de Jesus; Maternidad; Vulnerabilidad; Escritura negra.

Abstract:

The present study is characterized as a literary analysis of the maternal representation that is made invisible by society in the work Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960), by Carolina Maria de Jesus. From this perspective, the central objective of this work is to analyze how the aforementioned work portrays the experience of motherhood in a context of socioeconomic vulnerability, as well as the social reality of the author Carolina de Jesus, who lived through contexts of hunger and misery, and used her writing as an instrument for life change and social denunciation, becoming relevant for us to understand the historical period in which the work is situated. Thus, the realization of this study is justified by the need to deepen the understanding of maternal love in a situation of precariousness, a theme of profound social and cultural importance for the valorization of its author's Black writing. Furthermore, it seeks to understand the relationship between single motherhood and social inequality, with the aim of exploring the nuances that involve the burden experienced by the author. Therefore, through literary analysis, it is possible to highlight how women are in constant struggle for social respect and dignity, considering that throughout the narrative, Carolina de Jesus relates the act of mothering to the suffering reality that she and her children lived. Moreover, the production makes explicit the tensions between the differences in social and financial class and the domestic activities performed by the character in the 1950s. The theoretical basis for this study utilized Gancho (2006) to analyze the work, in addition to Badinter (1986) and Damaceno, Marciano, and Menezes (2021), discussing the meaning of maternal love in society over the years.

Keywords: Carolina Maria de Jesus; Motherhood; Vulnerability; Black writing.

Introdução

O presente estudo caracteriza-se como uma análise da obra Quarto de Despejo: diário de uma favelada (1960), de Carolina Maria de Jesus, acerca da temática do amor materno e como ele se configura na maternagem solo em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A autora, com sua escrita visceral e contundente, se estabelece como uma voz imponente na denúncia das desigualdades sociais do período histórico que viveu.

Ao expor a luta diária pela sobrevivência, a busca por alimento para seus filhos e a precariedade de suas condições de moradia, Carolina materializa a experiência da maternidade solo, conferindo-lhe visibilidade em um cenário de extrema invisibilidade. Dessa maneira, a análise da referida obra transcende a esfera individual, tornando-se um documento social que convida à reflexão sobre

as estruturas de classe e raça que moldam a experiência feminina e materna no Brasil.

Sob essa perspectiva, justifica-se a realização desse estudo pela necessidade de aprofundamento da compreensão do amor maternal em situação de precariedade, temática de profunda importância social e cultural para a valorização da escrita negra de sua autora, que frequentemente aborda a resiliência feminina diante das adversidades da época. A pesquisa busca, por meio da obra Quarto de Despejo (1960) explorar as nuances, os desafios e sobrecargas enfrentadas pelas mães em contextos de vulnerabilidade, destacando como o amor e o cuidado são expressos e mantidos, apesar das condições adversas; além disso, busca-se a compreensão da relação entre a maternidade solo e a desigualdade social.

Nesse sentido, compreender essas dinâmicas, expostas pela literatura, é crucial para promover políticas públicas mais eficazes e para reconhecer a força e a capacidade de superação dessas mulheres que, assim como Carolina, têm suas vozes e experiências frequentemente marginalizadas. Assim, para realizar a análise dos elementos narrativos, o estudo utilizou os preceitos de Gancho (2006) que expõe os requisitos para uma análise literária completa.

Ademais, para realizar a intersecção entre os resultados e o tema, a pesquisa se baseou nos estudos de Badinter (1985) e Damaceno, Marciano e Menezes (2021), sobre a maternidade e sua relação com o contexto vigente; Bowlby (2001), acerca das condições que a mulher necessita para exercer o ato de maternar e Pinto e t al (2011) que expõe a situação de vulnerabilidade vivida por mulheres na sociedade, além de outros autores que se debruçaram sobre essa temática.

Portanto, esse artigo está estruturado em quatro sessões: 1) Carolina Maria de Jesus e o Quarto de Despejo (1960) - com exposições sobre a vida da autora e a obra em análise; 2) Invisibilidade da maternidade solo - dissertando acerca dos autores utilizados para a análise do tema; 3) Resultados - adentrando as análises dos trechos da obra; 4) Discussão - explicitando as contribuições inovadoras do artigo e, por fim, as considerações finais acerca da pesquisa.

Carolina Maria de Jesus e o Quarto de Despejo (1960)

Carolina Maria de Jesus nasceu no dia 14 de março de 1914, em Minas Gerais, e morou na cidade de Sacramento durante toda a sua mocidade. Em 1937, mudou-se para São Paulo e fez morada no Canindé, uma favela em formação às margens do rio Tietê. A autora era uma mulher negra, mãe de três filhos, que trabalhava como catadora de materiais recicláveis, principalmente papel, sendo esse trabalho sua única fonte de renda.

O livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada foi lançado em 1960 como uma edição que compila 35 cadernos escritos ao longo da década de 1950 e entregues ao jornalista Audálio Dantas. De acordo com Barreto e Menezes (2023), a obra foi publicada em um momento histórico que o texto autobiográfico era domínio da elite e as condições socioeconômicas demarcavam os temas, a autoria e o direito à literatura, após o lançamento do fato literário descrito, esses elementos foram atingidos e revistos. Na obra, Carolina descreve com clareza de detalhes sua vida na favela do Canindé e temas como a racialização da pobreza, violências, precariedade do serviço público na favela e a maternidade no contexto que vivia.

A autora explica em sua narrativa o motivo de ter escolhido o título “quarto de despejo” para nomear sua primeira publicação, como aponta o trecho:

> Saí de casa as 8 horas. Parei na banca de jornais para ler as noticias principais. A Policia ainda não prendeu o Promessinha. O bandido insensato porque a sua idade não lhe permite conhecer as regras do bom viver. Promessinha é da favela Vila Prudente. Ele comprova o que eu digo: que as favelas não formam carater. A favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo. (Jesus, 1960, p. 90)

De forma explícita, a autora expõe sua crítica social ao sistema e às condições de vida na favela, bem como a falta de oportunidades e a violência que dela decorre. Ao chamar a favela de “quarto de despejo”, ela metaforicamente compara o local a um depósito de lixo, onde a sociedade descarta o que não quer ver ou lidar e que não faz parte da mesma sociedade paulista. Por isso, esse termo foi significativo para nomear o livro, visto como uma forma de superar a invisibilidade imposta à favela.

Invisibilidade da maternidade solo

Tendo em vista a descrição da maternidade vivida por Carolina, Badinter (1985) argumenta que a maternidade é uma construção social, moldada por fatores sociais, econômicos, históricos e políticos. Para a autora, o instinto materno não é inato, mas um sentimento adicional que nem todas as mulheres desenvolvem. Essa perspectiva é reforçada por Damaceno, Marciano e Menezes (2021), que observam uma grande variedade de sentimentos maternos - ambições ou frustrações - influenciados por cada cultura.

Nessa perspectiva, Oberman (1996) corrobora, destacando que a maternidade é um universo de emoções, tensões e conflitos internos para a mãe. Consequentemente, Bowlby (2001) aponta para a necessidade de condições físicas e psíquicas para a mulher exercer o ato de maternar - fatores essenciais que Carolina lutava constantemente para obter.

Assim, Mata (2018) explora a complexidade do vínculo entre mãe e filho, a idealização da “mãe perfeita” e os impactos psicológicos nas mulheres que duvidam de sua própria performance materna. A autora descreve como o ideal social e familiar da mãe perfeita pode ter efeitos tanto positivos quanto negativos para a mulher, a criança e seus relacionamentos mais próximos.

Além disso, Mata (2018) diferencia os conceitos de instinto e amor materno. O amor é definido como o carinho e o vínculo afetivo que se aprofunda com o nascimento e a convivência com o bebê. Já o instinto, por sua vez, está relacionado à vontade de proteger e atender às necessidades de alguém, impulsionando a agir rapidamente para salvar uma vida e fazer o que for preciso para atingir esse objetivo.

Abordando a vulnerabilidade feminina na sociedade, Pinto et al (2011) constataram que a pobreza se manifesta de diversas formas, expondo indivíduos a condições de vida que frequentemente estão aquém da dignidade humana e interferem na complexa dinâmica familiar. Paralelamente, observa-se um aumento no número de famílias monoparentais, especialmente aquelas chefiadas por mulheres.

Nesse contexto, os referenciais teóricos apresentados se entrelaçam para oferecer uma análise robusta da invisibilidade da maternidade solo em contexto de vulnerabilidade, como o vivenciado e retratado por Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo (1960). Eles permitem desconstruir visões idealizadas da maternidade e evidenciar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a marginalização dessas mulheres.

Resultados

De acordo com apontamentos decorrentes da análise literária, é evidenciado em excertos extraídos da própria publicação literária os pontos que aqui dialogam com a perspectiva analítica pautada na identidade mãe-mulher, maternidade monoparental e trabalho de cuidado materno, conforme o exposto na tabela 01:

Tabela 01: Trechos retirados do livro e temas relacionados

"[...] Sou mulher e sou mãe, e isso é o que me torna forte" (p. 50)	Relação de identidade “mãe” e “mulher”.
"Eu sou a mãe, e sou a única que posso dar comida para meus filhos." (p. 90)	Única provedora da família, ausência de rede de apoio.
"Eu não sei o que é descansar. Eu não sei o que é tirar férias. Eu não sei o que é estar sem trabalho.” (p. 115)	Exaustão e precariedade do trabalho exercido.

Fonte: As autoras (2026)

Segundo a primeira linha da tabela, o excerto dialoga com a relação de identidade e maternidade, ao mesmo tempo em que a autora se afirma como mulher e busca forças na maternidade para seguir a sua vida, apesar dos percalços. A autora, ao se reconhecer e se fortalecer através do ato de maternar, demonstra uma resiliência notável e, essa relação dinâmica, sugere que esse carinho pelos filhos serve como uma fonte de inspiração e renovação, impulsionando a protagonista a seguir em frente com determinação.

Na segunda linha, Carolina de Jesus ao afirmar que é a mãe a única que pode dar comida aos seus filhos, desvela a realidade como única provedora de da família enfatizando a falta de rede de apoio, bem como, a situação de maternidade solo. Essa constatação não apenas ilustra a sobrecarga física e emocional dessas

mães, mas também denuncia a falha sistêmica em oferecer suporte adequado a famílias chefiadas por mulheres.

Já na terceira linha, é possível constatar a exaustão física e emocional de Carolina de Jesus com relação ao trabalho excessivo tanto na jornada de trabalho, quanto nas condições precárias para a realização dele, como também, o desgaste emocional/mental devido entre outros fatores, a má remuneração e desumanização perante a invisibilização. É perceptível que, à época, a sociedade negligenciava o sofrimento e os esforços de indivíduos marginalizados, como Carolina; desse modo, esse processo perpetuava um ciclo de sofrimento e desesperança, aspectos refletidos de maneira significativa em sua produção escrita e visão de mundo.

Ao analisar a trajetória de Carolina, é possível perceber que suas experiências transcendem o âmbito individual, tornando-se representativas de uma coletividade marcada pelo abandono social. Suas palavras funcionam como denúncia das injustiças vividas por milhares de pessoas nas periferias brasileiras, evidenciando questões como racismo, desigualdade socioeconômica e falta de acesso a direitos básicos. Sendo assim, a literatura de Carolina Maria de Jesus torna-se um instrumento de resistência, dando voz às populações silenciadas e instigando debates até os dias atuais.

Discussões

Este artigo propõe analisar a obra mundialmente reconhecida de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo* (1960), sob a perspectiva da representação da invisibilidade do trabalho materno. A maternidade, ao longo da história, tem sido marcada por um estigma associado ao instinto feminino, sendo muitas vezes romantizada e naturalizada na literatura e no imaginário social. Conforme aponta Mata (2018), é necessário desconstruir essa visão idealizada, compreendendo a maternidade como uma construção social atravessada por contextos, como os de desigualdade, pobreza e solidão nesta obra.

Nesse sentido, a escrita de Carolina de Jesus revela detalhadamente as nuances de uma maternidade real, árdua e solitária. A autora apresenta o maternar não como um ato puramente instintivo, mas como uma experiência permeada por

dor, esforço e resistência. Sua obra expõe a luta cotidiana de uma mulher que, apesar das extrema pobreza, encontra na escrita um espaço aberto e acolhedor para sua denúncia social.

Quarto de Despejo (1960) manifesta a dimensão humana e social da maternidade em meio à miséria, rompendo com a idealização imposta às mulheres e revelando o fardo invisível do cuidado e da sobrevivência. Assim, a obra reafirma o papel da literatura como instrumento de visibilidade e transformação, evidenciando a importância de se discutir o trabalho materno dentro das estruturas de desigualdade que ainda persistem.

Dessa forma, ao dar centralidade à figura materna de Carolina, o artigo busca valorizar um aspecto muitas vezes negligenciado em suas análises: o de mãe solo, trabalhadora e escritora que constrói, com suas próprias palavras, uma narrativa de resistência e dignidade. Sua escrita se torna, portanto, um ato político e humano, que ecoa para além da sua realidade individual e estimula o leitor e os estudiosos a refletir sobre a sobrecarga do trabalho de cuidado e maternidade silenciosa e invisível aos olhos da sociedade.

Considerações finais

A análise da obra *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, evidenciou como a autora transformou sua experiência de vida em uma poderosa denúncia social. Por meio de uma escrita simples e direta, Carolina expôs as desigualdades vividas pelas mulheres negras e mães solo, revelando a maternidade como um ato de resistência diante da fome, da pobreza e da exclusão.

O estudo permitiu compreender que o amor materno, quando atravessado pela vulnerabilidade, adquire novos significados, marcados pela luta diária e pela busca pela sobrevivência. A autora mostra que ser mãe, em meio à miséria, é também um gesto de coragem e de esperança. Sua escrita ultrapassa o âmbito pessoal, tornando-se um registro histórico e social que denuncia a marginalização e afirma a dignidade humana.

Dessa forma, conclui-se que a obra de Carolina Maria de Jesus segue relevante por dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas e por reafirmar o

papel transformador da literatura. Quarto de Despejo é, assim, mais do que um diário: é um testemunho de resistência e um convite à reflexão sobre a desigualdade, o respeito e a força feminina em contextos de invisibilidade social.

Referências

BADINTER, E. **Um amor conquistado:** O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRETO, R.; MENEZES, H. **Carolina Maria de Jesus, um Brasil para os brasileiros.** São Paulo: IMS Editora, 2023.

BOWLBY, J. **Uma base segura da teoria do apego.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

DAMACENO, N. S.; MARCIANO, R. P.; DI MENEZES, N. R. C. As representações sociais da maternidade e o mito do amor materno. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 199–224, jan/jun 2021.

GANCHO, C. V. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2006.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo:** Diário de uma Favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MATA, C. C. S. da. A questão do vínculo mãe-filho: o mito do amor materno. **Colegiado de Psicologia**, Itabuna, 2018.

OBERMAN, Y.; JOSSELSON, R. Matrix Of Tensions: A Model of Mothering. **Psychology of Women Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 341–359, 1996.

PINTO, R. M. F. et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 167–179, jan. 2011.

CAPÍTULO 3
O ESTUDO DE DUAS IMAGENS DA MULHER NEGRA NA POESIA FINISSECULAR BRASILEIRA

Ana Lígia Rodrigues Drago – UFPA

Angela Teodoro Grillo – UFPA

Resumo:

O presente artigo expõe resultados da catalogação de imagens da mulher na poesia brasileira finissecular e do século XX, a partir de um viés quantitativo e qualitativo, na medida em que propõe colaborar para a construção do Catálogo de Imagens da mulher na poesia de Língua Portuguesa (em construção) dividido em categorias atravessadas pela abordagem interseccional (Ancestralidade; Sentimento Amoroso; Família; Beleza; Trabalho; Vitupério; Sobre-humana; Sexualidade; Religião; Classe Social e Idade). Durante 16 meses, a leitura minuciosa, em torno de vinte cinco obras completas da poesia brasileira finissecular e do século XX, permitiu coletar e catalogar imagens da mulher. Para tanto, foi considerada a produção poética indicada em historiografias literárias como na História Concisa da Literatura Brasileira (1994) de Alfredo Bosi; A Literatura Brasileira de José Aderaldo Castello (1999) e O dicionário crítico das escritoras brasileira de Nelly Novaes Coelho (2002). A pesquisa contou com o apoio teórico dos estudos de performatividade de gênero (BUTLER, 2003) e com o conceito de fixidez do discurso de Homi K. Bhabha (1998). Em suma, centenas de imagens colaboram para demonstrar tradições e rupturas de representações sociais estereotipadas de matriz colonial, que contribuem para compreensão e interpretação de comportamentos da mulher na cultura brasileira. A partir delas, levanta-se o debate e crítica aos padrões ditados pela sociedade patriarcal, os quais influenciam a percepção e o tratamento dados às mulheres dentro do discurso poético, afetando a realidade social. Nesta comunicação, recortam-se duas imagens da categoria trabalho: a “Ama de leite” do poema Ricordanza della mia gioventú (1920) de Augusto dos Anjos e a recém libertada do trabalho de escravidão, do poema Mãe escrava (1891) de Emilia de Freitas, neste caso: a anciã que recebe sua liberdade pela Lei do Sexagenários, não celebra evidentemente o acontecimento, pois seus filhos permanecem vítimas no regime escravocarata. Desse modo, a comunicação propõe analisar em que medida as duas imagens poéticas relacionam trabalho, gênero e raça, contribuindo para a violência ao corpo negro feminino, diante da permanência do cuidado à criança branca e à negligência forçada aos filhos biológicos. Pelas lentes interseccionais, o fenômeno configura-se como Poesia de Senhor de Engenho (GRILLO, 2017), possibilitando observar nos versos uma repetição de tradições oriundas das estruturas de poder coloniais, assim promovendo olhar crítico sobre a imposição a uma parcela da população brasileira subjugadas por gênero, cor da pele e classe econômica.

Palavras-chave: Poesia finissecular; Imagens da mulher; Tradição e ruptura; Poesia do Senhor de Engenho.

Resumen:

El presente artículo expone los resultados de la catalogación de imágenes de la mujer en la poesía brasileña finisecular y del siglo XX, desde un enfoque tanto cuantitativo como cualitativo. Su propósito es contribuir a la construcción del Catálogo de Imágenes de la Mujer en la Poesía en Lengua Portuguesa (en desarrollo), dividido en categorías atravesadas por una perspectiva interseccional (Ancestralidad; Sentimiento amoroso; Familia; Belleza; Trabajo; Vituperio; Sobrehumana; Sexualidad; Religión; Clase social; y Edad). Durante dieciséis meses, la lectura minuciosa de aproximadamente veinticinco obras completas de la poesía brasileña finisecular y del

siglo XX permitió recolectar y catalogar representaciones de la mujer. Para ello, se consideró la producción poética señalada en importantes historiografías literarias, como la Historia concisa de la literatura brasileña (1994) de Alfredo Bosi; La literatura brasileña (1999) de José Aderaldo Castello; y el Diccionario crítico de las escritoras brasileñas (2002) de Nelly Novaes Coelho. La investigación contó con el apoyo teórico de los estudios sobre la performatividad de género (BUTLER, 2003) y con el concepto de fijeza del discurso de Homi K. Bhabha (1998). En suma, cientos de imágenes contribuyen a demostrar tanto tradiciones como rupturas en las representaciones sociales estereotipadas de matriz colonial, lo cual favorece la comprensión e interpretación de los comportamientos femeninos en la cultura brasileña. A partir de estas imágenes, se suscita el debate y la crítica a los patrones dictados por la sociedad patriarcal, los cuales influyen en la percepción y el tratamiento de las mujeres dentro del discurso poético, afectando la realidad social. En esta comunicación se analizan dos imágenes de la categoría “Trabajo”: la “Ama de leche” del poema Ricordanza della mia gioventú (1920) de Augusto dos Anjos, y la mujer recién liberada del trabajo esclavo del poema Mãe escrava (1891) de Emília de Freitas. En este último caso, la anciana que obtiene su libertad por la Ley de los Sexagenarios no celebra el acontecimiento, pues sus hijos continúan siendo víctimas del régimen esclavista. De este modo, el estudio propone analizar en qué medida ambas imágenes poéticas relacionan trabajo, género y raza, contribuyendo a visibilizar la violencia ejercida sobre el cuerpo femenino negro, ante la persistencia del cuidado del niño blanco y la negligencia forzada hacia los propios hijos biológicos. Desde una mirada interseccional, el fenómeno se configura como Poesía de Señor de Ingenio (GRILLO, 2017), lo que permite observar en los versos una repetición de tradiciones provenientes de las estructuras coloniales de poder, promoviendo así una mirada crítica sobre la imposición a un sector de la población brasileña subyugada por el género, el color de piel y la clase económica.

Palabras clave: Poesía finisecular; Imágenes de la mujer; Tradición y ruptura; Poesía del Señor de Ingenio.

Abstract:

The present article presents the results of the cataloging of images of women in late 19th-century and 20th-century Brazilian poetry, from both a quantitative and qualitative perspective. Its purpose is to contribute to the construction of the Catalog of Images of Women in Portuguese-Language Poetry (currently in progress), which is organized into categories shaped by an intersectional approach (Ancestry; Love; Family; Beauty; Work; Abuse; Superhuman; Sexuality; Religion; Social Class; and Age). Over a period of sixteen months, a detailed reading of approximately twenty-five complete works of Brazilian poetry from the late 19th and 20th centuries made it possible to collect and catalog representations of women. For this purpose, the poetic production considered was that identified in major literary historiographies, such as História Concisa da Literatura Brasileira (1994) by Alfredo Bosi, A Literatura Brasileira (1999) by José Aderaldo Castello, and O Dicionário Crítico das Escritoras Brasileiras (2002) by Nelly Novaes Coelho. The research was theoretically supported by gender performativity studies (BUTLER, 2003) and by Homi K. Bhabha’s (1998) concept of the fixity of discourse. In sum, hundreds of images help to reveal both traditions and ruptures in stereotyped social representations of colonial origin, contributing to the understanding and interpretation of women’s behaviors within Brazilian culture. From these representations, debates and critiques emerge concerning the standards dictated by patriarchal society, which influence the perception and treatment of women in poetic discourse, ultimately affecting social reality. This paper focuses on two images within the “Work” category: the “Wet Nurse” from Augusto dos Anjos’s poem Ricordanza della mia gioventú (1920), and the recently freed enslaved woman from Emília de Freitas’s poem Mãe escrava (1891). In the latter, the elderly woman, granted freedom through the Lei dos Sexagenários (Law of the Sexagenarians), does not celebrate her emancipation, as her children remain victims under the slaveholding regime. Thus, this study seeks to analyze the extent to which these two poetic images intertwine labor, gender, and race, highlighting the violence inflicted upon the Black female body — manifested in the continued care for the white child and the forced neglect of one’s own offspring. Through an intersectional lens, this phenomenon takes the form of Plantation Poetry (GRILLO, 2017), allowing us to observe in the verses a repetition of traditions derived from colonial power structures, and thereby fostering a critical view of the oppression imposed upon segments of the Brazilian population subjugated by gender, skin color, and socioeconomic class.

Keywords: Fin-de-siècle poetry; Images of women; Tradition and rupture; Plantation poetry.

Introdução

A imagem da mulher na poesia inaugura-se como objeto de declamação e inspiração que é vista durante os séculos XVIII e XIX, período em que a poesia brasileira emula, em grande medida, vanguardas europeias conforme os comportamentos e convenções sociais vigentes do seu tempo e realidade. Nesse sentido, a poesia brasileira ergue imagens e representações da mulher orientadas pelo lirismo cheio de símbolos imagéticos referentes a tudo aquilo que o eu-lírico majoritariamente masculino invocava à sua imagem feminina a partir de uma linguagem onírica e subjetiva. Dessa forma, observa-se a projeção de uma sociedade patriarcal em que a literatura guarda marcas que produzem e repetem imagens a respeito de um papel postural que exerce uma constituição de estereótipos e performances impostas à mulher, estabelecendo conflitos que colocam-na em limites do seu próprio corpo e meio, de modo a interferir em uma produção artística que abriria uma plural subjetividade da mulher.

Segundo Angela Teodoro Grillo (2023), os marcadores sociais das diferenças tornou-se um divisor de águas nos debates contemporâneos sobre a performance literária, principalmente, nos países que passaram por processos de colonização. Por isso, da-se a importância de investigar vestígios da presença da mulher em produções poéticas contemporâneas, uma vez que inseridas na sociedade condicionada a convenções de seu tempo e classe, é marcada por vestígios de uma tradição passada. Nesse sentido, observa-se a projeção de uma sociedade patriarcal em que a literatura guarda marcas de uma de fixidez do discurso (Bhabha, 2013, p.117), que pode repetir ou até mesmo produzir perspectivas adversas a respeito de uma expectativa lançada sobre o comportamento da mulher, essa que exerce uma constituição de estereótipos e performances de gênero, questão estudada dentro da teoria de Judith Butler:

> [....] a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os discursos que ele nomeia (Butler, 2003, p. 154).

Essa problemática estabelece conflitos que colocam o indivíduo feminino em limites do seu próprio corpo e meio, de modo a interferir no gerar de uma visão sobre a mulher muito mais ampla que abrace sua subjetividade e complexidade, não estando somente limitado à repetição de modelos, tanto na sociedade como nas produções literárias. Diante disso, o trabalho teve como propósito coletar imagens da mulher que possam servir ao estudo catalográfico, analítico e interpretativo da poesia brasileira, a fim de observar o caminho das imagens que podem vim a reafirmar esses modelos tradicionais ou estar rompendo com os mesmos, ao apresentar novas perspectivas sobre a mulher na poesia. Utiliza-se o termo imagem de maneira representativa no olhar de Octavio Paz.

> Nesse sentido, o vocábulo possui um valor psicológico: as imagens são produtos imaginários. Não são esses seus únicos significados, nem os que aqui nos interessam. Convém advertir, pois, que designamos com a palavra imagem toda forma verbal, frase ou conjunto de frases, que o poeta diz e que, unidas, compõem um poema. Essas expressões verbais foram classificadas pela retórica e se chamam comparações símiles, metáforas, jogos de palavras, paranomásias, símbolos, alegorias, mitos, fábulas, etc. Quaisquer que sejam as diferenças que as separam, todas têm em comum a preservação da pluralidade de significados da palavra sem quebrar a unidade sintática da e o do conjunto de frases. Cada imagem ou cada poema composto de imagens contém muitos significados contrários ou díspares, aos quais abarca ou reconcilia sem suprimi-los. (Paz, 1982, p. 119).

Nessa perspectiva, é possível considerar a construção da alusão da mulher na literatura o efeito do padrão de normalização de gênero dentro das práticas sociais (Butler, 2004), atrelado à perpetuação de estereótipos alicerçados em valores de conduta, esses intrínsecos à imagem feminina regida pelo olhar masculino dentro da sociedade binária. Sendo assim, fundamental nessa análise olhar para a historicidade dessas normas e voltar-se para a literatura brasileira, no que se refere a linguagem utilizada para demarcar diferenças de tratamento as imagens diversificadas de mulheres que surgiam e como as mesmas fortalecem visões deturpadas, retardando a capacidade e entrada feminina em meios regidos pela norma patriarcal, de modo a compreender marcas das épocas que distinguem e convergem suas obras ao tratar da imagem da mulher, buscando encontrar os padrões como a tradição de seu discurso e a ruptura na variabilidade dessas representações.

1. Imagem e Texto Poético

Nesse sentido, Octávio Paz em *O arco e a lira* trata da poesia como o gênero mais espontâneo para o ser humano em sua capacidade de concretizar o ritmo inerente à própria linguagem (Paz, 1982, p. 203). Ademais, dentro do corpo poético observa-se a utilização de estruturas que organizam tanto sua construção como sua leitura, o que Norma Goldstein (2002) afirmar ser um trabalho conjunto, somado ao emprego de figuras na construção do poema, que dá ao poeta capacidade de criação de múltiplas significações tanto no plano denotativo como no conotativo. Já para Paz, a imagem pode dizer o que a linguagem pode ser incapaz de dizer (PAZ, 1972, p. 44). Alfredo Bosi em O ser e o tempo da poesia (1977), diz que a atividade poética é revolucionária por natureza; tornando-se um método de libertação interior, como produção mais livre e concisa em sua mensagem, utilizando aspectos e recursos que constituem identidade ao poeta através de suas escolhas de uso. Em sua obra, Bosi trata dos elementos que constituem o texto poético, como a imagem e discurso nele inserido, para ele a imagem é visível e fascina através da evocação, em que a experiência do leitor é mediada pela finitude do corpo que olha.

> [...] quem quer apanhar para sempre o que transcende o seu corpo acaba criando um novo corpo: a imagem interna, ou o desenho, o ícone, a estátua. Que se pode adorar ou esconjurar. Mas que assume, nem bem acabado e posto à nossa frente, o mesmo estatuto desesperante da transcendência. Assim, nos percursos da imagem, por mais que se evite a distância não se consegue nunca suprimi-la. (Bosi, 1977, p. 14).

Para o autor, a imagem produzida, que se tem do poema, é consequência do discurso sobre a sua linearidade; essa imagem é figura, mas não partilha das qualidades formais, procede de operações mediadoras e temporais (Bosi, 1977, p 28). O discurso, nessa acepção, é uma manifestação do ser no tempo, em que o sujeito poético vive e convive com o real. Portanto, o discurso gera a imagem a partir dos enunciados temporais que orbitam sobre ele, trazendo consigo a ideologia necessária para a construção imagética desejada tanto do reflexo da sociedade no discurso como o discurso na sociedade, pontualmente a literatura e o texto poético que nela faz parte, configura tais fenômenos sociais que podem servir de análise.

1.1. Imagem da mulher negra

Para análise, recorta-se duas imagens em diferentes autorias e representações a fim de observar seus aspectos distintos de classe, raça e trabalho que atravessam as mulheres emuladas no discurso poético de Augusto dos Anjos e Emília de Freitas. Em “Ricordanza della mia gioventú” (1920) do poeta simbolista Augusto dos Anjos, desenvolve-se as personalidades oriundas de uma sociedade escravagista colonial brasileira, na qual a figura materna atravessa a senzala a casa grande, o papel de zelo e de manutenção domiciliar que exercia as mulheres escravas dentro da casa do senhor.

“Ricordanza della mia gioventú”

A minha ama de leite, Guilhermina
Furtava as moedas que o Doutor me dava.
Sinhá-Mocinha, minha Mãe, ralhava . . .
Via naquilo a minha própria ruína!

Minha ama, então, hipócrita, afetava
Susceptibilidades de menina:
— Não, não fôra ella! — » E maldizia a sina,
Que ela absolutamente não furtava.

Vejo, entretanto, agora, em minha cama,
Que a mim somente cabe o furto feito . .
Tu só furtaste a moeda, o ouro que brilha

Furtaste a moeda só, mas eu, minha ama,
Eu furtei mais, porque furtei o peito
Que dava leite para a tua filha!
(Anjos, p. 133, 1920).

No poema, o eu-lírico olha de fora a situação de subalternidade e humilhação que a “Mãe” de criação conhecida como Ama encontra-se ao ser questionada pelo possível furto de sua mesada dada pelo Senhor seu pai e toma a dor ao reconhecer nela sentimento de afetividade e intimidade, que não habita no sangue, mas na convivência que o trabalho escravo construiu. É possível observar essa intimidade nos usos de pronome possessivo da primeira pessoa do singular “Minha”, mas que também infere situação de posse. Ambos os sentidos estão ligados à questão de submissão e indignidade que a hierarquização colonial impunha ao corpo e espírito

da mulher negra e escrava dos tempos coloniais. A ama durante os versos é defendida das tais acusações e o emblema ético vem à tona sob o olhar da voz que fora criada pela mesma "[...] Eu furtei mais, porque furtei o peito…Que dava leite para a tua filha!". Percebe-se um mal estar que a situação implanta nos pensamentos do eu lírico ao comparar o suposto furto de natureza fútil à uma usurpação do corpo e do leite da ama que fora retirado da filha de natureza e dado a criança branca da casa grande.

Reconhece-se esse sentimento como um "pseudo pesar" sobre o estado de escravidão maternal em decorrência da intimidade cultivada, a culpa floresce mais na existência da parte individual do eu-lirico privilegiado dentro da história da escrava do que em si na situação de cativa que ela e demais se encontram. Sua participação como alento à culpa é defendê-la do delito acusado e lamentar a sua parcela de contribuição na injustiça escravagista e racial que sua camada social compeliu a ela.

Em continuidade à situação analisada acima, no poema "Mãe Escrava" (1891) da poeta Emilia de Freitas, emula a imagem de mulher negra envolta por uma trama de angústia e desesperança.

"Mãe Escrava"

[...] "Roubaram meus filhos... estão a bordo...
Hoje mesmo o vapor levanta o ferro
Levando o meu Vicente... a minha Lúcia
Eis porque hoje aqui chorando erro.

"Sinhazinha por Deus antes queria
Como outr'ora cativa e maltratada
Tê-los juntos de mim, pois ora sinto
Que era assim muito menos desgraçada".

"Estou velha e cansada, já não posso
Suportar este golpe, a crueldade!
Vou morrer de pesar ... eu por tal preço
Não queria esta inútil liberdade…"

E a triste chorando s'estorcia
Com a face no pó do pavimento!
Era a dor d'uma mãe. Quem não respeita
Esta flor imortal do sentimento?!

Mas daquela infeliz tantos soluços
Não tocou n'este mundo a mais ninguém,
Ah! Só eu partilhei de sua dor...
E por vê-la chorar, chorei também.

Desde então quando via numa praça
Os escravos marchando para o mercado,
Minh'alma sentia em desespero
E soltava de horror meu triste brado.
(FREITAS, p. 18, 1891).

Os versos de Emília trazem o emblema da mulher negra já idosa e alforriada, que não contempla com alento sua liberdade ao ter seus filhos longe e ainda em situação de escravidão. Essa situação é observada pelo eu-lírico com pesar, principalmente nos trechos "Ah! Só eu partilhei de sua dor...E por vê-la chorar, chorei também. Desde então quando via numa praça…Os escravos marchando para o mercado,...Minh'alma sentia em desespero…E soltava de horror meu triste brado", isso ocorre de certa forma pelo distanciamento que a posição social de ambas as compele sentimentos, atitudes e reflexão. Enquanto o eu-lirico como "Sinhazinha" comove-se, sua parcela de contribuição no sistema de exploração e privilégio não é atenuada, muito menos utilizada para impedir que tal tragédia de separação maternal ocorra. No entanto, observa-se que ambos os poemas posicionam-se de maneira critica à estrutura escravagista a que as mulheres negras emuladas estão submetidas. O eu-lírico olha de fora a situação de subalternidade e humilhação que a "Mãe" seja de criação de Augusto dos Anjos, como a escravizada mãe separa dos filhos em Emilia de Freitas, encontra-se e toma a dor ao reconhecer nelas sentimento de afetividade e intimidade que não habita no sangue, mas na convivência que o trabalho escravo construiu. Assim como um "pseudo pesar" que não conhece a dor coletiva do povo da mulher negra que lhe dedicou a vida e juventude. Tal dor e choro não habita no reconhecimento

de humanidade dos demais na mesma condição, mas na familiaridade que a mulher oferece ao eu-lírico, o que torna essa dor individualizada e pouco genuína.

Diante das análises propostas em que dois grandes fenômenos de gênero ocorrem no corpo do texto poético, constata-se o emblema de raça e classe entre as duas imagens apresentadas, uma de uma mulher negra, escrava no tempo da colônia, em situação de rebaixamento social, e outra da mulher exaltada, amada e branca. A partir dos aspectos distintos apontados, constata-se o encontro de diferenças imagéticas dessas duas mulheres, diferenças essas oriundas da interseccionalidade, através de seus marcadores de tempo, classe e raça, enquanto para a negra escrava a humilhação, cárcere e a usurpação do seu estado de humanidade e por conseguinte de seus direitos como tal, para a branca o amor e às coisas belas. As imagens referem-se à representação de mulheres negras no espaço doméstico, no qual lhes cabe a função ora de cuidado, ora de manutenção da casa, a medida que não possuem valorização pela sua ocupação dentro da *Poesia de Senhor de Engenho* (GRILLO), essas mulheres são subjugadas e retiradas de suas dignidades, assim como são surrupiadas pelo tempo dado à dedicação do trabalho familiar, instituição essa que elas não fazem parte, configurando-se como uma violência contra seus corpos e espíritos.

2. Tradição e Ruptura

Para o pós-colonial Homi Bhabha o discurso em países marcados pelo período colonial pode estar relacionado a um movimento de manutenção dos padrões normativos de sua sociedade, o que ele chama de "Fixidez do discurso dentro de Local de Cultura" (2013). Nesse sentido, essa fixação decorre da repetição de estereótipos encontrados dentro da literatura como em qualquer outro enunciado. Atendo-se a poesia, ambos os poemas recortados configuram-se como finisseculares, entre os séculos XIX e XX, em que o Brasil vivia reformas e mudanças profundas de dentro da sociedade e de todo um governo atravessado pela monarquia e pela sociedade escravocrata. Em Ricordanza della mia gioventú, é explícito o tempo em que a imagem é constituída, o que Angela Grillo trata como um tipo de poesia que replica a tradição.

> A ‘poesia o senhor de engenho’, portanto, pode ser compreendida como uma tradição de matriz colonial que secularmente imprime valores patriarcais ao comportamento da mulher. Ao fixar na figura da mulher comportamentos ideais conforme o lugar social que ocupa no trabalho e na sexualidade imposta e a previsibilidade como marca. Ao repetir versos sem mistério, traz em si perguntas e respostas que não desafiam o status quo. (GRILLO, No prello).

Essa tradição se encontra na hierarquia colonial que é submetida a ama de leite e no tom de tratamento dado a ela e observa-se a construção de uma hierarquia de comportamentos remanescentes do sistema colonial e escravocrata, sustentado pela subalternização tanto de raça como de gênero. Já na imagem em “Mãe escrava”, essa tradição ocorre através da performance de sofrimento e desamparo que essa mulher transmite, sendo para a mulher negra nessa situação somente a dor como seu único sentimento. Ambas as performances oriundas de segregações raciais organizadas durante o processo colonizador, que rebaixa o homem e a mulher negra a situações de trabalho e vida precárias e ao cidadão branco menores empecilhos de vida tanto para o labor como para o amor.A performance de discurso e de imagens fixadas nesse contexto é a matéria da tradição imposta ao gênero feminino dentro da literatura, assim como na sociedade, em que a ruptura abrange dimensões que possam mudar a lente pela qual a mulher é vista, escrita e amada.

Considerações Finais

Em suma, no que tange ao fenômeno de “Fixidez de discurso” encontrado na poesia, compreende-se as rupturas como apresentações de novas perspectivas e visões sobre a mulher na poesia, reflexo do tempo e de novas concepções sobre seu lugar e capacidade de reconhecimento de existência dentro e fora da literatura, o que nesse contexto contribui para unidimensionalidade da mulher no discurso e na sociedade. Apesar dos poemas terem sido escritos após a abolição da escravatura, observa-se a perpetuação da tradição do trabalho de cuidado dado a mulher negra na contemporaneidade, com isso a pertinência da criticidade dentro dos poemas enriquece a discussão acerca do papel da mulher negra na sociedade colonial, assim como ela é vista no discurso poético através dos vestígios das estruturas passadas**.** Portanto, tal análise contribui para a compreensão das imagens da mulher na literatura brasileira, assim como também, fomenta o debate e crítica aos padrões normativos vigentes na sociedade patriarcal, os quais

influenciam a percepção e o tratamento dados às mulheres dentro do discurso poético. Com a reflexão sobre a construção social do gênero e as suas implicações nas práticas literárias embasa as futuras investigações e discussões sobre a representação da mulher, contribuindo para um campo de estudo o qual continua a se expandir e a se enriquecer com novas perspectivas e abordagens.

Referências

ANJOS, Augusto dos. **Eu (Poesias Completas)**. Paraíba do Norte - PB: SCP, 1920.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lima Reis, Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 6, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero***: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLO, José Aderaldo. **A literatura brasileira**: origens e unidade (1500-1960). Edusp, 1999.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras:**(1711-2001). 2002.

FREITAS, Emília de. **Canções do lar.** Fortaleza: Typografia Universal, 1891.

GOLDSTEIN, Norma Seltzer. **Versos, sons, ritmos.** São Paulo: Ática, 2002.

GRILLO, Angela Teodoro. **"Tradição e rupturas periféricas: imagens de sexualidade e de trabalho na poesia do Brasil colônia e contemporâneo"**. In: Procknov Rafaela Cassia; SOUZA, Ronaldo Tadeu de (orgs.). Perspectivas periféricas: literatura, cultura e política. São Paulo: Dandara Editora, no prelo.

GRILLO, A. T. **Os "Poemas da Negra", uma leitura a contrapelo da "poesia do senhor do engenho".** Estudos Avançados, [S. l.], v. 31, n. 90, p. 199-214, 2017.

Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/137894. Acesso em: 29 nov. 2023

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Tradução de Editora Nova Fronteira, 1982.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação.** Tradução de Sebastião Uchoa Leite, São Paulo: Perspectiva, 1972.

CAPÍTULO 4

A RELIGIOSIDADE COMO FERRAMENTA DE OPRESSÃO NA OBRA *HIBISCO ROXO*, DE CHIMAMANDA ADICHIE

Kelly Nazaré Ribeiro Passos – UFRA

Marcelo Spitzner – UFRA

Resumo:

Este trabalho analisa a religiosidade como instrumento de opressão e controle social na obra *Hibisco Roxo* (2003), de Chimamanda Ngozi Adichie, fundamentando-se nas abordagens pós-coloniais de Frantz Fanon, na crítica patriarcal de Oyèrónké Oyěwùmí e bell hooks, e nos aportes da educação libertadora de Paulo Freire. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e analítico-literário. Os achados revelam que a religiosidade cristã-missionária, corporificada na figura autoritária de Eugene, atua como um dispositivo colonial e patriarcal que silencia e subjuga as subjetividades de Kambili e Beatrice. Em contrapartida, a personagem Tia Ifeoma expressa uma vivência religiosa emancipatória e acolhedora, estabelecendo um contraponto crítico à opressão doméstica. Conclui-se que, ao dar voz às vivências femininas e expor as contradições do dogma religioso, a narrativa de Adichie consolida a literatura como um espaço fundamental de resistência, descolonização e conscientização social.

Palavras-chave: Religiosidade; Opressão; Literatura Africana; Feminismo; Pós-colonialismo.

Abstract:

This study analyzes religiosity as an instrument of oppression and social control in the novel *Purple Hibiscus* (2003), by Chimamanda Ngozi Adichie, based on the postcolonial approaches of Frantz Fanon, the patriarchal critique of Oyèrónké Oyěwùmí and bell hooks, and the contributions of Paulo Freire's liberating education. This is a qualitative research with a bibliographic and literary-analytical design. The findings reveal that Christian-missionary religiosity, embodied in the authoritarian figure of Eugene, acts as a colonial and patriarchal device that silences and subjugates the subjectivities of Kambili and Beatrice. Conversely, Aunt Ifeoma represents an emancipatory and welcoming religious experience, establishing a critical counterpoint to domestic oppression. It is concluded that by giving voice to female experiences and exposing the contradictions of religious dogma, Adichie's narrative consolidates literature as a fundamental space for resistance, decolonization, and social awareness.

Keywords: Religiosity; Oppression; African Literature; Feminism; Postcolonialism.

Resumen:

Este trabajo analiza la religiosidad como instrumento de opresión y control social en la obra *Hibisco Púrpura* (2003), de Chimamanda Ngozi Adichie, basándose en los enfoques poscoloniales de Frantz Fanon, la crítica patriarcal de Oyèrónké Oyěwùmí y bell hooks, y los aportes de la educación liberadora de Paulo Freire. Se trata de una investigación cualitativa de carácter bibliográfico y analítico-literario. Los hallazgos revelan que la religiosidad cristiana misionera, encarnada en la figura autoritaria de Eugene, actúa como un dispositivo colonial y patriarcal que silencia y subyuga las subjetividades de Kambili y Beatrice. En contraposición, la tía Ifeoma representa una vivencia religiosa emancipadora y acogedora, estableciendo un contrapunto crítico a la opresión doméstica. Se concluye que, al dar voz a las experiencias femeninas y exponer las contradicciones del dogma religioso, la narrativa de Adichie consolida la literatura como un espacio fundamental de resistencia, descolonización y concientización social.

Palabras-clave: Religiosidad; Opresión; Literatura Africana; Feminismo; Poscolonialismo.

1. Introdução

As literaturas africanas contemporâneas têm desempenhado um papel crucial na desconstrução dos discursos hegemônicos e na compreensão das complexas dinâmicas sociais, culturais e políticas do continente no contexto pós-colonial. Na obra *Hibisco Roxo* (2003), da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, articula-se um retrato denso e sutil dos impactos prolongados da colonização britânica e do dogmatismo religioso na esfera privada. Por meio do olhar observador e represado da jovem protagonista e narradora Kambili, a narrativa expõe as tensões entre tradição e modernidade, saberes autóctones Igbo e dogmas ocidentais, revelando como a fé cristã pode ser instrumentalizada como um dispositivo de dominação, violência e silenciamento no espaço doméstico.

Nesse horizonte teórico, Frantz Fanon (2008), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, examina como o colonialismo afeta profundamente a psique do colonizado. A imposição cultural e espiritual desencadeia um processo acentuado de alienação e crise de identidade, no qual a estrutura colonial busca "transformar o colonizado em um subalterno, um ser que deve sentir-se inferior e desprezível" (Fanon, 2008, p. 16). A reflexão fanoniana sobre a internalização do complexo de inferioridade oferece o aporte analítico necessário para compreender a mentalidade de Eugene Achike, pai de Kambili, cujos discursos e práticas traduzem a assimilação acrítica dos padrões eurocêntricos.

Paralelamente, este estudo articula a crítica literária com o pensamento de feministas negras e educadores críticos. Adichie (2014) defende que a transformação social exige o questionamento sistemático das hierarquias de gênero impostas socialmente. Em diálogo com essa perspectiva, Paulo Freire (2019) enfatiza a necessidade de uma prática libertadora fundamentada na conscientização — isto é, na capacidade do sujeito de reconhecer, problematizar e superar as estruturas opressoras que o assujeitam. Dessa forma, a análise de *Hibisco Roxo* demonstra como o texto literário opera como uma plataforma pedagógica e emancipatória, capaz de fomentar o pensamento crítico e valorizar

as vozes femininas africanas no cenário pós-colonial.

2. A Religiosidade Autoritária e Patriarcal: A Figura de Eugene

Na arquitetura narrativa de *Hibisco Roxo*, Eugene Achike encarna o patriarca autoritário cuja devoção católica fervorosa converte o dogma religioso em um mecanismo brutal de controle social e opressão familiar. Eugene exemplifica o sujeito colonizado que internalizou integralmente os valores da metrópole europeia, rejeitando as tradições de sua própria cultura ancestral. Essa postura fica evidente na aversão visceral que demonstra pelo próprio pai, Papa-Nnukwu, a quem rotula sistematicamente de "pagão" e adorador de "deuses de madeira e pedra" (Adichie, 2011, p. 47).

O dogmatismo de Eugene reflete-se na sua adesão incondicional ao padre britânico Benedict, cuja autoridade pastoral é retratada a partir de sua repulsa às expressões culturais locais. Como observa a narradora Kambili:

> O padre Benedict mudara as coisas na paróquia, insistindo, por exemplo, que o credo e o *kyrie* fossem recitados apenas em latim; igbo não era aceitável [...]. Durante seus sermões, o padre Benedict sempre falava do papa, do meu pai e de Jesus nessa ordem. (Adichie, 2011, p. 10)

A cena inaugural do romance — o "Domingo de Ramos" — sintetiza a ruptura da ordem tirânica familiar causada pela recusa do filho, Jaja, em receber a eucaristia. Diante do desafio ao sacramento, a reação de Eugene revela a fusão entre fanatismo religioso e violência física:

> Papa olhou em torno rapidamente, como quem procura por uma prova de que algo desabara do teto alto da sala [...]. Pegou o missal e atirou-o na direção de Jaja. O missal não acertou Jaja, mas atingiu a estante de vidro que mamãe limpava com tanta freqüência. A prateleira de cima se quebrou, fazendo que as minúsculas bailarinas de cerâmica contorcidas em diversas posições caíssem no chão duro... (Adichie, 2011, p. 12)

Segundo Oyèrónké Oyěwùmí (2021), a organização social patriarcal em diversas sociedades nigerianas foi reconfigurada e exacerbada pelo projeto colonial e pela ação missionária cristã, os quais atribuíram aos homens o monopólio da moralidade e da autoridade institucional. Em *Hibisco Roxo*, a violência exercida por Eugene — velada sob a justificativa da "purificação espiritual" e do "amor cristão" — naturaliza o abuso doméstico. O "gole de amor", ritual em que o pai oferece chá

fervendo aos filhos como demonstração de afeto moralizador, exemplifica como o afeto e a punição se entrelaçam de forma perversa: "o chá estava sempre muito quente, sempre queimava minha língua [...] mas não tinha importância, pois eu sabia que quando o chá queimava minha língua, ele estava queimando o amor de Papa em mim" (Adichie, 2011, p. 13).

3. O Silenciamento Feminino e as Subjetividades Oprimidas

A religiosidade dogmática e colonial imposta por Eugene molda diretamente os corpos e as subjetividades das mulheres da casa. Beatrice (a mãe) e Kambili (a filha) habitam um espaço doméstico saturado pela vigilância rigorosa e pelo medo constante. Como postula bell hooks (2019), a estrutura patriarcal assegura sua dominação por meio da interdição da fala feminina e da imposição do silêncio como norma de conduta.

No contexto do lar dos Achike, a rotina é rigidamente governada por horários desenhados por Eugene, anulando qualquer margem de espontaneidade ou autonomia. Kambili desenvolve uma psique autovigilante, pautada no receio permanente de falhar com as expectativas paternas. Essa opressão manifesta-se no plano somático: Kambili gagueja, perde a capacidade de rir e interioriza a ideia de que o silêncio é sua única salvaguarda: “Jaja, Mama e eu falávamos mais com nosso espírito do que com nossos lábios.” (Adichie, 2011, p. 19)

A violência física exercida por Eugene resulta em consequências gravíssimas, como os recorrentes abortos sofridos por Beatrice após surras sofridas em momentos de desacato implícito dogmático. A resposta de Beatrice a essa violência sistemática manifesta-se no ritual obsessivo de limpar suas bailarinas de cerâmica — objetos que simbolizam a fragilidade e a esterilização de sua própria existência sob o jugo patriarcal:

> Eu me perguntava por que ela limpava as estatuetas sempre depois de eu ouvir aquele som vindo do quarto deles, um som que parecia ser de alguma coisa batendo na porta pelo lado de dentro [...]. Ela dedicava pelo menos quinze minutos a cada estatueta de bailarina. Nunca havia lágrimas em seu rosto. (Adichie, 2011, p. 15)

A opressão estende-se ao ambiente escolar, onde a busca pela perfeição acadêmica não decorre de um desejo de emancipação, mas da necessidade

premente de evitar a punição paterna. Quando Kambili obtém o segundo lugar na turma, Eugene a confronta utilizando um espelho para reforçar sua exigência de impecabilidade moral e intelectual, desqualificando suas limitações humanas:

> — Olhe no espelho [...]. Quantas cabeças você tem, *gbo*? [...] Aquela menina tem uma cabeça também, não tem duas. Então por que a deixou ficar em primeiro? [...] Como Deus lhes deu muito, Ele espera muito de vocês. Espera a perfeição. (Adichie, 2011, p. 47)

A narrativa expõe, assim, a dupla subjugação sofrida por Beatrice e Kambili, apanhadas no entrecruzamento entre a herança do rigor missionário colonial e o autoritarismo patriarcal.

4. Oposição Simbólica: Tia Ifeoma e a Fé Libertadora

Em oposição radical à atmosfera asfixiante da residência familiar de Eugene, a personagem Tia Ifeoma introduz uma perspectiva descolonial e emancipatória na narrativa. Professora universitária, viúva e católica, Ifeoma vivencia uma espiritualidade afetuosa, dialógica e integrada aos valores culturais Igbo.

Ao contrário do lar de Eugene, em que as refeições são marcadas pelo silêncio opressivo e por orações punitivas, a casa de Tia Ifeoma em Nsukka é preenchida pelo riso, pelo debate aberto e pela livre circulação de ideias. Ali, a religiosidade não atua como instrumento de coerção, mas como espaço de celebração da vida e da autonomia. Conforme assinala Joice Berth (2019), o empoderamento feminino concretiza-se na ruptura com os padrões normativos impostos e no desenvolvimento do pensamento autônomo.

É no espaço de Nsukka que a metáfora central do romance se consolida: os hibiscos roxos cultivados no jardim de Ifeoma simbolizam a possibilidade de transformação, liberdade e florescimento em meio ao rigor dogmático. A convivência com Tia Ifeoma, com o primo Amaka e com o Padre Amadi possibilita a Kambili e Jaja o início de um processo de libertação interior:

> A rebeldia de Jaja era como os hibiscos roxos experimentais de tia Ifeoma: rara, com o cheiro suave da liberdade, uma liberdade diferente daquela que a multidão, brandindo folhas verdes, pediu na Government Square após o golpe. Liberdade para ser, para fazer. (Adichie, 2011, p. 19)

A postura de Tia Ifeoma dialoga diretamente com a concepção de *educação*

libertadora proposta por Paulo Freire (2019). Ao encorajar os jovens a questionar, argumentar e expressar suas subjetividades sem receio de retaliação, Ifeoma promove a transição de uma consciência ingênua e subjugada para uma consciência crítica e emancipada. A espiritualidade vivida em Nsukka demonstra que a fé, quando desvinculada das amarras coloniais e do patriarcado violento, torna-se um vetor de cura, resiliência e descolonização das mentes.

5. Considerações Finais

A análise analítico-literária de *Hibisco Roxo* confirma que a religiosidade, quando apropriada de forma dogmática e colonial, converte-se em um poderoso vetor de opressão patriarcal, desestruturando subjetividades e promovendo o silenciamento sistemático das mulheres. A trajetória de Eugene Achike simboliza de maneira trágica a alienação do colonizado identificada por Frantz Fanon, cuja internalização do discurso do dominador resulta na reprodução da violência no âmbito privado. Paralelamente, os sofrimentos impostos a Beatrice e Kambili ilustram as perversidades do patriarcado denunciadas por bell hooks e Oyèrónké Oyěwùmí.

Por outro lado, o contraponto representado por Tia Ifeoma e o espaço simbólico de Nsukka evidenciam a viabilidade de vivências espirituais e comunitárias emancipatórias, sintonizadas com a perspectiva freireana de libertação e conscientização. Ao entretecer a crítica pós-colonial com as questões de gênero e religiosidade, Chimamanda Ngozi Adichie reafirma o potencial pedagógico e político da literatura africana contemporânea. A obra convida o leitor a desnaturalizar estruturas hegemônicas de poder, afirmando a escrita feminina como um território privilegiado de resistência, reexistência e descolonização das subjetividades.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco Roxo.** Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** São Paulo: Pólen Livros, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2018.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais:** colonialidade, saberes e desígnios subalternos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Muzzle, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CAPÍTULO 5
LITERATURA E INVISIBILIDADES DA COMUNIDADE LGBTQIPAN+:

Lesbianidade de Cassandra Rios

Cristal Ferreira de Moura - UFRA

Eduardo Venicios Lima Pontes - UFRA

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira - UFRA

Resumo

Este estudo propõe uma abordagem sobre a literatura brasileira que ao longo do século XX passou por profundas mudanças e desafios como espelho e formador de cultura que durante muito tempo excluiu ou distorceu as vivências LGBTQIPAN+, refletindo-se nas normas heteronormativas cisnormativas da sociedade. Tanto autores, quanto personagens eram frequentemente invisibilizados, relegados e marginalizados. No entanto, uma autora estava resistindo a opressão patriarcal e moralista em nome da comunidade lésbica ao publicar a obra *A Volúpia do Pecado* (1948). Em razão disso, o presente trabalho tem como objetivo estudar a autora Odete Rios, cujo pseudônimo era Cassandra Rios, que foi a primeira escritora lésbica do Brasil ao retratar sua homossexualidade na ficção, assim, rompeu os paradigmas heteronormativos da literatura nas décadas de 1950 e 1980, ao escrever pautas relacionadas à comunidade LGBTQIPAN+. Porém, as suas obras literárias foram censuradas, principalmente no regime militar, foi neste período que Cassandra Rios ficou conhecida como a "escritora maldita". Nesse sentido, a literatura dela enfrentou desafios da contemporaneidade de gênero, rompendo as questões moralistas e dos bons costumes dos anos 1950 a 1980. Do ponto de vista metodológico, neste estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e interpretativo da obra *A Volúpia do Pecado* por meio de artigos e reportagens sobre a escritora e a exclusão sistemática das lésbicas. O presente artigo tem como suporte teórico Cândido (1995) com formação ativa na formação de imaginários coletivos e Rich (1980) que propõe a diversidade de experiências homoafetivas entre lésbicas.

Palavras - Chave: Cassandra Rios; invisibilidade; lésbica; resistência; *A Volúpia do Pecado.*

Resumen

Este estudio propone un enfoque sobre la literatura brasileña que, a lo largo del siglo XX, atravesó profundas transformaciones y desafíos como espejo y formadora de cultura que durante mucho tiempo excluyó o distorsionó las vivencias LGBTQIPAN+, reflejándose en las normas heteronormativas y cisnormativas de la sociedad. Tanto autores como personajes eran frecuentemente invisibilizados, relegados y marginalizados. No obstante, una autora resistió la opresión patriarcal y moralista en nombre de la comunidad lésbica al publicar la obra *A Volúpia do Pecado* (1948). En razón de ello, el presente trabajo tiene como objetivo estudiar a la autora Odete Rios, cuyo seudónimo era Cassandra Rios, quien fue la primera escritora lésbica de Brasil en retratar su homosexualidad en la ficción; de este modo, rompió los paradigmas heteronormativos de la literatura en las décadas de 1950 y 1980 al escribir sobre temas relacionados con la comunidad LGBTQIPAN+. Sin embargo, sus obras literarias fueron censuradas, principalmente durante el régimen militar, periodo en el que Cassandra Rios fue conocida como la "escritora maldita". En este sentido, su literatura enfrentó los desafíos de la contemporaneidad de género, rompiendo con los cuestionamientos moralistas y de las buenas costumbres de los años 1950 a 1980. Desde el punto de vista metodológico, en este estudio se realizó una investigación cualitativa de carácter bibliográfico e interpretativo de la obra *A Volúpia do Pecado* por medio de artículos y reportajes

sobre la escritora y la exclusión sistemática de las lesbianas. El presente artículo cuenta con el soporte teórico de Cândido (1995), con la literatura como agente activo en la formación de imaginarios colectivos, y Rich (1980), quien propone la diversidad de experiencias homoafectivas entre lesbianas.

Palabras clave: Cassandra Rios; invisibilidad; lesbiana; resistencia; *A Volúpia do Pecado*.

Abstract

This study proposes an approach to Brazilian literature, which throughout the 20th century underwent profound changes and challenges as a mirror and shaper of culture. For a long time, it excluded or distorted LGBTQI+ experiences, reflecting society's cisnormative heteronormative norms. Authors and characters were often rendered invisible, relegated, and marginalized. However, one author resisted patriarchal and moralistic oppression on behalf of the lesbian community by publishing her work, A Volúpia do Pecado (The Voluptuousness of Sin) (1948). Therefore, this work aims to study the author Odete Rios, whose pseudonym was Cassandra Rios, who was the first lesbian writer in Brazil to portray her homosexuality in fiction. Thus, she broke the heteronormative paradigms of literature in the 1950s and 1980s by writing about themes related to the LGBTQI+ community. However, her literary works were censored, particularly during the military regime. It was during this period that Cassandra became known as the "cursed writer." In this sense, Cassandra Rios's literature faced contemporary gender challenges, breaking with the moralistic and moralistic traditions of the 1950s to 1980s. Methodologically, this study conducted qualitative bibliographic and interpretative research on the work "The Voluptuousness of Sin," articles and reports about the writer, and the systematic exclusion of lesbians. This article is theoretically supported by Cândido (1995), whose active training focuses on the formation of collective imaginaries, and Rich (1980), who explores the diversity of same-sex experiences among lesbians.

Keywords: Cassandra Rios; invisibility; lesbian; resistance; *The Voluptuosness of Sin*

Introdução

A literatura brasileira do século XX foi marcada por profundas transformações sociais, políticas e culturais que refletem os temas das obras publicadas. Cassandra Rios destaca-se não apenas na extensa produção literária brasileira, mas sobretudo na marginalização e censura ao longo da carreira de escritora, cujo pioneirismo de romper os padrões da moral e dos bons costumes por meio da literatura voltada ao público lésbico, foi a primeira autora alcançar a marca de um milhão de exemplares vendidos. No entanto, Rios foi silenciada pelas editoras tradicionais e principalmente censurada pelo Regime Militar motivado pelo conteúdo erótico, pornográfico e imoral. Tal invisibilização, contudo revelou mecanismos de exclusão, censura e silenciamento por parte da sociedade da época sobre a qualidade literária da autora. Este trabalho propõe refletir sobre as estratégias de resistência contra os mecanismos de apagamentos enfrentados por Cassandra Rios para marcar presença na literatura brasileira.

É adotada, neste trabalho, uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo, voltada à análise da obra *A Volúpia do Pecado* (1948), de Cassandra Rios, sob a concepção das invisibilidades LGBTQIAPN+ na literatura brasileira escolha do método qualitativo justifica-se pela possibilidade de aprofundar a interpretação dos sentidos presentes nas narrativas, especialmente no que concerne à representação da lesbianidade em um contexto histórico de forte repressão social, moral e política durante o regime militar brasileiro.

A análise busca identificar de que maneira a narrativa de Cassandra Rios apresenta as vivências lésbicas, problematizando questões de identidade, desejo, resistência e silenciamento, que atravessam a trajetória de suas personagens em meio à sociedade brasileira. A pesquisa ancora-se também em estudos acadêmicos e artigos científicos que discutem tanto a obra da autora quanto o papel da literatura na construção e desconstrução das representações sociais das minorias sexuais e de gênero no Brasil. Dessa forma, o método qualitativo aplicado permite uma leitura mais fluida e aprofundada dos elementos simbólicos, discursivos e contextuais que permeiam a obra, contribuindo para a compreensão de sua relevância no debate sobre visibilidade e reconhecimento das identidades lésbicas na literatura nacional.

Desenvolvimento

Odete Rios conhecida pelo pseudônimo de Cassandra Rios, foi uma escritora controversa mais lida e censurada do Brasil durante a segunda metade do século XX no Brasil, com 16 anos publicou o seu primeiro livro com temática lesbiana entre duas adoleslecentes de forma menos patogênica, mas com sentimento existente entre duas mulheres, a obra passou por edições nos primeiros anos, mas enfrentou censura por parte das editoras e incomodou especificamente o Regime Militar (1964 – 1985) diversos setores da sociedade desafiando as normas de gênero, moral e bons costumes considerados como tabus: sexualidade feminina, erotismo e a liberdade dos corpos numa sociedade patriarcal por meio da escrita provocadora expressando sua marginalidade, seu erotismo, sua homossexualidade feminina nas personagens da literatura; ela destacou por desafiar os padrões conservadores da ditadura militar. Apesar de alcançar a marca de um milhão de livros vendidos, 36 títulos foram censurados e

excluídos entre as décadas de 1960 e 1980 dos círculos literários oficiais, liderados por pessoas conservadoras e sexistas ao desqualificar sua produção literária.

A ditadura militar foi o grande empecilho de Cassandra proibindo diversos livros e consolidando sua imagem imprópria e subversiva. Entretanto, tal repressão revelou seu potencial literário como resistência cultural ao expressar o desejo feminino, Cassandra deu voz às lésbicas afirmando suas identidades de gênero em meio ao silenciamento sistemático. Sua literatura é exemplo de resistência ao moralismo, à heteronomatividade e à opressão estatal.

Além da censura estatal, Rios enfrentou a exclusão simbólica do campo literário por não atender às normas de conduta dos editoriais, dos manuais das antologias e dos estudos acadêmicos durante décadas. Essa ausência revelou um sistema hierarquizado da literatura patriarcal, elitista e normativo; recentemente, contudo, suas obras foram resgatadas por pesquisadores e movimentos sociais interessados ao recuperar as vozes dissidentes e dar visibilidade às trajetórias literárias apagadas pela literatura patriarcal.

Resultados

A análise da obra *A Volúpia do Pecado* (1948), permite constatar que as produções literárias de Cassandra Rios romperam de forma significativa com os padrões vigentes da literatura brasileira do século XX. O texto apresenta narrativas em que o erotismo feminino e as experiências lésbicas são tematizados de maneira inédita, conferindo centralidade aos sujeitos historicamente marginalizados e problematizando o lugar da mulher em uma sociedade patriarcal. A presença de personagens que exploram o desejo, a autonomia e a liberdade corporal desafiam não apenas a moral conservadora, mas também a lógica literária canônica, que privilegiava discursos masculinos e heteronormativos.

Os resultados também indicam que Cassandra Rios sofreu um processo de marginalização em múltiplas frentes. A censura estatal, intensificada durante o regime militar, proibiu e retirou de circulação 36 de suas obras, classificadas como imorais e pornográficas. Essa repressão não apenas reduziu o alcance de sua

produção, mas também consolidou sua imagem como escritora subversiva e inadequada ao consumo público. Paralelamente, a crítica literária e o meio acadêmico desqualificaram seus textos, negando-lhes valor estético e literário, o que reforça os mecanismos de exclusão que regem o campo cultural brasileiro. Como observa Lima (2009), o silenciamento de Cassandra revela um sistema literário hierárquico, sustentado por critérios elitistas e patriarcais que dificultam a entrada de vozes dissidentes.

Apesar dessas barreiras, sua obra alcançou um público expressivo, chegando à marca de um milhão de exemplares vendidos, o que evidencia a existência de leitores interessados em narrativas que escapavam dos limites impostos pela moral oficial. Esse dado confirma o caráter paradoxal de sua trajetória: ao mesmo tempo em que foi censurada e invisibilizada, também foi consumida em larga escala, mostrando que sua literatura respondia a uma demanda social reprimida. Atualmente, o resgate de sua produção por pesquisadores, como Gonella (2019) e Sutili e Bechtold (2021), reforça a relevância de sua contribuição para a visibilidade lésbica e para o questionamento das estruturas de poder que historicamente silenciaram essas experiências no Brasil.

Discussão

Os resultados evidenciam que a trajetória de Cassandra Rios revela os mecanismos de exclusão e silenciamento historicamente presentes na literatura brasileira, especialmente em relação às mulheres lésbicas e às identidades dissidentes. Como observa Candido (1995), o campo literário brasileiro tradicionalmente estruturou-se de forma hierárquica e patriarcal, favorecendo discursos masculinos, heteronormativos e alinhados aos padrões morais dominantes. Nesse contexto, a marginalização de Rios não pode ser compreendida apenas como resultado da censura estatal, mas também como reflexo de uma lógica editorial e acadêmica que deslegitimava a produção literária que questionava normas sociais estabelecidas.

O título do livro *A Volúpia do Pecado* pressupõe que há pecado, mas Cassandra Rios questiona de onde vem o pecado imposto pela sociedade da

época, a qual define a conduta de indivíduos, assim, há uma tensão entre o título e o conteúdo que trata o desejo como legítimo.

> O trecho relevante do livro temos o capítulo VII começa com o início da amizade entre Lyeth e Irez, no qual Lyeth aprendeu as técnicas de hipnotismo por meio da leitura e prática. O começo da atração veio quando Lyeth serviu-se de cobaia ao olhar fixamente na dança sensual da Irez. Então, Lyeth tenta a todo custo resistir ao sensualismo, mas ela é seduzida pela Irez e na obra as duas trocam o primeiro beijo, até chegam a ter relações sexuais, logo há conflitos de ciúmes entre as protagonistas com brigas mais cômicas do que dramáticas. Além disso, o livro apresenta o conflito com a moral, religiosidade e as normas sociais como a sensação de culpa das personagens em meio as normas sociais vigentes, mesmo que não haja uma condenação explicita. (Rios, 1948 p. 36)

Além disso, o estudo corrobora a análise de Adrienne Rich (1980), segundo a qual a heterossexualidade compulsória funciona como mecanismo de opressão e apagamento das experiências lésbicas. As narrativas de Rios, ao trazerem à tona o desejo feminino e relações entre mulheres, configuram-se como práticas literárias de resistência, afirmando identidades invisibilizadas e desafiando normas heteronormativas e moralistas. Tal resistência não se limita ao plano temático; ela se manifesta também na própria presença de suas obras no mercado editorial, atingindo um público expressivo apesar da censura e da crítica conservadora.

Estudos recentes, como os de Sutili e Bechtold (2021) e Gonella (2019), reforçam que a literatura de Rios desempenha um papel central na construção da visibilidade lésbica no Brasil. Ao narrar experiências de desejo, resistência e marginalidade, suas obras questionam a opressão estatal, social e cultural, evidenciando como mecanismos de apagamento e invisibilização atuaram tanto no nível institucional quanto no simbólico. Esse diálogo entre repressão e resistência revela a potência política da literatura de Cassandra Rios: ao mesmo tempo em que foi censurada, sua produção configurou-se como instrumento de afirmação de identidades e de contestação de estruturas de poder.

Conclusão

Em virtude das informações expostas no artigo, conclui-se que Cassandra Rios utilizou a literatura como instrumento de resistência ao desafiar o sistema heterocisnormativo vigente e por dar centralidade às experiências homossexuais lésbicas durante o período de forte repressão como o regime militar no contexto de

censura e vigilância durante os anos 1950 – 1980 do século XX, autuada com a voz temida ao quebrar tabus da sociedade brasileira. O seu pioneirismo ao publicar o livro *A Volúpia do Pecado*, cujo tema central é o amor lésbico inaugurou a representatividade feminina na literatura, embora a recusa das editoras de publicarem as suas obras devido ao seu teor erótico e pornográfico que ira contra os valores da moral e dos bons costumes. Cassandra desafiou a censura do regime militar depois de ter suas 36 obras vetadas que a consagrou como a escritora "maldita" em meio ao sucesso comercial que fizeram Cassandra a primeira autora ao alcançar a marca de um milhão de livros vendidos, do modo que a autora passou a viver exclusivamente da literatura, mostrando um abismo entre aceitação popular e preconceito das elites revelando um "Brasil subterrâneo", cujo anseios eram ignorados pela cultura oficial. Na questão de gênero, Cassandra afirmou que todo homem que escrevia sobre sexo era "sábio" enquanto que uma mulher escritora era "tarada" na visão das editoras.

O legado da Cassandra Rios é portanto duplo: tanto na parte de fonte histórica, como na trajetória são indispensáveis para compreender os mecanismos de censura e resistência cultural durante o Regime Militar; e como na contribuição literária, ela humanizou personagens lésbicas retirando-as dos estereótipos e as inserindo-as no cotidiano, uma nova estética literária e pavimentou caminhos para uma representação mais complexa e humana na diversidade sexual do país para estudos e discussões voltadas para a comunidade LGBTQIPAN+, especialmente as mulheres lésbicas, frequentemente apagadas até mesmo dentro dos próprios movimentos de diversidade sexual e de gênero. Ao todo, seu acervo literário pode ser explorado com mais profundidade a evolução estilística de sua narrativa ao longo de quatro décadas de produção e sua relação de intertextualidade da literatura popular.

Referências

CANDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem.** In: **Vários Escritos.** 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 265-278.

CORTECERTU, Jair dos Santos. Cassandra Desafiou censura para se tornar a primeira brasileira a vender 1 milhão de livros e educar uma geração. **Folha de São**

Paulo, São Paulo, 08 de mar. de 2018. Disponívem em: < https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2018/03/08/cassandra-rios-desafiou-censura-para-se-tornar-a-primeira-brasileira-a-vender-1-milhao-de-livros-e-educar-uma-geracao/> Acesso em 29 de jun. de 2025

GEARINI, Victoria. Cassandra Rios: A autora que teve 36 livros censurados durante a Ditadura Militar. **Aventuras na História.** São Paulo, 03 de abr. de 2021. Disponível em: Acesso em 12 de jun. de 2025

GONELLA, Carolina Castellanos. Cassandra Rios e a lésbica genuína em: Eu Sou uma lesbica (1980). **Journal of Lusophone Studies** v. .4, n. 1, 19 de jun. 2019. Disponível em: Acesso em: 11 de jun 2025

LIMA, Maria Isabel de Castro. **Cassandra, Rios de lágrimas:** Uma leitura crítica dos inter (ditos). Orientadora: Cláudia Junqueira de Lima Costa. 2009. 82 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93291/267494.pdf?sequen ce=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 de jun 2025

MORAES, Laura; FRANÇA, Bernado. Quem foi Cassandra Rios, pioneira da literatura lésbica no Brasil. **Revista Galileu,** Rio de Janeiro, 29 de Ago. de 2022. Disponível em: < https://revistagalileu.globo.com/Cultura/Livros/noticia/2022/08/quem-foi-cassandra-rios-pioneira-da-literatura-lesbica-no-brasil.html>. Acesso em 29 de jun. de 2025

RIOS, Cassandra. **A volúpia do pecado**, Rio de Janeiro: Editora Record, 1974 [1948].

RIOS, Cassandra. **Eu sou uma lésbica.** São Paulo: Editora Artenova, 1975.

RICH, Adrienne. **Compulsory heterosexuality and lesbian existence.** Signs, Chicago, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

SUTILI, Violeta; PESSOA BECHTOLD, Leila. Vivência lesbiana em Cassandra Rios: Eu sou uma lésbica. **Revista Apotheke**, Florianópolis, v. 6, n. 3, 03 de jan. 2021. DOI: 10.5965/24471267632020118. Disponível em: Acesso em: 13 jun. 2025.

CAPÍTULO 6

“EU LUTO! EU SOBREVIVO! EU RESISTO! EU EXISTO!”:

corpos trans e a literatura vaga-lume em Antologia trans – 30 poetas trans, travestis e não-binários

Anderson Pinto Soares - UNEB

Resumo:

Corpos trans e travestis estão sendo (re)significados através da literatura, em poemas, prosas, poemas em prosas, artes visuais, dentre muitas outras possibilidades da arte contemporânea. Pensando nisso, pretende-se nesse trabalho analisar alguns textos literários que compõe o livro *Antologia Trans – 30 poetas trans, travestis e não-binários* (2017), buscando compreender como esses corpos se tornam políticos através da resistência a uma literatura propriamente cisheteronormativa que por muito tempo perdurou o campo literário brasileiro. Para tal intuito, utilizaremos como alicerce teórico as perspectivas de Josefina Ludmer (2007), que aborda as literaturas pós-autônomas, além da sobrevivência dos vaga-lumes de Georges Didi-Huberman (2011), pensando numa literatura de resistência. Nessa perspectiva, a antologia que nos serviu como *corpus* apresenta então textos literários no qual possuem forte representatividade trans e travestis, trazendo os próprios autores como defensores de suas vivências. Além do mais, é perceptível a luta pela visibilidade, tantos nos espaços sociais quanto artísticos desses corpos subalternizados, marginalizados e estigmatizados.

Palavras-Chave: Antologia Trans; Literatura de resistência; Visibilidade; Corpos trans.

Resumen:

Los cuerpos trans y travestis están siendo (re)significados a través de la literatura, en poemas, prosas, poemas en prosas, artes visuales, entre muchas otras posibilidades del arte contemporáneo. Pensando en esto, se pretende en este trabajo analizar algunos textos literarios que componen el libro *Antología Trans – 30 poetas trans, travestis y no binarios* (2017), buscando comprender cómo estos cuerpos se vuelven políticos a través de la resistencia a una literatura propiamente cisheteronormativa que durante mucho tiempo prevaleció en el campo literario brasileño. Para tal propósito, utilizaremos como base teórica las perspectivas de Josefina Ludmer (2007), que aborda las literaturas posautónomas, además de La supervivencia de las luciérnagas de Georges Didi-Huberman (2011), pensando en una literatura de resistencia. En esta perspectiva, la antología que nos sirvió como *corpus* presenta entonces textos literarios en los que poseen una fuerte representatividad trans y travestis, trayendo a los propios autores como defensores de sus vivencias. Además, es perceptible la lucha por la visibilidad, tanto en los espacios sociales como artísticos de estos cuerpos subalternizados, marginados y estigmatizados.

Palabras clave: Antología Trans; Literatura de resistencia; Visibilidad; Cuerpos trans.

Abstract:

Trans and travesti bodies are being (re)signified through literature, in poems, prose, prose poetry, visual arts, among many other possibilities of contemporary art. With this in mind, this study aims to analyze selected literary texts from the book *Antologia Trans – 30 poetas trans, travestis e não-binários* (2017), seeking to understand how these bodies become political through their resistance to a cisheteronormative literature that has long dominated the Brazilian literary field. To this end, the theoretical framework relies on the perspectives of Josefina Ludmer (2007) regarding post-autonomous literatures, as well as Georges Didi-Huberman’s (2011) survival of the fireflies, framing literature as resistance. From this perspective, the anthology used as our corpus presents literary

texts with strong trans and travesti representation, positioning the authors themselves as advocates of their own lived experiences. Furthermore, the struggle for visibility—both in social and artistic spaces—by these subalternized, marginalized, and stigmatized bodies is remarkably evident.

Keywords: Trans Anthology; Literature of resistance; Visibility; Trans bodies.

Momento introdutório

"Ao resistir
É corpo que
Por dentro grita"
(Hats, 2017, p. 77-78)

A literatura e/ou arte contemporânea está sendo cada vez mais usada para mostrar a realidade nos mais diversos formatos. Assim, pensamos em uma literatura pós-autônoma dos pressupostas da teoria de Josefina Ludmer (2007, p. 1), em que ela afirma que as obras "não importam se são realidade ou ficção" e que "instalam-se localmente em uma realidade cotidiana para 'fabricar um presente' e esse é precisamente seu sentido". Textos de cunho autobiográfico, autoficcional, diários, memórias, dentre outros estão sendo muito utilizados por pessoas trans e travestis, onde os autores nos apresentam suas vivências a partir de suas próprias visões.

Seguindo esta linha, o trabalho se objetiva em analisar uma antologia em que trinta poetas trans, travestis e não-binários usam a poesia como forma visibilizar seus corpos a partir de versos e/ou poemas em versos que retratam as realidades de corpos, a violência, o estigma, a resistência contra um sistema transfóbico e preconceituoso e para além disso versos que expõe o amor e a vontade de viver. Além disso, abordaremos a resistência desses corpos na literatura a partir da teoria de Georges Didi-Huberman (2011), tendo o livro *A sobrevivência dos vaga-lumes* como principal embasamento teórico e analisando então, como corpos trans e travestis resistem por meio da literatura, onde esta serve também como espaço para reivindicar direitos.

O trabalho, portanto, se origina a partir dos pensamentos de que o campo literário sempre fora composto por pessoas brancas, cisgêneras e hetéras. E que pessoas trans e travestis e não-binárias não ocupavam esses espaços e só foram ingressar neste meio a partir da década de 80, com a grande percussora da

literatura trans Ruddy Pinho. Quando que antes pessoas trans e travestis eram representadas por pessoas cis, e muitas das vezes estereotipadas como marginais, prostitutas, criminosas, agora com o lugar de fala, esses corpos podem falar de suas próprias experiências a partir de suas visões. Para Djamila Ribeiro (2017):

> […] não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas e ouvidas (Ribeiro, 2017, p.64).

O mesmo acontece na arte literária. Agora, pessoas trans e travestis não mais são marginalizadas, podendo então usar da representatividade na literatura para que corpos sejam notados e visibilizados, da mesma forma em que se pode haver uma catalogação de obras, livros, textos e produções artísticas produzidas por estes corpos. É a partir dessa visão então, que analisaremos a obra *Antologia trans – 30 poetas trans, travestis e não-binários* (2017), que consiste, como a própria intitulação infere, em escritos de trinta pessoas trans, travestis e não-binárias sobre suas vivências. Os textos do livro foram compostos a partir de um "Cursinho Popular Transformação" e em seguida a partir da primeira edição do "TRANSarau" em 2015:

> Em dezembro de 2015 realizamos a primeira edição do **TRANSarau**, evento cultural que, com o apoio do VAI, cresceu e se afirma como um dos mais legítimos de visibilidade e resistência da população T e periférica da cidade. Agora, a **Antologia Trans** segue celebrando a franca realização de nosso propósito (Garcia; Lima; Innecco, 2017, p. 6).

A Antologia trans é dividida em textos no qual denominaram de "Aquilo que veio de nós", que foram os escritos produzidos a partir dos projetos já citados. Alguns dos poemas escritos de forma coletiva e outros feitos por um único autor. E poemas de outras pessoas que não participaram dos minicursos ou saraus, mas que foram acolhidos, assim nomeados de "Aquilo que veio a nós". Os autores poetas então, foram: Alex Tecruzi, Alexxa Araújo, Amanda Paschoal, Amara Moira, Apollo Franco, Augusto Silva, Bernardo Enoch Mota, Bruno Hats, Calla, Carmim, Cecília Silva, Christian Lorenzzo Karavla, Dannyele Cavalcante, Dodi Leal, Enzo Beneducci, Giovani Diaz, Ika Eloah, Kyem Araújo, Lua Lucas, Luan Bressanini, Luq Souto, Ferreira, Lucifer Ekant, Naná DeLuca, Patricia Borges da Silva, Peter Milanez, Rená Zoé, Samantha Andrade, Teodoro Albuquerque, Thais Azevedo e Wictor Ferreira. Além dos poetas há também dois ilustradores na obra: Augusto Silva e Lune Carvalho. Além de Linn da quebrada enriquecer o livro com o seu texto na orelha e Amara Moira no prefácio.

É imprescindível destacarmos aqui que a editora que publicou o livro foi a Invisíveis Produções, que “opera de forma autônoma, transversal e horizontal”. Uma editora independente que “trabalha na intersecção entre arte e política”. Pensando então, que trabalhos produzidos por estes corpos também são rejeitados por outras editoras, muitas delas de prestígio e tradicionais, sendo muitos dos textos de corpos como estes censurados e excluídos, publicar numa editora independente mostra que pessoas trans e travestis querem ser ouvidas a todo custo. Sendo da mesma forma, um ato de resistência no ambiente literário e mercadológico. E, portanto, como funcionaria essa resistência a esse cistema[1] que dizima e invisibiliza esses corpos?

“Assim a alvorada nascente foi uma luz / fora da eternidade do estilo… / […] e a esperança se fez nova luz.”[2]: embasamento teórico

Isadora Ravena, em texto intitulado *Prototeses para travecametodologias de criação em arte contemporânea* (2022), nos mostra como não vê a necessidade da definição de ser trans ou travesti. Em suas palavras: “Não sei o que é ser travesti, mas continuo a sentir a premente urgência de fabricar em meu corpo um corpo travesti”. Utilizando uma metodologia como revolta e feitiço, ela nos diz que:

> Ainda que eles me pressionem, que pressionem meu corpo, que queiram que saia de mim uma resposta, um verbete, uma definição, que saia de mim a clareza, que eu lhes dê leite, alimento, que eu lhes mostre um mapa, a resposta, que eu me deite novamente nas mesas de dissecação, que a minha sinusite ataque de fronte manuais biologizantes e estudos antropológicos escritos por eles e me leve à desgraça (Ravena, 2022, p. 97).

Utilizando muito das perspectivas do pensamento da autora travesti, este trabalho não irá se ater às definições sobre o que seriam os corpos trans e travestis, mas sim às questões que atravessam estes corpos. A muito tempo houve o apagamento destas, não considerando-as como identidade de gênero e só a pouco tempo estes estão sendo resignificados. O texto de Georges Didi-Huberman (2011), que parte do artigo de Pasolini *O vazio do poder na Itália* (1975), vai tratar exatamente do desaparecimento, da sobrevivência e da resistência dos vaga-

[1] De acordo com Viviane Vergueiro (2018) é um conceito de cisgeneridade e as populações que se enquadram dentro da heteronormatividade.
[2] Pier Paolo Pasolini, “A resistência e sua luz”, *A religião do meu tempo,* 1961.

lumes. A partir dessa perspectiva, faremos então uma comparação de corpos trans e travestis com esses vaga-lumes.

Para início de conversa, Huberman (2011) faz uma citação do texto de Pasolini sobre esse desaparecimento dos vaga-lumes:

> No início dos anos de 1960, devido à poluição da atmosfera e, sobretudo, do campo, por causa da poluição da água (rios azuis e canais límpidos), os vaga-lumes começaram a desaparecer. Foi um fenômeno fulminante e fulgurante. Após alguns anos, não havia mais vaga-lumes. Hoje, essa é uma lembrança um tanto pungente do passado [...]. (Huberman *apud* Pasolini, 1975, p. 27)

Cariry (2021), sobre o desaparecimento dos vaga-lumes como metáfora do extermínio da diversidade cultural, aponta que Pasolini "observa a diminuição do sensível, da percepção diferenciada do mundo, dos modos diversos de experimentar a vida, algo que ele vê como uma grande tragédia" e "que potencialmente se instala na alma de um sistema capitalista cada vez mais voraz, em meio às destruições e ruína." O desaparecimento dos vaga-lumes então na visão de Pasolini seria uma grande e monstruosa tragédia, já que não mais contemplaríamos o brilho dos vaga-lumes. Segundo Valência Losada, corpos trans também sofreram esse desaparecimento e exclusão:

> no que concerne ao universo trans, talvez a batalha por reconhecimento e dignificação seja ainda mais complexa, pois o apagamento simbólico, histórico e assassino desses corpos decorre de uma sociedade conservadora, altamente recalcada em suas sexualidades e incapaz de compreender, como imperativo fundamental do nosso tempo, o direito e a urgência que tangenciam às liberdades individuais (Losada, 2018, n.p.).

Portanto, historicamente estes corpos são invisibilizados por um sistema fascista e preconceituoso. Segundo Didi-Hiberman *apud* Pasolini (2011, p. 29):

> O "verdadeiro fascismo", diz ele, é aquele que tem por alvo os valores, as almas, as linguagens, os gestos, os corpos do povo. E aquele que "conduz, sem carrascos nem execuções em massa, à supressão de grandes porções da própria sociedade", e é por isso que é preciso chamar de genocídio "essa assimilação (total) ao modo e à qualidade de vida da burguesia".

Poderíamos pensar, então, a partir da citação que os corpos "do povo", ou especificamente da população trans sofre esse genocídio por ser exatamente o que são. Cabe aqui, nos referenciar, no que a ANTRA – Associação Nacional de Trans e Travestis (2023) nos mostra: que o Brasil ainda continua no pódio do país que

mais mata pessoas trans e travestis no mundo. O ódio e a violência contra esses corpos ainda são enormes em pensar nos outros países do mundo e nos dezesseis anos consecutivos em que o Brasil segue como o primeiro colocado. E é então que os vaga-lumes desaparecem:

> Os vaga-lumes desapareceram, isto quer dizer: a cultura, em que Pasolini reconhecia, até então, uma prática - popular ou vanguardista - de resistência tornou-se ela própria um instrumento da barbárie totalitária, uma vez que se encontra atualmente confinada no reino mercantil, prostitucional, da tolerância generalizada. (Didi-Huberman, 2011, p. 41)

E é nesse momento que os vaga-lumes ou corpos trans se veem obrigados a resistir para que possam sobreviver:

> Sobrevivência dos vagalumes seria essa resistência clandestina que luta contra a censura. Saber-vaga-lume. Saber clandestino, hieroglífico, das realidades constantemente submetidas à censura: “Eu sonho que sonho apenas com quadrados, triângulos, octógonos que se parecem todos com doces de natal, porque é proibido sonhar" (Didi-Huberman, 2011, p. 136).

Seria, portanto, proibido sonhar? Ou proibido apenas viver? É então que essas pessoas procuram nas artes maneiras de sobreviver e de reviver suas próprias narrativas. Sobrevivendo e resistindo a uma arte em que por muito tempo discriminavam esses corpos e os estereotipavam. Temos então, a ressignificação desses corpos e assim uma nova maneira de viver e de produções artísticas:

> Inventar é, portanto, a poética do encontro miraculoso entre os corpos que, entre territórios “entrelaçados de múltiplas sensações”, estão dispostos a ceder e a servir de ponto de apoio para outros corpos, outros mundos e outras formas de viver e emergir, da desordem à ordem e vice-versa (Bezerra, 2021, p. 59).

De acordo com Miranda e Djalma Thurler (2022, p. 260), sobre a diversidade de corpos dissidentes, estes, “são corpos que escapam da norma” e “se apresentam em suas diversas formas, tamanhos, cores, sexualidades, gêneros e desejos. São corpos que muitas vezes são considerados abjetos, são rejeitados, abnegados, promovendo desprezo e desprazeres.” Além do mais, de acordo com Foucault:

> O corpo – e tudo que diz respeito ao corpo, a alimentação, o clima, o solo – é o lugar da *Herkunft*: sobre o corpo encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros nele também se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam

> uns aos outros e continuam seu insuperável conflito (Foucault, 1993, p. 24).

Dessa forma, pessoas trans e travestis usam seus corpos como armas para combater o estigma e o preconceito advinda da sociedade. E fazem com que seus corpos sejam políticos na medida em que também recorrem direitos básicos, como o respeito, e outros direitos que lhes são negados. Podemos entrar em concordância com Leandro Colling, portanto, quando diz que “o corpo das pessoas artistas não é um suporte para a arte – o corpo já é sua arte” (Colling, 2019, p.31). E pensar nesse corpo, que por si só é arte e também político, é pensar num campo artístico diversificado, sem preconceitos, pois:

> Não vivemos em apenas um mundo, mas entre dois mundos pelo menos. O primeiro está inundado de luz, o segundo atravessado por lampejos. No centro da luz, como nos querem fazer acreditar, agitam-se aqueles que chamamos hoje - por uma cruel e hollywoodiana antífrase - alguns poucos people, ou seja, as stars - as estrelas, que, como se sabe, levam nomes de divindades - sobre as quais regurgitamos informações na maior parte inúteis. Poeira nos olhos que faz sistema com a glória eficaz do "reino": ela nos pede uma única coisa que é aclamá-la unanimemente. Mas, nas margens, isto é, através de um território infinitamente mais extenso, caminham inúmeros povos sobre os quais sabemos muito pouco, logo, para os quais uma contrainformação parece sempre mais necessária. Povos-vaga-lumes, quando se retiram na noite, buscam como podem sua liberdade de movimento, fogem dos projetores do "reino", fazem o impossível para afirmar seus desejos, emitir seus próprios lampejos e dirigi-los a outros (Didi-Huberman, 2011, p. 155).

É o que nos apresenta os poemas do livro que temos como *corpus* deste trabalho, povos-vaga-lumes em busca de visibilidade. Fazendo com que pessoas trans e travestis sejam notadas nas áreas artísticas, em especial na literatura brasileira, por meio de poemas, poemas em prosa e ilustrações que representam, além da resistência a um cistema cisheteronormativo, vivências sobre a felicidade do que é se autoaceitar, transicionar, além dos amores da vida e da vontade de viver num mundo sem esteriótipos, preconceitos, estigmas e violências.

“Corpo, / que transfigura / por fora / o que por dentro / revela / da alma.”[3]: análise e discussões

Como já dito ao longo do texto, a análise literária se voltará ao livro *Antologia Trans – 30 poetas trans, travestis e não-binários* (2017), onde elegemos três

[3] Trecho do poema de Bruno Hats intitulado de “corpo-poesia”, localizado na p. 77 e 78 do *corpus.*

poemas, destacando a resistência desses vaga-lumes, além do texto de Linn da Quebrada da orelha do livro, que no início já nos apresenta um discurso de resistência e diz o seguinte:

> Em obra inacabada, espelho e martelo transcendental, processo coletivo e vivo, ouço nossas vozes escritas gritando: Viva!
>
> Não laudo. Que fere, que fura, que multa, que mata, mulata, mutila.
>
> Palavra que salva
>
> Escrita que cura
>
> És cura. Luta. Defende com unhas e dentes suas próprias dúvidas. Sem dívidas.
>
> Fêmeas ou não, sem firmas e de todas as formas. Inflamam em carne viva. Na pele. No pelo. Nos dedos. O cheiro. No rabo. Do ralo. O gosto. Do medo. No beijo. Saliva nos lábios. Nos grandes, pequenos e médios. E engolem seco o doce do próprio veneno. Lambendo do beiço, até a última gota, o antídoto.
>
> Enfrentam padrões. Desafiando patrões. Arrebentam portões. Corpo a corpo. Rascunho. Rabisco de nós. Desatadas. Escrevem de mãos dadas. Atentas e fortes. Com ou sem cortes. Trava-línguas. Abre mentes. Transborda. Atravessa.
>
> A traveca.
>
> Aqui onde eram todas uma, em singularidade múltipla, me vejo, reconheço, me encanto, encontro, me perco, me berro, me borro, me melo, me lavo, me leve, me livre, me love, me luta. E então, percebo, acabo de não morrer.

Podemos observar, que no texto de Linn da Quebrada, temos uma ode à resistência, à autenticidade e à vida de corpos subalternizados e invisibilizados. A autora nos convida a refletir sobre a existência de pessoas trans e travestis e nos mostra que este povo resiste enquanto luta, assim como os vaga-lumes de Pasolini. Além do mais, Linn nos leva a uma profunda reflexão sobre identidade e liberdade, utilizando diversas imagens e palavras metaforicamente. Podemos observar que o texto celebra a diversidade e individualidade das mulheres trans e travestis e o empoderamento das mesmas em questões dos “padrões” que a sociedade estabelece como dita “normal”. Portanto, na orelha do livro já temos um texto que representa a resistência destes corpos e que nos garante que ao longo do livro veremos uma diversidade de poemas, para que possamos refletir de como são tratados estes corpos. Didi-Huberman (2011) diz que:

> Os vaga-lumes, depende apenas de nós não vê-los desaparecerem. Ora, para isso, nós mesmos devemos assumir a liberdade do movimento, a retirada que não seja fechamento sobre si, a força diagonal, a faculdade de fazer aparecer parcelas de humanidade, o desejo indestrutível. Devemos, portanto, - em recuo do reino e da glória, na brecha aberta entre o passado e o futuro - nos tornar vaga-lumes e, dessa forma, formar novamente uma comunidade do desejo, uma comunidade de lampejos emitidos, de danças apesar de tudo, de pensamentos a transmitir. Dizer sim na noite atravessada de lampejos e não se contentar em descrever o não da luz que nos ofusca (Didi-Huberman, 2011, p. 154).

A partir de então, para que os vaga-lumes não desapareçam, é preciso que estes resistam e se mostrem e apareçam. Isso acontece então em forma de arte, através do corpo, da dança etc. Como podemos observar num poema escrito de forma coletiva intitulado de “Dança perdida”:

> Na dança voluptuosa
>
> do passo da bailarina,
>
> a dor do compasso de todas as rimas.
>
> O segredo está na liberdade do movimento.
>
> ATENÇÃO
>
> Eu não acredito em liberdade,
>
> muito menos em movimento,
>
> muito menos em deus,
>
> nem mesmo em você, ou nele, ou nela.
>
> Às vezes nem em mim mesmo.
>
> Às vezes sou fomento.
>
> Às vezes, esquecimento.
>
> Às vezes volto a ser movimento.
>
> V T
>
> O U P U
>
> L O E MONSTRA

S

A

incrédula

Eu não acredito em mim (Autoria Coletiva, 2017, p. 17).

Neste poema escrito de forma coletiva, nos apresenta o contraste de liberdade de movimento com a negação de crenças, ou até mesmo a descrença de si mesmo. A não aceitação de corpos de trans e travestis surge primeiramente dos familiares, onde a pessoa se ver rejeitada e obrigada a frequentar as ruas, tendo como única saída a prostituição. Outra característica que podemos destacar, é o paradoxo entre os termos “Voluptuosa”, que está num formato sensual, e “MONSTRA”, para referenciar ao preconceito que estes corpos sofrem como uma reação à opressão e à cisgeneridade compulsória. Nos mostra que enquanto o Brasil dizima esses corpos e está ocupando o primeiro lugar do ranking dos países que mais mata pessoas trans e travestis, ele também é o país que mais consome pornografia envolvendo estes corpos segundo Bruna G. Benevides (2023)[4].

Um outro texto, um poema em verso, nos leva a refletir sobre a resistência de uma pessoa trans para com as normas cisheteronormativas da sociedade. É o poema em prosa nomeado de “Açaí”, da autora Amara Moira:

> Que diabos açaí, queria pensar em sexo, o sexo que me faz ser o que sou, tudo o que disseram a vida toda que sou, não açaí. Ai, sexo, genital, máscara. Uma vida ouvindo de todos os lados “homem”. Até que, sabe-se lá como, um dia me vejo no espelho sem pelos, o batom roubado de minha mãe, unhas com a tinta ainda fresca de esmalte e, pela primeira vez, me disseram outra coisa, me mostraram possível. O espelho, meu companheiro desde então. Engraçado isso. Aquela figura que me habituei a observar no espelho, escovando os dentes, passando fio dental, ali, aquele dia ela, mas de uma forma tão outra. Ver o meu corpo daquele jeito, o tato, o roçar dos dedos na pele, não era só visão também, era mais. Era como se, tirando os pelos, viesse todo um frescor, uma leveza, liberdade (Moira, 2017, p. 30).

No poema de Moira temos então o relato de experiência de uma pessoa trans em relação ao seu corpo e sua identidade. Uma pessoa que sempre fora rotulada por “homem” e que não se via como a sociedade a chamava. Ao se deparar

[4] Matéria disponível em: https://catarinas.info/colunas/brasil-invicto-como-campeao-no-consumo-de-pornografia-trans-no-mundo-e-de-assassinatos/

então com coisas que performam a feminilidade o eu lírico vê no espelho um companheiro fiel ao apresentar o que ela queria ver, com batons, unhas etc. Podemos notar então uma resistência desse corpo e de muitos outros trans e travestis com a sociedade que já no nascimento define o que aquele corpo será.

Um outro poema que destaca a resistência através do corpo, é o poema que preforma um corpo pajubá, ou uma “Literatura do corpo”, como o nome infere e que usa uma linguagem propriamente da comunidade LGBTQIA+, especificamente das travestis de rua:

> Picumã,
>
> cílios de garota,
>
> prótese,
>
> neca,
>
> Pirelli,
>
> edi,
>
> e unha de boneca.
>
> Corpo de pajubá,
>
> travestilidade comunica,
>
> travestidade comunista (Eloah, 2017, p. 49).

Estes versos do poema, nos apresenta algumas palavras em pajubá, como: picumã, neca, pirelli e edi[5]. Segundo Lima (2017, p. 106) em respeito às “linguagens pajubeyras” dizem respeito:

> [...] às subjetividades daquelas pessoas que ousam se insurgir contra a heteronormatividade e outros regimes de assujeitamento, de minoração de si, as linguagens pajubeyras se constituem como poéticas, mais especificamente como poéticas *queer*, necessariamente poéticas de resistência. Não só as palavras pajubeyras, entendidas como formas de “rir das categorias sérias” (BUTLER, 2003, p. 8) – me refiro aos vocábulos, mas também as expressões e toda a performance do corpo envolvida no ato de enunciação de tais linguagens dizem respeito a uma poética queer. A risada, a gongação da norma, é também uma forma de resistir a ela (Lima, 2017, p 106).

[5] Tradução das palavras: picumã: cabelo, neca: pênis, pirelli: artifícios para fazer moldar o corpo, edi: ânus.

Portanto, o pajubá ou bajubá funciona como uma forma de resistência, ou (re)existência e comunicação entre pessoas trans e travestis. Utilizada fortemente na época da ditadura militar, essa linguagem fez com que muitas pessoas trans e travesti pudessem escapar de quem às perseguiam. No poema, temos um corpo que se quer montado, com características ditas “femininas”, mas que ao mesmo tempo se torna estranho, pois a “neca” segundo os moldes estabelecidos pela sociedade sobre corpos, não é daquele determinado corpo, fazendo-o estranho. Dessa forma, podemos observar a resistência desses corpos contra um molde propriamente binário e de controle e que se algo se vê errado, automaticamente o excluí.

Algumas considerações

“Só te digo mais uma coisa, artista
Só mais uma coisa
Brilha”
(Araújo, 2017, p. 71)

A obra analisada é uma grande forma de resistência de corpos trans e travestis a partir de vários motivos no qual se foi analisado. O primeiro diz respeito ao grande número de pessoas que escreveram e decidiram publicar os poemas, sendo trinta pessoas, travestis, trans masculinos e femininos e não-binários, além dos dois ilustradores e Linn da Quebrada na orelha, existem muitas diferenças entre suas vivências, mas há também algo em comum entre eles: os preconceitos e a luta contra estes preconceitos para com seus corpos.

Uma outra característica é que os autores ao produzirem seus poemas, também questionam por que a autoria trans é frequentemente apagada na representação de personagens transgêneros na literatura. A cisheteronormatividade influencia o campo literário, resultando em uma falta de visibilidade para essas vozes. A metáfora do “corpo-trans” destaca a busca por identidade, a liberdade de expressão e a resistência desses corpos, seja no âmbito social, quanto no campo artístico. Outro fator de muita importância é o pajubá, que assim como na ditadura militar, ajudou diversas pessoas trans e travestis a não

serem dizimadas, ainda hoje, agora na poesia, serve como arma de proteção e resistência.

Corpos políticos que resistem, Pier Pasolini (1983) nos lembra que como os lampejos eróticos, outras características valem como resistência a um tempo sombrio do fascismo triunfante, como por exemplo a arte e a poesia. É através então dessas características, que a resignificação desses corpos se dá. Este trabalho, procurou destacar a resistência desses corpos nesse “cistema” e mostrar como estes se tornam visibilizados através da literatura e da arte.

Referências

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023/ Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA 2024.

BEZERRA, Marta Oliveira. **Corpo-natureza e educação háptica**: a dança como proposta ecossomática. 2021. Tese (Doutorado em Artes Cênicas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

CARIRY, Rosemberg. 2021(A metáfora do sumiço dos vaga-lumes) Disponível em:https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2021/02/10/a-metafora-do-sumico-dos-vaga-lumes-lembrando-pasolini.html. Acesso em: 10 de jun de 2024.

LUDMER, Josefina. Literatuas pós-autônomas. **Revista de crítica literaria y de cultura**, n. 17, julho de 2007. Disponível em: <https://www.culturaebarbarie.org/sopro/n20.pdf> Acesso em: 24 de jun 2024

COLLING, Leandro. A emergência e algumas características da cena artivista das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. In: COLLING, Leandro (Org.). **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero.** Salvador: EDUFBA, 2019, p. 11-40.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993

GEORGES, Didi-Huberman. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. **Linguagens pajubeyras**: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade. Salvador: Devires 2017.

LIMA, Élida. **Antologia Trans** – 30 poetas trans, travestis e não-binários. São Paulo: Editora Invisíveis Produções, 2017.

LOSADA, Valência. **A insurgência trans e seu alvo impreciso**. *CULT*, São PAULO, 19 de fev. 2018. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/gisberta-luis-lobianco-ccbb-bh/.

MIRANDA, Olinson Coutinho; THURLER, Djalma. Sou Iôka: uma puta travesti. In: COLLING, Leandro (Org.). **Arte da Resistência**. Salvador, BA: Devires, 2022, p. 249-264.

PASOLINI Pier Paolo. **Il sogno del centauro**. Roma: Riuniti, 1983, p. 160. [Ed. bras.: As últimas palavras do herege. São Paulo: Brasiliense, 1983.]

RAVENA, Isadora. Prototeses para travecametodologias de criação em arte contemporânea. **Revista Poiésis**, Niterói, v. 23, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.22409/poiesis.v23i40.54912

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento, 2017b.

CAPÍTULO 7
A LUTA PELA VISIBILIDADE DA POTÊNCIA DAS MULHERES:

diálogos sobre Lesbianidades Plurais e o Feminismo na relação escolar

Eliene da Silva Alves - UFPA

Maria Elieni Cardoso de André - UFPA

Brayna Conceição dos Santos Cardoso - UFPA

Resumo:

A ideia central desta pesquisa discorre sobre o feminismo e a representação de mulheres lésbicas na educação, tendo como objetivo principal refletir sobre as possíveis relações entre o feminismo e as representatividades de mulheres lésbicas em contextos educacionais. Assim, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com estudo de cunho bibliográfico e analítico, visando dialogar com autoras como Adichie (2015); Davis (2016); bell hooks (2018); Tiburi (2018); Soares at al (2019), entre outras. A abordagem sobre mulheres lésbicas nesses contextos suas invisibilidades são nítidas e diversas ações e percepções discorrem dessa invisibilidade, envolvendo temáticas como a ausência das mulheres lésbicas nos espaços de poder; o receio de posicionamento atrelado ao preconceito por ser quem se é e poder manter a sua identidade; a ausência de representatividades afirmativas de outras lésbicas nos espaços educacionais; entre outros. Assim, essa ausência de representatividade de mulheres lésbicas em contextos educacionais reforça as práticas de apagamento das mulheres lésbicas, reduzindo os diálogos afirmativos e fomentando o preconceito. Logo, os ambientes educacionais, para além do familiar, ainda são os espaços de interações sociais mais efetivos, e exercer práticas afirmativas proporcionando um espaço de acolhimento, fortalecimento da identidade e entendimento torna-se fundamental para as mulheres lésbicas, no qual a partir dos ambientes educacionais estas terão possibilidades de desenvolverem-se profissionalmente. Portanto, faz-se necessário romper com tais práticas de preconceito nesses ambientes, fortalecendo espaços de reflexões conjuntas que abordem questões abrangendo as lesbianidades plurais com ações afirmativas que busquem romper com as opressões interseccionais como a lesbofobia, o sexismo, classismo e o racismo que discorrem sobre as mulheres lésbicas ao longo de suas vidas, possibilitando assim, um mundo justo, equitativo e seguro, respeitando a diversidade social de sujeitos plurais que pulsam por respeito e direito à vida.

Palavras-Chave: Visibilidade; Lesbianidades Plurais; Feminismo.

Resumen:

La idea central de esta investigación aborda el feminismo y la representación de las mujeres lesbianas en la educación, con el objetivo principal de reflexionar sobre las posibles relaciones entre el feminismo y la representación de las mujeres lesbianas en contextos educativos. Así, esta investigación se caracteriza como una investigación cualitativa, con un enfoque bibliográfico y analítico, cuyo objetivo es entablar un diálogo con autores como Adichie (2015); Davis (2016); bell hooks (2018); Tiburi (2018); Soares et al (2019), entre otros. El enfoque hacia las mujeres lesbianas en estos contextos pone de relieve su invisibilidad, y de esta invisibilidad se derivan diversas

acciones y percepciones, que incluyen temas como la ausencia de mujeres lesbianas en puestos de poder; el miedo a tomar posición debido a los prejuicios por ser quienes son y poder mantener su identidad; la falta de representación positiva de otras lesbianas en los espacios educativos; entre otros. Así pues, esta falta de representación de las mujeres lesbianas en los contextos educativos refuerza las prácticas de invisibilización de las mujeres lesbianas, reduce los diálogos afirmativos y fomenta los prejuicios. Por lo tanto, los entornos educativos, además de la familia, siguen siendo los espacios más eficaces para la interacción social, y la implementación de prácticas afirmativas que proporcionen un espacio acogedor, fortalezcan la identidad y fomenten la comprensión se vuelve fundamental para las mujeres lesbianas, ya que los entornos educativos les ofrecen oportunidades para desarrollarse profesionalmente. Por lo tanto, es necesario romper con estas prácticas prejuiciosas en estos entornos, fortaleciendo los espacios para la reflexión conjunta que aborden cuestiones que abarcan las identidades lésbicas plurales con acciones afirmativas que busquen romper con las opresiones interseccionales como la lesbofobia, el sexismo, el clasismo y el racismo que afectan a las mujeres lesbianas a lo largo de sus vidas, permitiendo así un mundo justo, equitativo y seguro, respetando la diversidad social de los sujetos plurales que anhelan respeto y el derecho a la vida.

Palabras clave: Visibilidad; Identidades lésbicas plurales; Feminismo.

Abstract:

The central idea of this research discusses feminism and the representation of lesbian women in education, with the main objective of reflecting on the possible relationships between feminism and the representation of lesbian women in educational contexts. Thus, this research is characterized as qualitative research, with a bibliographic and analytical approach, aiming to engage in dialogue with authors such as Adichie (2015); Davis (2016); bell hooks (2018); Tiburi (2018); Soares et al (2019), among others. The approach to lesbian women in these contexts highlights their invisibility, and various actions and perceptions stem from this invisibility, involving themes such as the absence of lesbian women in positions of power; the fear of taking a stand due to prejudice for being who they are and being able to maintain their identity; the lack of affirmative representation of other lesbians in educational spaces; among others. Thus, this lack of representation of lesbian women in educational contexts reinforces practices of erasing lesbian women, reducing affirmative dialogues and fostering prejudice. Therefore, educational environments, in addition to the family, are still the most effective spaces for social interaction, and implementing affirmative practices that provide a welcoming space, strengthen identity, and foster understanding becomes fundamental for lesbian women, as educational environments offer them opportunities to develop professionally. Therefore, it is necessary to break with such prejudiced practices in these environments, strengthening spaces for joint reflection that address issues encompassing plural lesbian identities with affirmative actions that seek to break with intersectional oppressions such as lesbophobia, sexism, classism, and racism that affect lesbian women throughout their lives, thus enabling a just, equitable, and safe world, respecting the social diversity of plural subjects who yearn for respect and the right to life.

Keywords: Visibility; Plural Lesbian Identities; Feminism.

1. Introdução

As mulheres compõem uma parte importante do desenvolvimento humano, uma vez que estas possuem a capacidade de gerar vidas e suas práticas de cuidados com esta vida percorrem destinos contínuos nos mais remotos lugares onde essa atenção e proteção se dissemina nas ações com este novo ser. Contudo, a prática de cuidado com os outros se reescreve com atuações de cuidado no ciclo social geral, com a alimentação, com os pertences e os demais do grupo que pertence em uma dimensão ensinada por gerações ao longo da história.

Deste modo, as ações de organizações e cuidados direcionadas para as mulheres de maneira deliberadas pelas pessoas dos grupos de convívio de maneira que as condicionavam a esta prática no cotidiano em forma obrigatoriedade tornando-se ações consideradas exclusivas das mulheres. Logo, estas imposições sociais se difundiram no meio social quase como um contrato invisível de condicionamento das mulheres aos cuidados da família, em especial, o cuidado com a figura masculina, seja este o pai, irmão ou esposo, assim como o cuidado com o lar (Wittig, 2022).

Com isso, a prática de cuidado determinada para as mulheres se fomentou por meio do sistema patriarcal, onde este consolida-se como “[...] um sistema histórico de dominação do masculino sobre o feminino, cujas relações de exploração e opressão se materializam no cotidiano da vida em sociedade [...]” (De Oliveira e Rodrigues, 2013, p. 02).

Designando assim, apesar de não explicitamente, os papéis e funções de gênero antes mesmo do nascimento, este sistema conduz as práticas a serem realizadas pelas mulheres e homens ao longo de suas vidas, instituído pela divisão binária de gênero, estabelecendo influência na maneira de se vestir e nos comportamentos sociais (De Oliveira e Rodrigues, 2013).

No entanto, quando as mulheres começaram a observar que as ações preestabelecidas e que lhes foram ensinadas poderiam experienciar mudanças, estas foram taxadas como loucas, bruxas, mulheres difíceis, entre outros adjetivos pejorativos a estas mulheres e até mesmo colocando as mulheres como inimigas para que não houvesse novos olhares críticos ao sistema que estas são ensinadas a viver (Federici, 2017).

Contudo, ao longo dos tempos sempre houve mulheres que questionaram as práticas do sistema patriarcal, mesmo que não o compreendesse como um sistema, mas sendo contrárias a essa dominação masculina de maneira isoladas, compondo assim muitas revoluções para conquistas vivenciadas na atualidade, sendo estas interconectadas ao feminismo e as lutas e reivindicações de diversas mulheres (Davis, 2016).

Neste sentido, se a luta das mulheres heterossexuais foram, e ainda são, intensas para a conquista de direitos na sociedade a luta das mulheres homossexuais são constantes, pois as mulheres lésbicas rompem com o pacto oculto do sistema patriarcal por não aceitar condicionar-se em um padrão heteronormativo que lhes são condicionadas em todos os momentos de sua vida (bell hooks, 2018).

Com isso, romper barreiras e criar novos caminhos para viver a plenitude de suas próprias vidas constitui, para as mulheres lésbicas, um dos maiores atos de resistência. Porém, para que as mulheres lésbicas consigam possibilidades plenas de desenvolvimento social e liberdade atuante em suas vidas estas necessitam acesso à educação para trilharem suas trajetórias formativas.

Deste modo, o ambiente educacional requer aportes acolhedores à diversidade, direcionando esta investigação à invisibilidade das mulheres lésbicas nos contextos educacionais. Logo, o objetivo desta pesquisa discorre a respeito das relações entre o feminismo e as representatividades de mulheres lésbicas em contextos educacionais.

2. Repertório histórico do Feminismo na América Latina

“Não se nasce mulher, torna-se mulher” ao refletir sobre essa frase de Simone Beauvoir (1980), evidencia-se que, ao longo da vida, as mulheres, foram socialmente moldadas por um sistema patriarcal que constrói as características do feminino como pertencente ao grupo do “outro”, consideradas inferiores à classe dominante (Wittig, 2022), designando as mulheres como pessoas que devem seguir padrões pré-estabelecidos.

Neste sentido, desde a infância, são atribuídas às meninas determinados tipos de roupas, comportamentos e brincadeiras, que envolvem diretamente a prática do cuidado com o lar e a família; na adolescência essas prescrições se manifestam em discursos como “meninas boas para casar”, onde a menina que sabe cozinhar, cuidar de uma casa e tem amorosidade pelas crianças são consideradas aptas ao casamento dentro da lógica do sistema machista. E, na vida adulta, as mulheres que reproduzem com perfeição os ensinamentos recebidos a

vida toda, que não contestam e não enfrentam as normas recebidas, são reconhecidas pelo sistema patriarcal em um ideal de “verdadeiras mulheres”.

Dessa forma, o sistema patriarcal molda as mulheres desde a infância até a vida adulta, posicionando-as em um lugar de subalternidade ao longo de suas trajetórias. Transmitem-se, pelas gerações as imposições que determinam que as mulheres precisam ser puras, recatadas e voltadas ao lar para serem socialmente aceitas (Adichie, 2015). Essa concepção, que nega às mulheres não tivessem as mesmas condições físicas e psicológicas de exerceram funções de liderança, essa falácia de mulheres incapazes de assumir comandos são construções sociais enraizadas pelo machismo ao longo dos anos (Lerner, 2022).

Quando as mulheres rompem o ciclo obediência ao sistema machista, sendo autônomas e donas das suas próprias liberdades e escolhas, estas são apontadas como malvadas, maléficas ou bruxas indicadas para o julgamento ou queimadas na fogueira em praça pública, pela simples ação de não aceitarem essa imposição sobre suas próprias vidas, quererem ser donas de seus corpos e/ou dominarem os saberes da natureza (Federici, 2017).

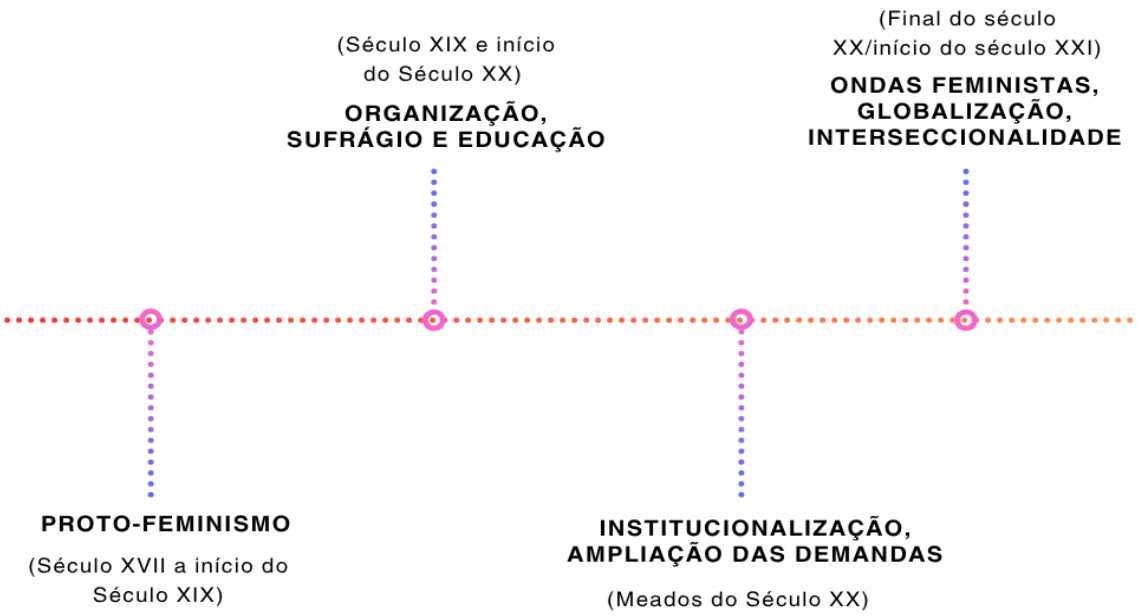
Assim, antes mesmo de existir a nomenclatura de feminismo, as mulheres buscavam a liberdade sobre seus próprios corpos. No entanto, a história revela um constante apagamento das trajetórias femininas, com intuito de silenciar e reprimir essas lutas ao longo do tempo (Marideua, 2020), possuindo diversos escritos até a contemporaneidade.

Na Europa, em especial na França, por meio dos escritos de Simone de Beauvoir como o Segundo Sexo que descreve, entre outras coisas, como as mulheres eram subjugadas, reforçando uma forte crítica ao capitalismo e o sistema patriarcal que condiciona a mulher subalternidade mesmo estas exercendo as mesmas práticas laborais que homens, seus salários eram menores que os deles em condições desumanas de trabalho com carga horária excessiva (Beauvoir, 1980).

Na América Latina, diversos movimentos surgiram em defesa dos direitos das mulheres, muito antes de o termo “feminismo” ser formalmente instituído,

conhecido como proto-feminismo. Desde então, mobilizações femininas evoluíram até os movimentos contemporâneos, contribuindo para conquistas e vivências significativas dos direitos atualmente experienciados pelas mulheres, conforme percebe-se na figura abaixo:

Figura 1 Panorama histórico do Feminismo na América Latina



Fonte: (Duarte, 1997; Pacheco, 2010; Arnáiz, 2014; Holanda, 2019; Mariduena, 2020; Zirbel, 2021; Barrancos, 2022). Elaborado pelas autoras, 2025.

Conforme a figura 1, observa-se que na América Latina, as lutas das mulheres por seus direitos existiam antes mesmo de o termo “feminismo” ser formalmente definido. E, uma das mulheres que resistiu as opressões femininas vivenciadas nesse período chamava-se Sor Juana Inés de La Cruz (1651-1695), uma freira mexicana que em seus escritos, a autora tecia fortes críticas à dominação masculina sobre as mulheres, promovendo, por meio de seus textos, reflexões profundas em relação a condição feminina e direito das mulheres à educação (Mariduena, 2020; Barrancos, 2022).

Assim, Sor Juana Inés de La Cruz tornou-se uma das pioneiras do *proto-feminismo* latino-americano por meio de sua literatura e filosofia, que despertavam novos olhares sobre a condição feminina. Em suas obras, criticava a desigualdade de gênero e defendia a potencialidade das mulheres para além das condicionantes

impostas pelos papéis tradicionais de esposa, religiosa ou prostituta. Seus escritos propunham, outras maneiras de serem mulheres, como escritoras, ocupando cargos políticos e/ou exercendo profissões, que antes, eram consideradas impensáveis para as mulheres (Marideua, 2020).

Deste modo, o *proto-feminismo* tornou possível as organizações das mulheres para fomentar as lutas por direitos, tais como, o sufrágio e a educação. Nessa conquista latino-americana, diversas mulheres destacaram-se por suas contribuições relevantes. Dentre estas, Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), uma brasileira que no século XIX tornou-se pioneira na escrita feminista no Brasil dirigindo a escola para mulheres no Rio de Janeiro, escrevendo crônicas em jornais com reflexões em defesa das mulheres e livros em defesa do direitos das mulheres, dos indígenas e escravizados, recebendo fortes críticas pelos sistemas de dominação da época, sendo considerada nesse período pioneira nos manifestos feminista no Brasil e na América Latina (Duarte, 1997; Barrancos, 2022).

No século XX, o diálogo sobre o feminismo na América Latina foi marcado pela voz imponente de Maria Lacerda de Moura (1887-1945) que defendia o fim do casamento forçado, por um amor livre, que as mulheres mereciam uma educação sexual emancipatória e livre da imposição do Estado e da Igreja sobre os corpos femininos, sendo considerada radical pelos estudiosos da época por defender mais liberdade e direitos para as mulheres (Pacheco, 2010).

Assim, Maria Lacerda de Moura tornou-se uma das referências nas lutas iniciais das consideradas ondas do movimento feminista brasileiro com críticas ao casamento, a igreja, ao sistema patriarcal e defendendo nitidamente o direito das mulheres ao acesso à educação (Pacheco, 2010).

Deste modo, as ondas feministas latino-americanas seguiram com a *primeira onda feminista* a partir de início do século XIX até meados do século XX nas reivindicações pelo sufrágio feminino, acesso à educação, direito ao trabalho e direitos civis básicos (Pacheco, 2010; Zirbel, 2021; Barrancos, 2022).

Posteriormente, em meados do século XX com a segunda *onda feminista com foco* aos direitos reprodutivos, violência de gênero, crítica ao sistema patriarcal

e a opressão cotidiana as mulheres, diversas mulheres foram propulsoras desse movimento na América Latina. Dentre elas, a Rosário Castellanos (1925-1974) uma mexicana que defendia em suas obras os direitos das mulheres e realizava críticas ao sistema opressor (Arnáiz, 2014; Zirbel, 2021).

Em seguida, no final do século XX até o início do século XXI ocorreu a *terceira onda feminista* latino-americana com foco em diálogos sobre a interseccionalidade de raça, classe, sexualidade e território, crítica ao feminismo branco e elitista com foco no feminismo decolonial, comunitário com múltiplas identidades (Zirbel, 2021), uma das potências das mulheres que trazem reflexões na escrita literária sobre as mulheres é Lélia Gonzalez (1935-1994), uma brasileira que em seus textos dialoga sobre a temática dos direitos das mulheres com foco na interseccionalidade dialogando com o racismo e sexismo (Holanda, 2019).

Para tanto, a partir do século XXI até a atualidade diversos movimentos incorporaram as lutas das mulheres sendo considerados focos da *quarta onda feminista*, dentre estes, o "*Ni una menos*" iniciado em Argentina porém realizado em diversos países latino-americanos em busca dos direitos das mulheres (Zirbel, 2021).

Assim como, diversas vozes ecoam em defesa das mulheres e de suas liberdades, abrangendo os direitos constitucionais, identitários, laborais e educacionais, pois apesar destas lutas das mulheres serem longas em períodos históricos ainda são necessárias, uma vez que o enfrentamento ao sistema opressor exige uma resistência constante e vigilante.

E, autoras como Djamila Ribeiro[6] dialogando sobre o lugar de fala das mulheres e suas relações contextuais; e Marcia Tiburi[7] abordando sobre as identidades plurais e as relações com o feminismo promovendo diálogo sobre os espaços das diversidades dentro do feminismo, sendo este comum para todas, todes e todos.

[6] RIBEIRO, Djamila. *O lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2017.
[7] TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Deste modo, com este panorama histórico percebemos que a lutas das mulheres pelo acesso à direitos básicos começou há muito tempo, contudo estas seguem em fluxos contínuos principalmente no que diz respeito ao acesso à educação que foi a partir de lutas e reivindicações destas que tornou-se uma realidade para as mulheres na atualidade. A seguir, o diálogo permeia pelos contextos históricos em relação as mulheres com foco nas lesbianidades.

3. Lesbianidades e suas (in)visibilidades históricas na América Latina

“Lésbicas não são mulheres” essa referência de Monique Wittig (2022) aponta que as mulheres que não seguem esses padrões heteronormativo descritos pelo sistema patriarcal condicionado pela heterossexualidade como única maneira de vida, e que as estas que se relacionam com outras mulheres, ou seja, as mulheres lésbicas, não são consideradas “mulheres” por esse sistema.

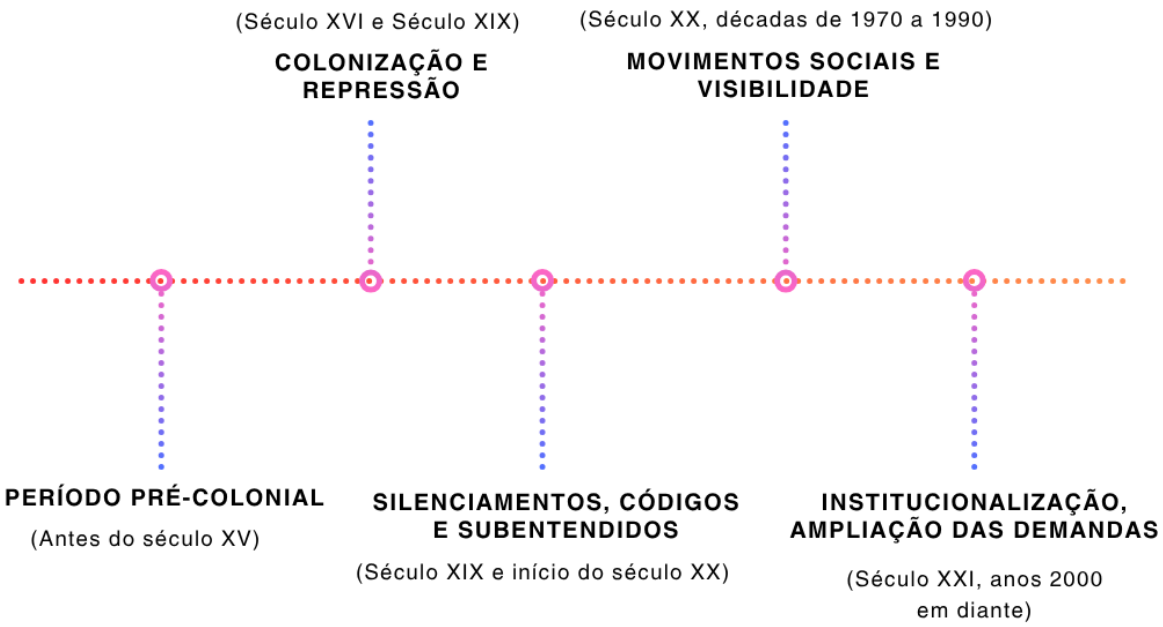
Contudo, as mulheres que resistem ao sistema patriarcal, em suas diversas formas de existência, constroem ao longo das suas trajetórias novas maneiras de viver para si e para outras mulheres ao longo de história. Deste modo, há relatos de relacionamentos afetivos, amorosos e/ou sexuais, entre mulheres desde a época grega na ilha de Lesbos (século VII a. C.), onde havia uma escola somente para mulheres fundada por Safo com ensinamentos sobre filosofia, literatura, arte, entre outras (Andrews *et al*, 2024).

Entretanto, inúmeros escritos de Safo e de suas discípulas acerca de suas vivências e em relação a esse lugar foram destruídos com as imposições religiosas do cristianismo na tentativa de apagar a história das mulheres lésbicas com severas repressões para as mulheres que resistiam, os registros existentes desse período são fragmentos de poemas e poesias literárias que por anos foram ocultos no período da história e encontrados posteriormente (Andrews *et al*, 2024).

Na Europa, diversas discursões sobre as mulheres lésbicas e suas resistências foram realizadas, contudo, esta investigação concentrou-se no contexto latino-americano buscando o resgate histórico desse espaço social como lócus. Onde, existem indícios da história das relações entre mulheres descritas desde o período *pré-colonia*l até a atualidade com fortes vínculos e tentativas de

(re)existências e visibilidades das identidades nas relações entre mulheres, como descrito abaixo:

Figura 2 Panorama histórico das Lesbianidades na América Latina



Fonte: Lugones, 2008; Toledo e Teixeira Filho, 2011; Black, 2016; Herrera, 2021; Fatumma, 2023. Elaborado pelas autoras, 2025.

Nas construções sociais antes do século XV nos espaços territoriais atualmente denominados de latino-americanos permeavam uma cultura de divisões próprias que não dependiam das relações binárias de gênero, ou seja, haviam relações afetivas entre mulheres em algumas sociedades indígenas. Contudo, os registros históricos foram alvos de apagamentos da história após o processo de invasão colonial europeu na América Latina, principalmente com as desconstruções sociais por meio do colonialismo europeu que trouxeram imposições eurocêntricas normativas, culturais e religiosas aos povos originários (Lugones, 2008).

Deste modo, com o processo de colonização (invasão) européia as vivências culturais e sociais dos povos originários foram submetidas a rigorosas represálias, dentre elas, as relações entre mulheres tornaram-se invisibilizadas sendo brutalmente condenadas pelos sistemas de poder do Estado e da Igreja, tornando-se dominante o sistema patriarcal, cristão e heteronormativo (Lugones, 2008).

Em razão disso, nos períodos entre os séculos XVI e século XIX durante a colonização (invasão) as mulheres que se relacionavam com outras mulheres eram fortemente condenadas, sendo presas, estupradas ou mortas por não se submeterem aos regimes impostos pelos opressores. Porém, mesmo assim algumas mulheres buscavam romper com as barreiras sistemáticas de gênero e lutavam pelos direitos a liberdade de amar outras mulheres, nos encontros longe dos domínios do sistema patriarcal (Black, 2016).

Nessa perspectiva, a invasão europeia trouxe para a América Latina diversas colonizações que influenciaram diretamente na vivência das mulheres nesses lugares. Dentre elas, as apontadas por Quijano (2000) como a colonialidade do poder, do saber e do ser, que impuseram as mulheres como subalternas a dominação masculina pelos sistemas eurocêntricos, com as divisões binárias de gênero, longe dos espaços de saber, ou seja, das escolas e sem domínio sobre suas identidades classificando as mulheres como propriedades dos homens.

Com isso, a vivência das mulheres que se relacionavam com outras mulheres ganharam forças na obscuridade, obrigando-as a viverem seus amores nos silêncios, nas comunicações por códigos e sendo consideradas impuras pelas sociedades que as descobriam. Assim, durante final do século XIX e início do século XX, os relacionamentos homoafetivos entre mulheres traziam fortemente esses resquícios dos ocultos e dos receios de serem julgadas socialmente, principalmente após o acréscimo da homossexualidade na classificação de doenças proporcionando a invisibilidade para as mulheres lésbicas nessa época (Toledo; Teixeira Filho, 2011).

Deste modo, a visibilidade e as reivindicações das mulheres lésbicas para re(existirem) no contexto latino-americano desenvolveu-se através das resistências e a superação do preconceito, especialmente, a partir das décadas de 1970 a 1990 no qual houve o *boom* dos movimentos sociais organizados (e lutas feministas das mulheres) realizando resistências para existirem e possuírem seus direitos garantidos, dentre estes, lesbofeminismo (lesbianismo feminista) como um convite às mulheres a romper com as opressões impostas pela heterossexualidade e o direito de escolha de suas identidades próprias (Herrera, 2021).

Assim, a partir do século XXI diversos avanços foram alcançados pelas mulheres lésbicas para legitimarem suas existências na sociedade latino-americana, na qual apesar de ainda estarem em constante reinvindicações pela sobrevivência, atualmente, possuem mais visibilidades e direitos de viverem suas vidas sem a perseguição legitimada pelo Estado e/ou religião, mesmo com alguns governantes se posicionando contrários, estas possuem o direito de liberdade e de serem donas de seus corpos, suas identidades e vida garantido pelas legislações atuais vigentes (Fatumma, 2023).

Deste modo, quando observamos pelo contexto histórico latino-americano a respeito das mulheres e seus direitos na sociedade, sejam as feministas heterossexuais ou as mulheres lésbicas, estas sempre necessitaram romper com o sistema de dominação patriarcal que transcorre pela heterossexualidade. Porém, as reivindicações das mulheres pelo desejo de serem livres, nas suas identidades e corpos, e por assumirem a liberdade sexual, social e de trabalho transcorre da ancestralidade presente pelo ato de ser mulher em um lugar de subalternidade que foi condicionada socialmente mas que se reconfigura a cada vez que as mulheres lutam por seus direitos e suas vozes alcançam seus espaços de liberdade e visibilidade.

4. Feminismo e Lesbianidades: relação com a educação

No breve panorama histórico na América Latina, é possível observar que, desde o *proto-feminismo* e as contínuas ondas feministas se estendendo à atualidade, as mulheres objetivam alcançar seus direitos a liberdade, a identidade e ao fomento do saber pelo acesso à educação. Tais inquietações, partem de mulheres que se opuseram ao sistema, que majoritariamente as reprimiam, nos recortes históricos descritos, torna-se possível constatar que, mesmo antes do surgimento do termo *feminismo* haviam mulheres buscando a liberdade das estruturas opressoras do sistema patriarcal (Duarte, 1997; Pacheco, 2010; Arnáiz, 2014; Holanda, 2019; Mariduena, 2020; Zirbel, 2021; Barrancos, 2022).

Entretanto, em diversos momentos históricos a subalternização das mulheres eram atuantes pelo sistema de opressão, principalmente no que tange à educação. Neste cenário, o direito aos estudos formais eram excluídos das

mulheres, tornando-se exclusividade masculina. No entanto, como observado no breve panorama histórico na América Latina, foram diversas reivindicações de mulheres para a conquista do direito a educação escolar para as mulheres.

Diante deste contexto, a educação promove a reflexão e estimula o pensamento crítico, fomentando o conhecimento de si, do seu espaço que ocupa e da sociedade em que se vive. Com isso, esse conhecimento foi historicamente negado às mulheres, em razão da conveniência do sistema patriarcal que as consideram propriedade. Contudo, as lutas feministas possibilitaram o acesso à educação para muitas mulheres, rompendo assim, com a predominância masculina nos espaços educacionais.

Embora promover uma educação formal para as mulheres sejam um avanço significativo, ela ainda não possibilita a ascensão ao poder. Essa observação torna-se frequente ao analisar os cargos de poder, tanto em instituições públicas e/ou privadas, estes ambientes continuam majoritariamente ocupados por homens. Mesmo que as mulheres adentrem esses espaços laborais, sendo considerada uma conquista feminina a partir de anos de reivindicações, as mulheres compõem a maioria em cargos de subalternidade, em áreas administrativas e/ou de cuidados com o ambiente, enquanto em cargos de gerência e/ou presidência continuam no domínio masculino.

Deste modo, a ausência do acesso à educação para as mulheres tem relação direta com esta invisibilidade feminina ocupando espaços de poder nesses ambientes (Soares *et al*, 2019). Uma vez que, o sistema patriarcal ainda prevalece nos ambientes familiares, onde a prática de cuidado com o lar ainda faz-se frequentemente atribuída à mulher, o ciclo de reprodução na juventude e a ausência de apoio familiar refletem diretamente na ascensão à educação mas principalmente na permanência dessas meninas e mulheres na educação para posterior formação profissional.

Logo, caso as mulheres não tenham o direito garantido à permanência na educação básica, técnica e/ou superior a possibilidade de ocuparem os cargos de poder posteriormente são drasticamente reduzidas. Esta reflexão, em relação ao acesso à educação pelas mulheres ainda é limitada, porém quando o olhar filtra

para mulheres que amam outras mulheres, ou seja, as mulheres lésbicas em sua pluralidade, essa permanência no ambiente educacional em todos os níveis de ensino, seja na educação básica, técnica e/ou superior ainda são intensamente reprimidas, apagadas e invisibilizadas nesses ambientes.

Neste sentido, o ambiente educacional que reproduz o preconceito, que ignora a diversidade presente no espaço, que não considera fatores sociodiversos para compor as estruturas educativas, reprime, em múltiplas dimensões, a permanência das mulheres lésbicas na educação formal. Com isso, trazer para o diálogo, a escuta e a visibilidade da diversidade presente no ambiente educacional também possibilita a ascensão dessas pessoas aos espaços de poder, o que incomoda aqueles que defendem o sistema patriarcal. Por essa razão, a construção dos espaços afirmativos nos ambientes educacionais torna-se mais complexa, porém faz-se necessário romper com o preconceito e com esse padrão heteronormativo que subalterniza o outro que não seja da dominação permitida, a masculina (Wittig, 2022).

Assim, o ambiente educacional que padroniza a heteronormatividade e exclui o diálogo da diversidade, da homossexualidade e da lesbianidade reproduz a violência nas dimensões sociais e educacionais, pois quando não se abre espaço para as reflexões estas são nitidamente apagadas e invisibilizadas permitindo o preconceito de empoderar-se do lugar.

Neste sentido, o espaço educativo com diálogo sobre a diversidade de maneira plural e livre de preconceito revela-se como fundamental para que todas as pessoas, em suas múltiplas de identidades, especialmente nas lesbianidades plurais, sintam-se parte das construções coletivas de aprendizagens, se sentindo acolhidas pelo respeito ao seu direito de ir e vir, e principalmente, observem no ambiente educacional um espaço seguro para viverem suas vidas com liberdade.

Dessa forma, a abordagem a respeito das mulheres lésbicas em contextos educacionais torna-se necessária para que estas vivenciem suas vidas com seus direitos consolidados. Na atualidade, a invisibilidade de mulheres lésbicas nos espaços de poder estão diretamente relacionados com à ausência destas nos

ambientes educacionais, sejam como discentes, docentes e/ou membros do corpo administrativo.

Neste sentido, dentre os prováveis indícios dessa ausência de mulheres lésbicas nos espaços educacionais, incluem: a própria ausência dessas mulheres lésbicas nesses lugares; o receio de posicionamento atrelado ao preconceito por ser quem se é e poder manter a sua identidade; a ausência de representatividades afirmativas de outras lésbicas nos espaços educacionais; o medo da violência física e psicológica; entre outros.

Assim, ao analisar o breve panorama histórico das lesbianidades na América Latina percebe-se que um dos fatores que permeiam nesta reprodução da invisibilidade das mulheres lésbicas nos ambientes educacionais possuem relação também com o contexto histórico. Conforme apresentado no recorte temporal, embora os relacionamentos entre mulheres sejam desde o período pré-colonial, estes sofreram rupturas e drásticas represálias e a invasão europeia, marcando com seus padrões heterossexuais e binários de gênero (Lugones, 2008; Toledo e Teixeira Filho, 2011; Black, 2016; Herrera, 2021; Fatumma, 2023).

Com isso, a proteção do Estado a respeito das mulheres lésbicas é relativamente recente, sobretudo se comparada a outras demandas sociais. Embora, as mulheres lésbicas mantivessem seus relacionamentos com outras mulheres, suas pautas de visibilidade e garantia de direitos demoraram a ser reconhecidas pelo Estado. Por isso, promover os diálogos sobre essas questões nos ambientes educacionais faz-se importante para reafirmar os direitos, mas também para romper com as segregações que durante tanto tempo marcaram as pautas escolares.

Deste modo, incorporar referências que abordem a diversidade nos ambientes educacionais, apresentando autoras lésbicas de destaque, abrindo espaços para diálogos sobre pluralidade contribui para uma ruptura necessária, permitindo a construção de novos olhares nesses contextos, no qual a visibilidade se torne pauta das reflexões de maneira livre e diversa.

Portanto, faz-se necessário romper com tais práticas de preconceito nos ambientes educacionais, fortalecendo espaços de reflexão coletiva que abordem questões abrangendo as lesbianidades plurais, com ações afirmativas capazes de enfrentar as opressões interseccionais como a lesbofobia, o sexismo, classismo e o racismo que atravessam as vidas das mulheres lésbicas, possibilitando assim, um ambiente mais justo, equitativo e seguro, respeitando a diversidade social de sujeitos plurais que pulsam por respeito e direito à vida.

6. Considerações finais

O processo de reflexão sobre as relações entre o feminismo e as representatividades de mulheres lésbicas em contextos educacionais tornou-se possível ao analisar brevemente o contexto histórico na América Latina a respeito do feminismo e das lesbianidades. Onde, se conectam por meio das reivindicações pelos direitos básicos das mulheres, sejam estas heterossexuais ou lesbianas, o direito à educação formal necessitou, e ainda necessita, de movimentos expressados por estas para alcançarem seus direitos ao acesso e permanência na educação.

Com isso, embora a luta por direitos sejam constante para mulheres heterossexuais, necessitando permanecer vigilante sobre as conquistas históricas, as reivindicações lésbicas tornam-se ainda mais necessárias. Um vez que, suas lutas confrontam o sistema de dominação masculina em suas dimensões estruturadas pelo poder, saber e ser, rompendo assim, com todos os padrões consolidados pelo patriarcado. Assim, essa resistência das mulheres lésbicas são necessárias e afirmativas, pois desafia os ciclos de dominação que aprisionam sujeitos em molduras socialmente pré-determinadas, nas quais trazem as relações masculinas como únicas, possíveis e legítimas.

Portanto, abordar sobre as mulheres lésbicas em contextos educacionais proporcionam visibilidade e empoderamento, permitindo que elas sejam quem desejam ser, sem medo ou preconceito, e oferecendo a segurança para que outras mulheres vivenciem suas identidades nas pluralidades presentes na sociedade. Assim, transformar os ambientes educacionais a partir da diversidade fomenta

diálogos e reflexões que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e segura para toda a humanidade.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. (Tradução: Christina Baum). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

ANDREWS, John *et al*. **O livro da história LGBTQIAPN+**. (Tradução: Ana Rodrigues). Rio de Janeiro, RJ: Globo Livros, 1ª ed., 2024.

ARNÁIZ, Mercedes Serna. Rosario Castellanos y El eterno femenino. **Anagnórisis: Revista de investigación teatral**, n. 9, p. 40-52, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1980.

BLACK, Chad Thomas. *Prosecuting Female-Female Sex in Bourbon Quito*. In: TORTORICI, Zeb (org.). ***Sexuality and the Unnatural in Colonial Latin America*.** Berkeley: University of California Press, 2016. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/263/edited_volume/chapter/1784053?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 out. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. (Tradução: Heci Regina Candiani). São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

DE OLIVEIRA, Mariana Edi Rocha Gonçalves; RODRIGUES, Larisse de Oliveira. Descolonizando o feminismo: desafios para a construção do feminismo latino-americano. **Anais**: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2013.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira do feminismo brasileiro – séc. XIX. **Revista mulheres e literatura**. v. 1, 1997.

FATUMMA, Dedê. **Lesbiandade**. 1. ed. Salvador: Jandaíra & Polen, Coleção Feminismos Plurais, 2023. 208 p.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e as bruxas: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. (Tradução: Coletivo Sycorax). São Paulo, SP: Editora Elefante, 2017.

HERRERA, Luisa Velázquez. **Lesbofeminismo: nociones básicas.** 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65525029/LesbofeminismoPorLuisaVelazquezHerrera-libre.pdf?1611701042=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DLesbofeminismo_Nociones_basicas.pdf. Acessado em: 08 de outubro de 2025.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, bell. **O feminism é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. (Tradução: Ana Luiza Libâneo). Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos tempos, 2018.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal**. (Tradução: Luiza Sellera). São Paulo, SP: Cultrix, 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-102, 2008.

MARIDUENA, Ana Elizabeth. El Protofeminismo representado en la literatura de Sor Juana Inés de la Cruz. **UC Merced Undergraduate Research Journal**, v. 12, n. 2, 2020.

PACHECO, Joice Oliveira. **O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina: contribuições e desafios para a educação contemporânea**. (Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010, 93f.

QUIJANO, Aníbal et al. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: clacso, 2000.

SOARES, Mayana Rocha *et al*. **Lesbianidades plurais: abordagens e epistemologias sapatonas**. Salvador, BA: Devires, 1ª ed., 2019.

TOLEDO, Lívia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 1, p. 39-61, 2011.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: **Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021, p. 10-31.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. (Tradução: Maíra Mendes Galvão). Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1ª ed., 2022.

CAPÍTULO 8
DISCURSO, GÊNERO E CORPO:

efeitos de sentido no discurso sobre pessoas transexuais na rede social digital *Instagram*

Jomson Teixeira da Silva Valoz – UPE/UFAL

Sóstenes Ericson Vicente da Silva– UFAL

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo analisar os efeitos de sentido no discurso sobre sujeitos transexuais na rede social digital *Instagram*, considerando discursividades presentes em comentários de usuários em dois perfis abertos sobre o processo de construção da identidade de gênero de pessoas transexuais. São mobilizados dispositivos teórico-analíticos da perspectiva materialista da Análise do Discurso (Pêcheux, 1995, 1997; Orlandi (2002, 2024, 2012, 2016)), em articulação com a Teoria de Gênero (Butler, 2018). O *corpus* foi extraído de comentários de usuários do *Instagram* em *posts* sobre as transições de gênero de figuras públicas (Nick Cruz e Maya Massafera), capturados em 2024. Tendo em conta que o discurso é uma prática atravessada por formações ideológicas e históricas, sendo o corpo uma materialidade significante interpelada pela ideologia através da linguagem, a análise apontou a coexistência de discursos que materializam uma Formação Ideológica cis-heteronormativa, manifesta em Formações Discursivas biomédica e religiosa/moral. Contudo, o corpo transexual produz efeitos de sentido de resistência a esses discursos dominantes, desafiando as estruturas estabilizadas sobre gênero, corpo e sexualidade.

Palavras-Chave: Discurso, Gênero, Corpo Transexualidade, Ideologia, Resistência.

Resumen:

Este estudio analiza los efectos del significado en el discurso sobre personas transgénero en la plataforma de redes sociales Instagram, considerando los discursos presentes en los comentarios de usuarios en dos perfiles públicos sobre el proceso de construcción de la identidad de género de personas transgénero. Se emplean herramientas teórico-analíticas desde la perspectiva materialista del Análisis del Discurso (Pêcheux, 1995, 1997; Orlandi (2002, 2024, 2012, 2016), en articulación con la Teoría de Género (Butler, 2018). El corpus se extrajo de los comentarios de usuarios de Instagram en publicaciones sobre las transiciones de género de figuras públicas (Nick Cruz y Maya Massafera), recopilados en 2024. Considerando que el discurso es una práctica atravesada por formaciones ideológicas e históricas, siendo el cuerpo una materialidad significativa interpelada por la ideología a través del lenguaje, el análisis apunta a la coexistencia de discursos que materializan una Formación Ideológica cisheteronormativa, manifestada en Formaciones Discursivas biomédicas y religiosas/morales. Sin embargo, el cuerpo transexual produce efectos de sentido de resistencia a estos discursos dominantes, desafiando las estructuras estabilizadas de género, cuerpo y sexualidad.

Palabras clave: Discurso, Género, Cuerpo Transexual, Ideología, Resistencia.

Abstract:

This study aims to analyze the effects of meaning in the discourse about transgender subjects on the social media platform Instagram, considering the discourses present in user comments on two open profiles about the process of gender identity construction of transgender people. Theoretical-analytical devices from the materialist perspective of Discourse Analysis (Pêcheux, 1995, 1997; Orlandi (2002, 2024, 2012, 2016), are mobilized, in articulation with Gender Theory (Butler, 2018). The corpus was extracted from Instagram user comments on posts about the gender transitions of public figures (Nick Cruz and Maya Massafera), captured in 2024. Considering that discourse is a practice traversed by ideological and historical formations, with the body being a significant materiality interpellated by ideology through language, the analysis pointed to the coexistence of discourses that materialize a cis-heteronormative Ideological Formation, manifested in biomedical and religious/moral Discursive Formations. However, the transsexual body produces effects of meaning of resistance to these dominant discourses, challenging the stabilized structures of gender, body, and sexuality.

Keywords: Discourse, Gender, Transsexual Body, Ideology, Resistance.

Introdução

Este texto constitui um recorte da pesquisa de estágio pós-doutoral intitulada “Discurso, gênero e corpo: efeitos de sentido no/do discurso de pessoas transexuais”, realizada na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O recorte extraído para esta análise foi orientado pelo objetivo de analisar os efeitos de sentido no discurso sobre sujeitos transexuais na rede social digital *Instagram*, considerando discursividades presentes em comentários de usuários em dois perfis abertos na referida rede social digital sobre a identidade de gênero de pessoas transexuais.

Conforme Cassana (2018), o corpo transexual se constitui como um corpo que não corresponde aos sentidos estabilizados de “homem” e “mulher”, desafiando esse binarismo. Tensionando a relação corpo, gênero e ideologia, pela mediação do discurso, colocamos em perspectiva o modo como o corpo transexual[8] é discursivizado como um desvio em relação à ideologia cis-heteronormativa dominante. Essa ideologia impõe uma ordem binária e compulsória, na qual o corpo deve exibir uma harmonia “naturalizada” entre sexo biológico e identidade de gênero.

[8] Embora pareça contraditório a afirmação aqui estabelecida, uma vez que anteriormente afirmamos tomar o corpo como objeto discursivo de análise, nossa compreensão é que o corpo do sujeito transexual funciona como um discurso que produz efeitos de sentido ideologicamente constituídos. Assumir, neste momento, os efeitos de sentido no discurso sobre sujeitos transexuais no *Instagram* sinaliza para as condições de produção desses discursos em circulação.

Para abordar essa complexa relação, fazemos uma aproximação entre a Análise materialista do Discurso e as contribuições de Butler (2018). Pêcheux (1995, 1997) e Orlandi (2002, 2004, 2012, 2016) compreendem o discurso como uma prática atravessada pela ideologia e pela historicidade, e o sujeito como não autônomo em sua produção de sentido. Na perspectiva de Butler (2018), as identidades são constituídas e mantidas pela repetição de discursos e atos performativos que naturalizam certas identidades e tornam outras abjetas.

Dessa forma, este estudo contribui para questionar as regras cis-heteronormativas e para a discussão sobre o papel da linguagem na construção e ressignificação das identidades de gênero e do próprio sujeito, aqui entendido como efeito de linguagem, no qual não há significação pré-discursiva ou anterior ao funcionamento do discurso.

Corpo, sexo e sujeito: do caráter material do sentido em seus efeitos

A perspectiva materialista da Análise do Discurso constitui um dispositivo teórico-analítico que toma o discurso como seu objeto teórico. Esse objeto é entendido como efeito de sentido entre interlocutores, uma vez que, segundo Pêcheux (1997), o discurso é sempre produzido a partir de condições de produção históricas e ideológicas, sendo uma mediação entre a fala e a língua. Assim, o discurso tem uma ordem própria porque é

> um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada (Pêcheux, 1997, p. 76- 77).

Nessa perspectiva, o discurso comparece como mediação entre a ideologia e a língua, tendo em conta que a ideologia se materializa no discurso, e este, por sua vez, se materializa na língua através de um sujeito. Conforme Orlandi (2002), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, produzindo efeitos de sentido da Formação Ideológica (FI), em uma ou várias Formações Discursivas (FDs). Conforme Pêcheux,

> em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos

quais eles servem (Pêcheux, 1995, p. 146).

A FD determina o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares num interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (Pêcheux e Fuchs, 1997, p. 166), e é por meio da identificação, contra-identificação ou desidentificação do sujeito com determinada FD que o sentido produz seus efeitos.

Tendo por pressuposto a noção de sujeito ideológico, assumimos que o corpo é a materialidade significante, isto é, "o lugar material em que acontece a significação" (Orlandi, 2004), estando, portanto, discursivamente articulado com o sujeito e a ideologia. Por esta via, há uma refutação de um sujeito pré-discursivo e senhor de seu dizer. Para a Teoria de Gênero, especificamete, é impossível pensar uma essência naturalizada das categorias corpo, sexo e sujeito, pois para Butler (2018), elas são culturalmente construídas e produzidas através de discursos que assim materializam ideologias. Desse modo, Butler questiona a estabilidade binária do corpo e do gênero, ao afirmar que

> a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimétrica entre gênero e sexo, no qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, *significar* tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino tanto um corpo masculino como um feminino (Butler, 2018, p. 26, itálico nosso).

Butler (2018), então, defende que os discursos dominantes (médico, religioso, midiático, estatal, entre outros) impõem uma matriz heterossexual de inteligibilidade, a saber, uma ordem compulsória de sexualidade e do gênero, que visa garantir a coerência entre sexo, gênero e desejo. Por sua vez, os corpos que se desviam dessa matriz de sentidos são discursivamente tomados como anormais ou patológicos, significam como abjetos.

Assim, propomos a articulação entre as teorias para analisar o corpo transexual não pela biologia, mas pelo modo como ele significa, ou seja, como ele produz efeitos de sentido internamente a um discurso situado ideologica e historicamente, e como esse corpo põe em xeque a matriz ideológica que tenta silenciá-lo e enquadrá-lo dentro de normas estabelecidas por uma formação social que reproduz um já-dito sobre esse os corpos a partir de uma idoelogia cis-héteronormativa, o que nos licencia coolar o corpo como objeto analítico e discursivo de investigação, como veremos no que se segue.

Na discursividade do corpo, a construção de dispositivos de análise

A Análise do Discurso provoca reflexões sobre materialidades que não se limitam ao fenômeno linguístico, razão pela qual quando abordamos o corpo como objeto, não o fazemos pela via da biologia, uma vez que não é o corpo enquanto estrutura físico-anatômica que interessa aos estudos discursivos. Conforme Leandro-Ferreira (2011, p. 51), “o objeto a ser analisado é, então, o corpo tomado como materialidade discursiva que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à irrupção da falta que lhe é constitutiva”.

Mas seguindo Orlandi (2012), não devemos entender que a materialidade discursiva é o próprio corpo como se fosse o corpo, ele mesmo, passível de se apresentar como um *corpus* ou um dado coletado para pesquisa. Pelo contrário, tomar o corpo para teorizar sobre ele na perspectiva materialista da Análise do Discurso, significa relacioná-lo à língua, ao sujeito e à ideologia, como proposto por Vinhas (2021), uma vez que é preciso entender como o corpo significa, ou seja, como ele produz efeitos sentido. Sobre isso, Leandro-Ferreira (2011, p. 95) afirma que “o objeto a ser analisado é o corpo tomado como materialidade discursiva que se constrói pelo discurso”. Nesse sentido, para Orlandi (2012), “a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito e vice-versa” (Orlandi, 2012, p. 83), e se questiona: “como juntar corpo, sujeito, sentido, pensando a questão da materialidade discursiva?” (Idem, ibidem).

Na compreensão de Pereira (2023), o sujeito comparece internamente aos estudos discursivos como “desnaturalizado e remetido ao campo do simbólico enquanto um processo de significação ideológico, materializado pelo discurso, no caso, pelas vias do corpo” (Pereira, 2023, p. 9). Assim, o processo de tomar o corpo como objeto de análise discursiva se dá através de sua formulação enquanto materialidade significante, que produz efeitos de sentido no simbólico, quando se leva em conta a articulação entre corpo, sujeito, história e ideologia materializada no discurso. Nessa vertente, o corpo tanto pode produzir sentidos de resistência e de contestação quanto sentidos aliados às ideologias dominantes, razão pela qual entendemos que o corpo do sujeito transexual parece produzir efeitos de sentido que se inserem na primeira formulação.

A partir desses dispositivos teóricos, extraímos um *corpus* da pesquisa a partir de comentários de usuários da rede social digital *Instagram* em *posts* de duas pessoas transexuais, a saber o trans-homem Nick Cruz e a trans-mulher Maya Massafera. As imagens dos comentários foram capturadas ao longo de 2024. A seleção dos comentários[9] priorizou aqueles que exemplificavam o embate ideológico entre o discurso dominante e o corpo desses sujeitos que se apresentam em dissidência.

Transexualidade: corpo e sujeito nas tramas do discurso

Corbin, Courtine e Vigarello (2017) historicizam que, no século XX, iniciou-se uma teorização sobre o corpo, fundamentada pela psicanálise freudiana, que passou a olhar o corpo pela via da formação do sujeito e de sua construção por meio da linguagem, ou seja, do modo como a linguagem significa no e pelo corpo, fazendo surgir a noção de sujeito como uma nova categoria discursiva de análise.

Na obra *A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual,* Bento (2006) discorre sobre como os corpos transexuais são ressignificados na sociedade e como esse processo de transição é interpelado por normas sociais e discursos regulatórios dominantes. Por sua vez, em *Corpo (em) Discurso: Ressignificando a Transexualidade*, Cassana (2018) investiga como os discursos de sujeitos transexuais se encontram num lugar que ora reafirma ora contesta essas normas, apreendendo as tensões entre o corpo, o gênero e a ideologia no discurso.

No Capítulo 1 intitulado “Olhar o corpo” – com uma indagação: Como se define um corpo?, Cassana responde que

> um corpo pode ser definido como um conjunto de partes. Essas partes são órgãos, membros, tecidos que formam uma estrutura. Aprendemos, desde cedo, que o corpo humano é a soma de suas partes, ou seja, que o corpo é um todo, uma completude que confere ao sujeito sua existência no mundo, sua identidade (Cassana, 2018, p. 18).

Nessa perspectiva, o corpo se apresenta como o espelho daquilo que desde o início de nossa existência nos identifica no mundo. Assim, desde a notícia da concepção de um bebê, cria-se uma expectativa sobre ele, sobre seu sexo –

[9] Por questões editoriais de espaço, para este recorte, optamos por trazer apenas dois comentários de cada *post.*

menino ou menina – e daí desenvolve-se uma expectativa sobre seu o corpo, sobre como esse corpo deve performar, agir, desejar. Além disso,

> [...] cada parte de um corpo se assemelharia a um instrumento, utilizado para diversos fins: as pernas para nos movimentarmos, nossas mãos são usadas para segurar objetos, os olhos são feitos para enxergar e a boca usada para nos alimentarmos. Ao conhecer o corpo e as partes que o compõem, estaríamos assegurados por um efeito de certeza [...] através da qual se pudesse interpretá-lo tão somente pelas justificativas biológicas e orgânicas. Assim, o corpo poderia ser lido e interpretado através do funcionamento de suas partes (Cassana (2018, p. 30).

Ainda em nossos dias, circulam nas redes sociais virtualizadas discursos dominantes sobre gênero e sexualidade, segundo os quais ou se é homem ou se é mulher, tendo por base características biológicas, genéticas. Como forma de ilustrar esse processo discursivo, vejamos o comentário de um usuário da rede social digital *Instagram* em um *post* da página "Ginaindelicada" sobre o fato de o participante de um *Reality* musical veiculado pela Rede Globo de televisão em 2024, Nick Cruz, ter se apresentado como um homem trans:

Imagem 1: Nick Cruz



Fonte: imagem capturada do *Instagram* pelo autor (2024).

O comentário demonstra em sua superfície linguística um discurso que interpreta o corpo a partir da ciência, da biologia e da medicina. Desse modo, identificando-se com essa Formação Discursiva, o usuário assume uma posição-sujeito contrária à afirmação "Nick Cruz [...] é um homem trans", sob o argumento (pré-construído) de que quem nasce com uma vagina é uma mulher, logo se Nick Cruz "é uma pessoa com vagina.... HOMEM... jamais". Interessante notar que esse usuário faz uso de conceitos dicotômicos como mulheres/fêmeas, homem/macho, numa perspectiva segundo a qual há uma relação direta entre ser homem e ser macho e ser mulher e ser fêmea, como se houvesse uma essência natural, uma ontologia e um modo único de ser homem e de ser mulher, em oposição à formulação proposta por Bultler (2018).

O usuário justifica “sua posição” com base em argumentos científicos como a genética cromossômica: Nick não pode ser homem porque não tem o cromossomo XY e sim o cromossomo XX. De acordo com Cassana, tal argumento funciona a partir da compreensão de que “é da ordem do impossível o sujeito ter os cromossomos XX e XY, sendo, portanto, impossível ser homem e ser mulher ao mesmo tempo” (Cassana, 2018, p. 61). Essa é uma concepção do corpo interpelada por uma FI científica binária dos corpos e dos sexos, que produz sentidos na FD biomédica. Assim, há corpos considerados normais, saudáveis, e corpos considerados anormais e patológicos, como os corpos dos sujeitos transexuais.

De acordo com, Gomes Júnior (2019), ao se dedicar aos estudos sobre disciplina, sexualidade, poder e biopoder, Foucault (2017) identificou que durante a Modernidade, a sexualidade foi compreendida como um dispositivo de relações de poder. Desse modo, a partir do século XVIII até o XIX, podem ser observados três discursos sobre o corpo: o discurso religioso e moral, o discurso médico e psiquiatra e o discurso policiamento.

Assim, o corpo transexual parece ser discursivizado a partir da intersecção desses três discursos que se coadunam na matriz de um discurso dominante, que relega ao corpo transexual o caráter de desvio da naturalidade da criação divina (discurso religioso e moral) e da patologização da medicina, na tentativa discursiva e, portanto, ideológica, de enquadrar o corpo transexual numa matriz de saberes que impõe a cis-heterossexualidade como norma.

De fato,

> há uma tentativa discursiva e, portanto, ideológica, de colocar os sujeitos transexuais a um esquadro social imposto por esse discurso dominante. Na hipótese de não caberem nas normas propostas, são relegados à margem, ao que está na periferia do discurso e da sociedade (Cassana (2018, p. 59).

Se em relação ao comentário relacionado a Nick Cruz, podemos perceber a existência de uma FD biomédica, a seguir encontramos também um discurso religioso e moral, presente como discurso dominante nesta sociedade. A imagem que se segue é da produtora de conteúdos digitais, Maya Massafera, uma mulher transexual. A imagem é uma captura de tela de um vídeo em que Maya aparece falando, pela primeira vez, sobre sua transição de gênero. Em resposta a esse *post*,

vários usuários do *Instagram* emitiram comentários sobre sua identidade de gênero, seu corpo e sua sexualidade.

Imagem 2: Maya Massafera



Fonte: imagem captura do *Instagram* pelo autor (2024).

Conforme os enunciados “Desfazendo as obras do nosso Deus criador” e “Sua natureza de homem sempre vai Prevalecer. Deus jamais erra.”, o corpo transexual é significado a partir de um discurso dominante sobre gênero e sexualidade interpelado pela FI religiosa, filiando-se a uma FD cis-hetero-judaico/cristã.

Diante do exposto, podemos compreender que o corpo transexual, ao ser atravessado por diferentes discursos (biomédico, religioso/moral), torna-se um espaço de disputa simbólica e ideológica, no qual se confrontam diferentes formas de significação e de poder, produzindo sentidos entre a opressão/dominação e a resistência. Desse modo, os discursos dominantes, historicamente legitimados, funcionam na tentativa de enquadrar o corpo e o sujeito transexual dentro de uma perspectiva binária e normativa, que reitera a ideologia cis-heteronormativa como padrão de inteligibilidade dos corpos, cuja base material significa a partir da fé (judaico-cristã) e da ciência (biomédica).

Considerações de percurso

As análises permitiram observar que os discursos dominantes sobre a transexualidade na rede social digital *Instagram* continuam sendo fortemente atravessados por formações discursivas e ideológicas de base biomédica, religiosa e moral, legitimando uma essência natural e imutável do corpo, do sexo e do gênero.

No comentário sobre Nick Cruz, identificamos o funcionamento ideológico-discursivo biomédico, segundo o qual o corpo é interpretado a partir de parâmetros biológicos e genéticos, restringindo a identidade de gênero à configuração cromossômica e aos órgãos sexuais. Por sua vez, nos enunciados sobre Maya Massafera, observamos o predomínio da ideologia religiosa, materializada numa discursividade cis-hetero-judaico/cristã, na qual o corpo transexual é significado como erro, pecado ou afronta à criação divina.

Tais discursos reafirmam o poder normativo da cis-heterossexualidade e sustentam o argumento que impõe a binariedade de gênero como natural. Contudo, ao emergirem em espaços públicos de visibilidade, como as redes sociais virtualizadas, os corpos e discursos transexuais também produzem fissuras nesses regimes, tensionando as fronteiras do que é considerado legítimo e inteligível. Assim, este estudo reafirma que o corpo é um espaço discursivo de disputa e significação, no qual se inscrevem, confrontam-se e se transformam os sentidos sobre gênero, identidade e existência.

Referências

BENTO, B. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASSANA, M. F. **Corpo e(m) discurso:** ressignificando a transexualidade. Curitiba: Appris, 2018.

CASSANA, M. F. Língua, discurso e gênero: uma análise em contraponto. **Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 4, ed. esp., p. 55 – 68, 2018.

COMES JUNIOR, J. **Sobre “frescos” e “bagaxas”:** uma história social do homoerotismo e daprostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1890-1938. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CORBIN, A.; COURTINE, J-J; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo:** as mutações do olhar: o século XX. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. 3. reimp. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas/sp: Editora da UNICAMP, 1997, p. 13-38.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Org.) **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2013.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. O discurso do corpo. In: MITTMANN, S.; SANSEVERINO, A. (Org.) **Trilhas de investigação:** a pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2011.

ORLANDI, E. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. 2.ed. Campinas/SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. **Interpretação:** Autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

ORLANDI, E. Nota introdutória à edição brasileira. In: CONEIN, B. et al. (Org.) **Materialidades discursivas.** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2016, p. 09-16.

PÊCHEUX, Ml. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas . In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do**

discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163-252.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas . In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-161.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. 2. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.

PEREIRA, L. N. Quando a polissemia insiste em se inscrever: uma análise sobre corpo-e-sujeito transexual. In: **RUA** [online]. Volume 29, número 1 - e-ISSN 2179-9911 - Junho/2023. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. http://www.labeurb.unicamp.br/rua/

VINHAS, L. I. O corpo na análise de discurso: materialidade, lugar de enunciação, subjetividade. **Revista Língua & Literatura**, v. 23, n. 42, p. 143-163, jan./jun. 2021.

CAPÍTULO 9

LITERATURA AFROBRASILEIRA:

uma leitura do poema *Crianças Negras* de Cruz e Sousa

Camilly Victória dos Santos Pais – UFRA

Joyce Baia e Baia – UFRA

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira - UFRA

Resumo:

A literatura afrobrasileira desempenha um papel crucial e indispensável para a identidade literária do Brasil. O combate ao preconceito e desigualdade social são traços característicos presentes em diversas obras, assim como no poema Crianças Negras do poeta simbolista Cruz e Sousa, por isso em decorrência desses fatos procuramos discutir sobre o presente tema questões sociais retratadas na obra. Em razão disso, essa pesquisa tem o objetivo demonstrar a importância da literatura afrobrasileira como instrumento de combate ao preconceito literário e a invisibilidade, posteriormente analisar os fenômenos que influenciam os estereótipos e a desvalorização tendo como objeto de análise o poema Crianças Negras de Cruz e Sousa, debater as temáticas sociais abordadas no poema, e descrever de que forma o poema contribui para a valorização da literatura afrobrasileira. Do ponto de vista metodológico, neste estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica fundamentada em uma análise literária em trabalhos de autores que dialogam sobre a literatura afrobrasileira e sua relevância na contemporaneidade. Como resultado da análise, nota-se que o autor apodera-se dos aspectos simbolistas e de uma linguagem metafórica, assim como o uso de elementos sensoriais para revelar a tirania da escravidão sofrida pelas crianças negras. Conclui-se que o poema Crianças Negras é de suma importância para a literatura brasileira por tratar de temáticas tão pertinentes à sociedade contemporânea, e contribuir para a expansão da literatura, conforme Abreu; Pound (2006); Bernd (1988); Conceição Evaristo (2017).

Palavras-chave: Literatura; afrobrasileira; Crianças Negras, Cruz e Sousa; invisibilidade.

Resumen:

La literatura afrobrasileña desempeña un papel crucial e indispensable para la identidad literaria de Brasil. La lucha contra el prejuicio y la desigualdad social son rasgos característicos presentes en diversas obras, como en el poema Crianças Negras (Niños Negros) del poeta simbolista Cruz e Sousa. Por ello, a raíz de estos hechos, en este estudio se busca debatir las cuestiones sociales retratadas en la obra. En consecuencia, esta investigación tiene como objetivo demostrar la importancia de la literatura afrobrasileña como instrumento de combate al prejuicio literario y a la invisibilidad; analizar los fenómenos que influyen en los estereotipos y la desvalorización teniendo como objeto de análisis el poema Crianças Negras de Cruz e Sousa; debatir las temáticas sociales abordadas en el poema; y describir de qué manera el poema contribuye a la valorización de la literatura afrobrasileña. Desde el punto de vista metodológico, se realizó una investigación cualitativa de carácter bibliográfico fundamentada en un análisis literario de trabajos de autores que dialogan sobre la literatura afrobrasileña y su relevancia contemporánea. Como resultado del análisis, se observa que el autor se apropia de aspectos simbolistas, un lenguaje metafórico y el uso de elementos sensoriales para revelar la tiranía de la esclavitud sufrida por los niños negros. Se concluye que el poema Crianças Negras es de suma importancia para la literatura brasileña por abordar temáticas tan pertinentes para la sociedad contemporánea y contribuir a la expansión literaria, de acuerdo con Abreu & Pound (2006), Bernd (1988) y Conceição Evaristo (2017).

Palabras clave: Literatura; Afrobrasileña; Crianças Negras; Cruz e Sousa; Invisibilidad.

Abstract:

Afro-Brazilian literature plays a crucial and indispensable role in Brazil's literary identity. Fighting prejudice and social inequality are characteristic traits present in several works, including the poem Crianças Negras (Black Children) by the Symbolist poet Cruz e Sousa. Therefore, based on these facts, this study seeks to discuss social issues portrayed in the work. Accordingly, this research aims to demonstrate the importance of Afro-Brazilian literature as an instrument to combat literary prejudice and invisibility; analyze the phenomena influencing stereotypes and devaluation, using Cruz e Sousa's poem Crianças Negras as the object of analysis; debate the social themes addressed in the poem; and describe how the poem contributes to the appreciation of Afro-Brazilian literature. From a methodological standpoint, a qualitative bibliographic research was conducted based on a literary analysis of works by authors discussing Afro-Brazilian literature and its contemporary relevance. The results show that the author utilizes symbolist aspects, metaphorical language, and sensory elements to reveal the tyranny of slavery suffered by Black children. It is concluded that the poem Crianças Negras is of paramount importance to Brazilian literature for addressing themes so pertinent to contemporary society and contributing to literary expansion, according to Abreu & Pound (2006), Bernd (1988), and Conceição Evaristo (2017).

Keywords: Literature; Afro-Brazilian; Crianças Negras; Cruz e Sousa; Invisibility.

Introdução

A presente pesquisa de caráter sociológico, divide-se em cinco partes que tem por finalidade: (1) trazer uma breve bibliografia do autor Cruz e Sousa e como se deu o surgimento da literatura afrobrasileira. 2) demonstrar o grande protagonismo que a literatura afrobrasileira tem no cenário literário, cultural e social do Brasil. 3) analisar os fatores que influenciam a invisibilidade e apagamento dos autores e obras. 4) identificar essas problemáticas no poema Crianças Negras do poeta simbolista Cruz e Sousa, e posteriormente debater as temáticas pertinentes no poema. 5) trazer diferentes teóricos que dialogam sobre o tema e como essa literatura torna-se uma ferramenta de resistência e combate ao preconceito.

A literatura afrobrasileira desempenha um papel crucial e indispensável para a identidade literária do Brasil. O combate ao preconceito e desigualdade social são traços característicos presentes em diversas obras, assim como no poema Crianças Negras do poeta simbolista Cruz e Sousa, por isso em decorrência desses fatos procuramos discutir sobre o presente tema questões sociais retratadas na obra.

Diante disso, a pesquisa se justifica pela necessidade de dar visibilidade à literatura afrobrasileira e aos seus autores, cuja produção, apesar de possuir

relevância estética, histórica e cultural, permanece marginalizada no ambito social e literário.

Como ponto de investigação da presente pesquisa, destaca-se a invisibilidade e o apagamento dos autores da literatura afrobrasileira, assim como as obras literárias produzidas por eles. Nesse sentido, pode-se afirmar que essa problemática acontece não por conta da estética ou escrita textual, mas sim por uma questão de cunho histórico, cultural, ideológico e político.

Com isso, essa pesquisa tem o objetivo de demonstrar a importância da literatura afrobrasileira como instrumento de combate ao preconceito literário e a invisibilidade, posteriormente analisar os fenômenos que influenciam os estereótipos e a desvalorização tendo como objeto de análise o poema Crianças Negras, de Cruz e Sousa, além de debater as temáticas sociais abordadas no poema, pretende-se descrever de que forma a obra contribui para a valorização da literatura afrobrasileira.

Do ponto de vista metodológico, foi realizada pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico fundamentada em trabalhos de autores que dialogam sobre a literatura afrobrasileira e sua relevância na contemporaneidade.

João da Cruz e Sousa, nascido em 21 de novembro de 1861, filho de pais negros escravizados, tornou-se um dos principais expoentes do Simbolismo e da literatura afrobrasileira com suas obras Missal, uma coletânea de prosa lírica e Broquéis, uma coletânea de poesia, ambas publicadas em 1893, além do poema Crianças Negras , publicado na obra Missal em 1893, que será o objeto de análise desse estudo.

Desse modo, a literatura afrobrasileira se desenvolveu maciçamente a partir do século XIX com autores como Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis, Cruz e Sousa e Lima Barreto. Um dos objetivos principais dessa literatura, é promover por meio de suas obras discussões acerca da tirania e opressões do período da escravidão, e também protestar contra o preconceito social tornando-se também um mecanismo capaz de estabelecer e promover a cultura afrobrasileira em diferentes perspectivas. No entanto, infelizmente a literatura afrobrasileira enfrenta

problemas diretamente ligados a invisibilidade literária de suas obras e autores ao longo do tempo, assim como a sua desvalorização no espaço literário e cultural no Brasil.

Desenvolvimento

Uma das principais representantes da literatura afrobrasileira, Conceição Evaristo (2006), em sua obra Becos de Memória convida o leitor a refletir sobre a resistência, preconceito, violência e desigualdade, permitindo fazer um paralelo com o poema Crianças Negras de Cruz e Sousa, uma vez que essas complicações estão diretamente ligadas a invisibilidade literária, reflexo do preconceito histórico abordado em ambas as obras.

Sobre esse preconceito histórico, a autora Lilia Moritz Schwarcz em sua obra O espetáculo das raças vai narrar a luta que acerava-se no século XIX por parte dos estudiosos da época que buscavam compreender a historiografia da nação a procura de uma “identidade brasileira” dessa forma, a obra enfatiza que a questão racial está diretamente ligada a construção social do Brasil, a autora ressalta como as teorias raciais “darwinismo” e “evolucionismo” foram manuseadas por parte desses estudiosos para responder questões sobre a desigualdade e a escravidão, afirmando a existência de uma “falsa inclusão” uma vez que essa problemática está correlacionada com o predomínio cultural, social e política, conforme Abreu (2006).

Ezra Pound (2006) define a literatura como protagonista para a expansão das diversas obras literárias na qual deve analisar essas obras com uma ótica desligada a questões de poder, mas sim observar a fundo a estética literária sem levar em conta o predomínio por trás dessas obras e prezar sempre pela beleza textual. A autora cita que:

> O homem lúcido não pode permanecer quieto e resignado enquanto o seu país deixa que a literatura decaia e que os bons escritores sejam desprezados[...] (Pound, 2006, p.37).

Pode-se afirmar que os “bons escritores” descritos pela autora englobam também os autores da literatura afrobrasileira, sejam eles canonizados ou não, o

que de fato importa para isso é justamente a beleza do fazer literário desses autores. Dessa forma, Zilá Bernd em sua obra O que é literatura negra? alerta sobre a seguinte discussão a respeito da escrita negra:

> [...] Uma literatura cujos valores fundadores repousam sobre a ruptura com contratos de fala e de escritura ditados pelo mundo branco e sobre a busca de novas formas de expressão dentro do contexto literário brasileiro [...] (Bernd,1977, p. 22).

A autora afirma portanto que o surgimento da literatura negra se deu com a necessidade de preencher as lacunas criadas pela perda da identidade ao longo do tempo em que a cultura negra era considerada " fora da lei" e a cultura dominante por sua vez tomava mais espaço até mesmo no meio da própria população negra no Brasil. Além disso, a autora traz o "fazer poético" que apodera-se do poema como um meio de reparar as múltiplas perdas, entre elas a memória da ancestralidade africana e da própria história, e que a criação literária transcende delimitações impostas por fatores como geografia, nacionalidade, sexo, raça ou religião, Bernd (1988, p.20).

Oliveira (2016) analisa a literatura de Cruz e Sousa, com o objetivo de entender como o autor aborda os aspectos relacionados à sua obra literária como questão racial/social/cultural na busca de se autoafirmar como expoente poético do Simbolismo, escola a qual pertenceu, e seu conflito interior em relação à discriminação racial sofrida no decorrer da vida pessoal e poética.

Ramalho (2023) traz reflexões sobre temáticas sociais e políticas importantes que merecem destaque dentro da sociedade atual, visto que a memória é fator essencial para a construção da identidade e é, também, por meio dela que é possível compreender pontos discutidos no que se refere aos afrodescendentes.

Resultados

O poema Crianças Negras de Cruz e Sousa, foi publicado no ano de 1893 em Missal, uma coletânea de prosa lírica, a qual tem temáticas variadas com tendência simbolista. No poema o autor retrata a escravidão sofrida pelas crianças negras evidenciando o seu lado "abolicionista através da linguagem da violência inerente aos mal-estares colonial, pós-colonial e neocolonial que mantém o bem-

estar material de alguns à custa do sofrimento de outros", conforme Oliveira (2016, p. 15).

A obra tem influência das teorias dos poetas franceses, principalmente de Charles Baudelaire, principal autor do movimento simbolista, o qual usa características do simbolismo, como a musicalidade, subjetividade com o intuito de transmitir sensibilidade na poesia. Podemos identificar o uso da linguagem e dos elementos sensoriais no poema abaixo:

Crianças negras
Em cada verso um coração pulsando,
Sóis flamejando em cada verso, e a rima
Cheia de pássaros azuis cantando
Desenrolada como um céu por cima.

Trompas sonoras de tritões marinhos
Das ondas glaucas na amplidão sopradas
E a rumorosa música dos ninhos
Nos damascos reais das alvoradas.
[...]
Preso à cadeia das estrofes que amam,
Que choram lágrimas de amor por tudo,
Que, como estrelas, vagas se derramam
Num sentimento doloroso e mudo.

Preso à cadeia das estrofes-quentes
Como uma forja em labareda acesa,
Para cantar as épicas, frementes
Tragédias colossais da natureza
[...]

No poema supracitado, Cruz e Sousa eleva a figura das crianças negras a um patamar de beleza, poder e dignidade, desconstruindo visões pejorativas ao atribuir-lhes atributos sublimes, vinculados à natureza, à arte e à espiritualidade.

Destaca-se que Cruz e Sousa apodera-se dos aspectos simbolistas ao evidenciar no poema a subjetividade quando explora os sentimentos do eu-lírico. Segundo Oliveira (2016, p.9) "a tendência simbolista retoma as dimensões não racionais da existência, redescobrindo, para tanto, a subjetividade, a imaginação, a espiritualidade, buscando desvendar o subconsciente e o inconsciente nas relações misteriosas e transcendentes do sujeito humano consigo próprio e com o mundo". A poesia do autor, além de evidenciar essas emoções, característica marcante do movimento, faz uso da linguagem metafórica, e de elementos sensoriais para revelar a tirania da escravidão sofrida pelas crianças negras.

Na terceira estrofe do poema utiliza elementos cósmicos para comparar a beleza das crianças à morte, ao sofrimento, e à angústia. O verso aborda o dinamismo ao representar a ascensão entre o pensamento e a alma.

Além disso, o poeta reafirma a violência sofrida por essas crianças quando destaca no verso “Dentre os dantescos círculos de açoite”, referindo-se aos castigos que eram submetidos com chicote e outros objetos que eram muitas vezes utilizados nas agressões. Na estrofe seguinte em “E que ouvem séculos afora”, “o carrilhão da morte que regela”, “A ironia das aves rindo a aurora” e “E a boca aberta em uivos da procela”, o poeta fala sobre os anos de sofrimento e exclusão social que consequentemente causa um silenciando desses sujeitos.

Em outro fragmento do poema o poeta dá ênfase ao abandono dessas crianças, o termo “Das crianças vergonhas dos escravo” e “Desamparadas, sobre o caos, à toa”, refere-se ao preconceito estabelecido pela sociedade opressora, esse trecho do poema ressalta à indiferença da sociedade com as crianças negras.

Discussões

Dessa forma, é evidente que o poema demonstra o racismo e o preconceito vivido pelas crianças, no entanto essa marginalização não é somente retratada na poesia de Cruz e Sousa, muitos autores que dialogam sobre a literatura afrobrasileira sofrem inúmeras situações discriminatórias e preconceituosas na literatura. Nesse viés, Ramalho (2023) explica que muitas dessas situações são fruto de um passado colonialista, pois a escravidão no país deixou marcas de opressão que apesar de anos ainda perpetua na atualidade.

Logo é notório que os apagamentos desses autores no campo da literatura são causados não por qualidade de suas obras, mas em decorrência do preconceito que percorrem a séculos na sociedade brasileira, como podemos observar Em Becos da memória (2017) onde Conceição Evaristo convida o leitor a refletir sobre a resistência, preconceito, violência e desigualdade social retratando sujeitos que ainda arrastam consigo lembranças e marcas de um passado de opressão que ainda se faz presente na atualidade.

Oliveira (2016) destaca que são pessoas que mesmo lutando por direitos e espaço na sociedade ainda continuam sendo esquecidos, e marginalizados. Isso acontece, de acordo com a autora, porque “o racismo é imposto pela sociedade opressora, que não dá voz nem vez a esses indivíduos marginalizados. A sociedade reprime os sonhos que cada um busca de uma condição de vida melhor” (OLIVEIRA, 2016, p.6), ou seja, em um parâmetro de observação na literatura afrobrasileira identificamos que a invisibilidade desses autores afrodescendentes em decorrência dessas situações praticadas.

Consoante a isso, Braum, Ferreira e Almeida (2024) pontuam que a literatura afrobrasileira se configura como uma ferramenta indispensável, a qual promove diálogos entre diferentes culturas, desafiando preconceitos e ampliando a percepção sobre a diversidade étnica, racial e cultural. Percebe-se, portanto, que por meio de personagens fortes e histórias que refletem a riqueza da cultura afro-brasileira, essas obras incentivam os leitores a se reconhecerem e valorizarem suas raízes. As autoras explicitam que:

> Outro aspecto importante da influência da literatura afro-brasileira na identidade cultural é a sua capacidade de promover a reflexão crítica sobre a história do Brasil, obras que abordam a escravidão, a resistência e a luta por direitos, como "O que é Racismo?", de Guimarães, e "Histórias da Escravidão", de diversos autores, proporcionam uma compreensão mais profunda das injustiças históricas e suas repercussões na sociedade contemporânea (Braum; Ferreira; Almeida, 2024, p. 4).

Sobre essa questão, é notório a relevância do poema de Cruz e Sousa por ser uma obra literária que busca representar e evidenciar temáticas pertinentes que incentivam a reflexão crítica dos leitores sobre a discriminação.

Identificamos essa representação de diálogos que exaltam a individuo negro, assim como retratado no poema Crianças Negras. Segundo Braum, Ferreira e Almeida (2024, p.4-5) “a literatura afrodescendente também se destaca por sua capacidade de promover um diálogo intercultural, permitindo que diferentes grupos étnicos e raciais compartilhem suas experiências e aprendizados. Autores afro-brasileiros frequentemente dialogam com a tradição literária ocidental, reinterpretando clássicos e criando narrativas que refletem a realidade multicultural do Brasil”. Logo, percebe-se a importância da literatura afrobrasileira para formação de diálogos entre diferentes grupos, como mencionado pelas autoras.

Ademais, a motivação pela qual surgiu o pressuposto de investigar mais profundamente a literatura afrobrasileira e os fenômenos atados ao preconceito social, foi a busca para compreender melhor o porquê de tal desvalorização de textos e obras ricas culturalmente, além de abordarem temas de tão grande relevância para os estudos literários.

Diante disso, foi possível perceber que os estigmas e preconceitos para com autores ligados a literatura afrobrasileira são de cunho social, de acordo com Abreu (2006), uma vez que a marginalização de pessoas negras tem por início o período da escravidão, justamente o que é retratado no poema Crianças Negras de Cruz e Sousa.

Dessa forma, a presente pesquisa é relevante no que refere-se a valorização da literatura afrobrasileira, assim como suas obras e autores, em destaque o autor simbolista Cruz e Sousa e o seu poema Crianças negras, que foi o objeto de inquirição desta pesquisa, além de ser importante para a captação do que de fato significam os fenômenos ligados ao apagamento das narrativas orais e escritas de pessoas negras no Brasil, da mesma forma que as manifestações e ocorrências de atitudes e ações negativas para com esses indivíduos.

A pesquisa tem por benefício os debates e discussões acerca da estigmatização em volta da literatura afrobrasileira, como citada, não é vista com apreciação por parte de muitos, além da exclusão vinda de uma literatura tida como “predominante”. Espera-se portanto, que o estudo agregue com as várias áreas do saber, e colabore com aqueles que almejam estudar mais sobre a literatura afrobrasileira e seu importante valor para a sociedade.

Considerações Finais

Conclui-se portanto, que o poema Crianças Negras de Cruz e Souza é preponderante para a literatura no Brasil, ao portar-se como mecanismo de combate ao preconceito e desigualdade social, uma vez que demonstra com precisão por meio da poesia lírica as opressões sofridas pelas crianças em uma sociedade escravista e preconceituosa. O autor simbolista convida o leitor a refletir sobre questões coletivas imersas na obra, possibilitando ao mesmo tempo fazer

um paralelo com a realidade social presente, posteriormente quebrando os estereótipos que cercam os demais autores da literatura afrobrasileira, tida por muito tempo como marginalizada e invisível.

Dessa forma, preferido poema, caracteriza-se por seu viés humanizador e empático ao ceder espaço e voz às narrativas silenciadas e esquecidas, valorizando as representatividades negras e suas histórias, oportunizando a ao eu-lírico contar sua perspectiva dos fatos, além do compartilhamento de sua vivência com algum tipo de estigmatização e opressão. Diante disso, há um resgate da ancestralidade africana, que contribuiu diretamente para construção cultural do país, além de ter um impacto significativo na luta por uma sociedade antirracista, afirmando sua identidade por meio da literatura, abordando mais o papel valioso do texto literário em questão.

Além disso, o poeta Cruz e Sousa, bem como os autores que compõem esta rica literatura, tem grande importância por dar visibilidade a temáticas tão pertinentes, como o abuso infantil no período da escravidão. Sua poesia possibilitou a ampliação da discussão dessas temáticas para que outros autores tratassem também sobre situações tidas como banais para muitos, mas com graves impactos quando deixadas de lado.

Portanto, é indispensável o papel da literatura como ferramenta de luta e resistência, além de agente de mudança social, estimulando a criticidade e reflexão diante de problemas tão alarmantes como o preconceito e desigualdade. Em contrapartida, é capaz de criar o sentimento empático e de pertencimento por intermédio das multi-vozes concentradas nos relatos do passado, com a descrição de personagens reais com situações infelizmente recorrentes à contemporaneidade, como a desigualdade e o preconceito.

Referências

ABREU, Márcia. **Cultura Letrada:** literatura e leitura. São Paulo: Editora Unesp, 2006. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/1121/852 . Acesso em 6 set. 2025.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. Editora brasiliense. São Paulo: 1988. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/352804150/BERND-Introducao-a-Literatura-Negra. Acesso em 10 set. 2025.

BRAUM, Janete Alves; FERREIRA, Gislane Souza Amaral; ALMEIDA, Jaqueline Ferreira de. **A importância da literatura afro-brasileira na formação da identidade cultural brasileira**. 2024. 17 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Licenciatura em Letras Português - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/6058 . Acesso em 20 set. 2025.

CRUZ e Sousa. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/736-cruz-e-sousa. Acesso em: 23 set. de 2025.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Pellas Editora, p.1- 200, 2017.

OLIVEIRA, Elisângel Medeiros. **CRUZ E SOUSA:** Literatura e a questão “racial” na poesia simbolista. Caicó- RN, 2016: Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstreams/686f0393-b22b-46a9-8a5d-8a103b65ed20/download. Acesso em: 23 set. 2025.

POUND, Ezra. **ABC da literatura**. Organização e apresentação da edição brasileira Augusto Campos e José Paulo Paes. 11 ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Disponível em: https://share.google/99wmYoiDxJgVgcP8M. Acesso em 6 set. 2025.

RAMALHO, Thaís Melo Gomes. Memórias e Vozes Silenciadas: Leituras sobre escravização, Racismo e Marginalização em Becos da Memória, de Conceição Evaristo. Dossiê “ **As escrevivências de Conceição Evaristo:** as mulheres negras no centro das narrativas”, sinop, v.16, n. 44, p. 594- 617, jul.2023. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/11077 . Acesso em 23 set. 2025.

CAPÍTULO 10
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA FEMININA NAS OBRAS *UM DEFEITO DE COR* E *INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES*

Vanessa Rodrigues dos Santos – UNEB

Valci Vieira dos Santos – UNEB

Resumo:

Fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da literatura comparada, a presente pesquisa baseia-se num estudo analítico-comparativo, com o intuito de investigar como se dá a construção da identidade negra feminina nas obras Um defeito de cor (2006), de Ana Maria Gonçalves e Insubmissas Lágrimas de Mulheres (2011), de Conceição Evaristo, buscando, aqui, apresentar como tais narrativas contribuem para a representação identitária, destacamento e afirmação de mulheres negras na literatura contemporânea, servindo como ferramentas de combate para aquelas que, cotidianamente, confrontam as múltiplas formas de opressão estruturais que regem a nossa sociedade, como o racismo e o sexismo. Na decorrência de doze meses, pautados em estudos e discussões, optou-se por construir o produto final estruturado a partir dos seguintes eixos: escrevivência, como estratégia narrativa de resistência e memória; interseccionalidade, que servirá como norteadora na articulação a respeito das opressões de gênero, raça e classe; e os processos de construção identitária baseado nas experiencias das personagens e os processos de descolonialidade na literatura afro-brasileira. Como fundamentação teórica, serão adotadas as contribuições de Evaristo (2020); Sueli Carneiro (2011); Joice Berth (2019); Judith Butler (2018); Margareth Rago (2013); Domício Proença Filho (2004); Antonio Candido (2004) entre outros.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira; Identidade negra feminina; Resistência histórico-cultural; Interseccionalidade.

Resumen:

A partir de los supuestos teóricos y metodológicos de la literatura comparada, la presente investigación se basa en un estudio analítico-comparativo, con el objetivo de investigar cómo se produce la construcción de la identidad femenina negra en las obras Um defect de cor (2006), de Ana Maria Gonçalves e Insubmissas Lágrimas de Mulheres (2011), de Conceição Evaristo, buscando presentar aquí cómo tales narrativas contribuyen a la representación identitaria, el desapego y la afirmación de las mujeres negras en la literatura contemporánea, sirviendo como herramientas de combate para quienes, a diario, se enfrentan a las múltiples formas de opresión estructural que gobiernan nuestra sociedad, como el racismo y el sexismo. A lo largo de doce meses, a partir de estudios y discusiones, se decidió construir el producto final estructurado a partir de los siguientes ejes: la escritura, como estrategia narrativa de resistencia y memoria; la interseccionalidad, que servirá de guía en la articulación con respecto a las opresiones de género, raza y clase; y los procesos de construcción de identidad a partir de las experiencias de los personajes y los procesos de decolonialidad en la literatura afrobrasileña. Como fundamento teórico, se han presentado las contribuciones de Evaristo (2020); Sueli Carneiro (2011); Joice Berth (2019); Judith Butler (2018); Margareth Rago (2013); Domício Proença Filho (2004); Antonio Candido (2004) entre otros.

Palabras clave: Literatura afrobrasileña; Identidad femenina negra; Resistencia histórico cultural; Interseccionalidad.

Abstract:

Based on the theoretical and methodological assumptions of the comparative literature, the present research is based on an analytical-comparative study, with the aim of investigating how the construction of the black female identity takes place in the works Um defect de cor (2006), by Ana Maria Gonçalves and Insubmissas Lágrimas de Mulheres (2011), by Conceição Evaristo, seeking to present here how such narratives contribute to the identity representation, detachment and affirmation of black women in contemporary literature, serving as combat tools for those who, on a daily basis, confront the multiple forms of structural oppression that govern our society, such as racism and sexism. Over the course of twelve months, based on studies and discussions, it was decided to build the final product structured from the following axes: writing, as a narrative strategy of resistance and memory; intersectionality, which will serve as a guide in the articulation regarding gender, race, and class oppressions; and the processes of identity construction based on the experiences of the characters and the processes of decoloniality in Afro Brazilian literature. As a theoretical foundation, the contributions of Evaristo (2020); Sueli Carneiro (2011); Joice Berth (2019); Judith Butler (2018); Margareth Rago (2013); Domício Proença Filho (2004); Antonio Candido (2004) among others.

Keywords: Afro-Brazilian literature; Black female identity; Historical-cultural resistance; Intersectionality.

1. Introdução

A literatura, como manifestação cultural, desempenha um papel crucial na construção simbólica das sociedades. Para além do entretenimento e da estética, ela é também espaço de memória, resistência aos discursos dominantes e de denúncia ao refletir, questionar e, por vezes, reformular as estruturas sociais que sustentam desigualdades e opressões. Como bem coloca Antonio Candido (2004):

> [...] a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. [...] podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (Candido, 2004, p. 174 – 175)

Nesse sentido, pensar a literatura, em especial a literatura afro-brasileira, como prática social, é reconhecer sua capacidade de promover rupturas e deslocamentos no imaginário coletivo, desafiando estereótipos, resgatando histórias esquecidas e (re)afirmando identidades subalternizadas, sobretudo, quando a produção literária advém de uma autoria que faz parte de grupos

subalternizados ou oprimidos cultural e socialmente, como, por exemplo, a literatura produzida por mulheres negras. A respeito do exposto, Evaristo (2020) pontua:

> Dentre as literaturas que inovam o projeto literário nacional, a autoria de mulher negra coloca textos marcantes em um sistema anteriormente erigido, notadamente, pela autoria de homens e mulheres brancas. Creio que a autoria de mulheres negras, pois não sou a única que estou escrevendo, tende a dar outros sentidos à Literatura Brasileira. (Evaristo, 2020, p. 37)

É partindo desse entendimento que este estudo se propõe a investigar como a identidade negra feminina é construída nas obras Um defeito de cor (2006), de Ana Maria Gonçalves, e Insubmissas lágrimas de mulheres, de Conceição Evaristo, publicado em 2011, tendo como foco central as estratégias de empoderamento e resistência traçadas por suas personagens.

A escolha de tais autoras para o presente estudo justifica-se pelo destaque significativo que ambas desempenham no cenário da literatura afro-brasileira, por trazerem em suas obras as experiências do real vivenciadas pela população negra. Natural de Minas Gerais, Ana Maria Gonçalves é escritora, tradutora e jornalista. Sua trajetória literária iniciou-se com Ao lado e à margem do que sentes por mim (2002), mas foi com o romance Um Defeito de Cor (2006) que alcançou maior projeção. Na obra, é narrada a trajetória de Kehinde, desde a sua infância na África, até a velhice no Brasil, numa escrita que articula identidade, memória e resistência ao silenciamento histórico. Ana Maria Gonçalves tornou-se a primeira mulher negra a integrar a Academia Brasileira de Letras, em 2025, ao ser eleita para a cadeira de número 33, um marco histórico e simbólico que reafirma a importância de sua contribuição à literatura afro-brasileira.

Por vez, Maria da Conceição Evaristo, também mineira, nascida em Belo Horizonte, é uma das mais expressivas vozes da literatura afro-brasileira contemporânea. É escritora, ensaísta e ficcionista. Graduada em Letras, com ênfase em Literatura, pela (UFRJ), Mestre em Literatura Brasileira e Doutora em Literatura Comparada, Evaristo construiu obras marcadas pela centralidade das experiências de pessoas negras, tendo cunhado o conceito de “escrevivência” para nomear uma escrita que emerge da vida, do corpo e da memória. Em Insubmissas Lágrimas de Mulheres (2011), a autora reúne contos protagonizados por personagens femininas que desafiam a lógica da invisibilidade e transformam a dor

em palavra. Sua produção, profundamente enraizada na oralidade e na ancestralidade, afirma a literatura como espaço de insurgência e de reconstrução da subjetividade negra.

As obras dessas duas autoras elencadas resgatam o valor da ancestralidade, da memória e da oralidade, elementos essenciais para a formação da identidade negra feminina e para a reconfiguração de um discurso próprio, uma narrativa que parte das vivências e da dor, mas também da força, da coragem e da sabedoria de um povo que se recusa a ser silenciado.

Nessas duas obras literárias selecionadas para estudo, há traços de um Brasil marcado por um passado colonial violento e por estruturas sociais ainda atravessadas pelo racismo e pelo sexismo, onde as mulheres negras sempre estiveram em posição de subalternidade, sendo constantemente invisibilizadas, tanto no âmbito social quanto no literário. Como aponta Sueli Carneiro (2011),

> [...] constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos, e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (Carneiro, 2011, p. 118 - 119)

Historicamente representadas de maneira estigmatizada ou reduzidas à condição de “outras”, as vivências das mulheres negras foram marginalizadas e seus discursos, sistematicamente silenciados. Nesse contexto, mostra-se amplamente considerável compreender como autoras negras contemporâneas vêm tencionando esse cenário por meio de suas escritas, pontuando outras formas de existência, subjetividade e representação. Ana Maria Gonçalves e Conceição Evaristo, ao centrarem suas narrativas na experiência de vivências negras, especialmente nas duas obras que servem como corpora para esse texto, abarcam a questão do feminino e oferecem, ainda, contribuições significativas para o debate sobre identidade, pertencimento e justiça social, reescrevendo a história a partir de novas perspectivas, e inserindo, na literatura brasileira, vozes que transpõem os limites do cânone tradicional.

A partir do estudo desse tema, tem-se como objetivo analisar como essas duas obras literárias contribuem para a (re)construção da identidade negra feminina no contexto da literatura afro-brasileira contemporânea, com especial atenção às estratégias narrativas que evidenciam formas de empoderamento e resistência. Para tanto, a análise se dá por meio de alguns objetivos específicos: identificar as diversas formas de resistência que emergem das narrativas; compreender o papel da ancestralidade e da memória como pilares identitários; examinar a maneira como as personagens desafiam discursos dominantes e constroem uma voz própria; e, por fim, refletir sobre o papel da literatura como instrumento de descolonialidade do pensamento, confrontando estruturas racistas e sexistas ainda vigentes.

Do ponto de vista teórico, o trabalho se insere numa perspectiva interdisciplinar, estabelecendo diálogo com os fundamentos da literatura comparada e da crítica cultural. Autoras como Sandra Nitrini (2010) e Tânia Franco Carvalhal (2006) oferecem o suporte necessário para refletirmos a comparação entre as obras, enquanto Benjamin Abdala Jr. (2014) reforça a importância da articulação entre literatura e história na compreensão das identidades culturais, dialogando com Antonio Candido (2004), ao discutir a função social da literatura. No campo dos estudos de raça e gênero, destacam-se as contribuições de Lélia Gonzalez (2020) e Joice Berth (2019), cujas reflexões sobre feminismo negro e empoderamento fornecem base para compreender as múltiplas dimensões da resistência feminina negra. Stuart Hall (2006) e Judith Butler (2003) contribuem para o entendimento das identidades, como construções discursivas e performativas.

Com relação ao conceito de interseccionalidade, serão analisadas as camadas de opressão que atingem as mulheres negras simultaneamente pela raça e pelo gênero. Outro conceito-chave deste trabalho é o de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo (2020), que expressa uma escrita enraizada na experiência pessoal e coletiva da população negra, sobretudo das mulheres. Ao lado desse conceito, ganha relevância a noção de “discurso próprio”, desenvolvida por pensadores, como Antônio Bispo dos Santos (2023), que defende a importância de

narrativas que partem dos saberes e vivências das comunidades negras e dos povos originários, como forma de afirmação de identidade e resistência epistêmica.

O texto parte, inicialmente, de uma breve abordagem teórica e crítica sobre os conceitos de identidade negra feminina, empoderamento, resistência, escrevivência e interseccionalidade. Em seguida, procederemos à análise comparativa das duas obras, destacando os elementos, mencionados, acima, os quais evidenciam, na construção das personagens femininas negras, discursos contra hegemônicos e as estratégias de reexistência presentes nas narrativas.

Por fim, serão discutidas as contribuições dessas obras para a valorização da literatura afro-brasileira, evidenciando a centralidade das vozes femininas negras na constituição de um imaginário literário mais plural e comprometido com a justiça social. Espera-se, também, que este estudo venha a contribuir para o reconhecimento da importância da literatura afro-brasileira contemporânea na construção de narrativas mais inclusivas, plurais e representativas.

2. Escrevivência: a escrita como resistência, empoderamento e memória

O conceito de escrevivência surge como uma escrita que nasce da vivência, da dor, da memória e da luta, e se constitui como elemento essencial para apreensão das estratégias narrativas empregadas em Insubmissas Lágrimas de Mulheres e Um Defeito de Cor. Evaristo (2020). A respeito de tal termo, coloca-se que

> [...] Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. (Evaristo, 2020, p. 30)

Nesse sentido, a escrevivência deixa de ser apenas uma ferramenta de expressão, e torna-se um movimento político, o qual reintegra a mulher negra como sujeito histórico e narrativo.

A escrevivência, como força criadora que emerge do corpo e da experiência, rompe com o paradigma epistemológico que tradicionalmente exclui a mulher negra do lugar de produtora de conhecimento. Trata-se de uma prática que desloca o centro enunciativo, trazendo para a superfície memórias que, sistemática e historicamente, se viram interditadas pelas narrativas oficiais canônicas. Essa escrita insurgente, que mobiliza afetos, ancestralidade e consciência crítica, reafirma a legitimidade de uma subjetividade que, por séculos, fora negligenciada e, ao mesmo tempo, evidencia um empoderamento coletivo que (re)centraliza tais mulheres, colocando-as como protagonistas de suas histórias.

Sobre o conceito de empoderamento, de grande relevância nas discussões sobre transformação e fortalecimento dos sujeitos, este não se trata de processo individual, mas sim de uma construção, movimentação coletiva que envolve a reconfiguração das identidades e relações sociais, como ressalta Joice Berth (2019):

> É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. Em outras palavras, se o empoderamento, no seu sentido mais genuíno, visa a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser. (Berth, 2019, p. 37)

O que Joice Berth afirma é que o empoderamento não se consolida na solitude, mas na uniformidade das experiências. Essa compreensão é crucial para pensar/refletir as narrativas de mulheres negras, pois mostra que mesmo histórias vividas e contadas no plano individual carregam em si marcas e ecos de um processo coletivo. As personagens em Insubmissas Lágrimas, ainda que inseridas em contextos marcados pela precariedade, violência e pelo silenciamento, recusam o lugar de objeto da opressão. Percebe-se nelas uma insurgência quieta, uma força que não precisa ser espetacular para ser política. Resistir, nessas narrativas, é também continuar a vida apesar das marcas do passado. Continuar com dignidade, afeto e memória. Continuar existindo com palavra, empoderando-se, mesmo quando tudo na estrutura social as convida à desistência. É nessa linha de leitura que afirma Joice Berth (2019):

> [...] Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. (Berth, 2019, p. 19)

O reconhecimento de si como sujeito é um dos pilares do gesto escrevivente. A escrita torna-se lugar de insurgência e reconstrução, no qual as vozes, vítimas do silenciamento, são, enfim, pronunciadas por si mesmas. Ao narrar suas histórias, essas mulheres não apenas recontam o passado, mas também produzem novas possibilidades de existência, enraizadas na memória coletiva, na solidariedade e na reafirmação de sua humanidade e subjetividade. Esse gesto narrativo é, portanto, mais do que recontar o vivenciado, é reinscrever-se no mundo a partir de uma escrita própria, forjada por entre dores históricas e estratégias necessárias de/para sobrevivência.

Em Um Defeito de Cor, o modo como Kehinde narra sua travessia, da infância livre à escravidão, da perda ao retorno, constitui um exemplo potente dessa subversão discursiva. Ela rearticula os sentidos de negritude, liberdade e pertencimento. Do mesmo modo, as personagens de Evaristo não mantêm um roteiro de identidade fixo ou homogêneo. Inventam-se a si mesmas no embate com o mundo, e cada vez que se narram, criam fissuras nas estruturas de dominação. Isso porque, como nos lembra Butler (2018, p. 33), “o sujeito só pode emergir nos interstícios das normas que o constituem, resistindo nelas e contra elas”. Assim sendo, a escrevivência pode ser compreendida como prática performativa por excelência, pois se dá na repetição reconfigurada de códigos historicamente violentos.

Ao apropriar-se da palavra, não como concessão, mas como conquista, a mulher negra ressignifica a linguagem, transforma a linguagem, transformando-a em território político. A subjetividade, que emerge da escrita de si, não é individualizada; ao contrário, surge no entrelaçamento com o coletivo, com a ancestralidade que foi deixada de herança, com os fantasmas e silêncios do passado. É nesse gesto de escrita que a resistência se revela: não como resposta imediata à opressão, mas como um modo de existir que desafia os regimes de invisibilidade e silenciamento impostos historicamente. A escrevivência não “fala por” mulheres negras, ela é a fala dessas mulheres, encarnada na linguagem,

sintonizada com a memória das que vieram antes e preparando o trajeto para as que virão depois.

Essa reconfiguração ímpar do sujeito-narrador é também o eixo que estrutura a narrativa de Um Defeito de Cor, de Ana Maria Gonçalves. Ao colocar a protagonista Kehinde como autora de uma longa carta ao filho perdido, a obra resgata o gesto escrevivente como mecanismo de resistência e (re)construção de identidade. Sequestrada ainda criança na África e trazida para o Brasil como escravizada, Kehinde é silenciada desde a infância, privada da própria língua, da terra natal, da maternidade e do direito à história. No entanto, ao escrever a trajetória de sua vida, ela se reposiciona como sujeito de sua existência.

A narrativa de Kehinde não fica limitada somente à rememoração de fatos, mas opera como ferramenta simbólica de restituição, no momento em que ela reorganiza suas memórias, não como arquivo fixo, mas como processo vivo, e inscreve seu corpo, sua voz e suas escolhas em uma narrativa que a cultura dominante tentou apagar. A carta, por ela escrita, pode ser entendida como um grito íntimo e político, no qual, maternidade, diáspora, resistência e desejo de futuro se conectam. Assim como em Evaristo, a palavra é espaço de luta, mas também de cuidado; é a partir dela que Kehinde (Luiza Mahin) se comunica com o filho e, simbolicamente, com todas as gerações que herdarão sua história.

Ao relatar sua trajetória por meio de uma escrita íntima e fluida, Kehinde não apenas desafia os registros históricos oficiais que silenciaram mulheres como ela, mas também constrói um discurso contra-hegemônico que denuncia o colonialismo, a violência racial e de gênero, e reivindica sua plena humanidade. Sua escrevivência se estrutura em uma temporalidade múltipla — o passado escravocrata, o presente da escrita e a projeção de um futuro desejado – e é exatamente nessa articulação temporal que reside sua potência política. A memória, quando acionada de forma crítica, deixa de ser mera nostalgia e se torna instrumento de luta.

Nas narrativas traçadas por Conceição Evaristo, o gesto escrevivente também está fortemente ancorado na memória, configurada em pequenos fragmentos do cotidiano atravessado por violências simbólicas e concretas. Nos

contos “Shirley Paixão”, “Natalina Soledad”, “Adélia Santana Limoeiro” e “Maria do Rosário Imaculada da Conceição”, a oralidade e a subjetividade emergem como dispositivos de sobrevivência. A recusa em aceitar a subalternação como destino é um dos pontos que une essas personagens. As dores vivenciadas não as paralisam; pelo contrário, as movem. A palavra, nos textos de Evaristo, é memória, corpo; é carne viva que sangra.

As narrativas de Evaristo e Gonçalves não apenas evidenciam os impactos estruturais do racismo e do sexismo, mas também afirmam possibilidades de reexistência. A subjetividade negra feminina, que emerge desses textos, é complexa, múltipla e profundamente enraizada na coletividade, fragmentando os modelos individualistas ocidentalizados, e afirmando um outro paradigma: o da mulher que escreve para si e para as suas, consciente de que cada palavra escrita é também um ato de insurgência e de preservação da memória ancestral.

Essa produção de subjetividades insurgentes, através da palavra escrita e da oralidade, desloca não apenas a centralidade epistêmica branca e masculina, mas também os critérios tradicionais de inteligibilidade da identidade. É nesse ponto que os apontamentos de Butler (2018) acrescentam densidade ao debate. A autora propõe que a identidade de gênero e, por extensão, toda identidade social, não é uma essência fixa ou natural, mas o resultado de uma repetição performativa de normas culturais. Essa repetição, no entanto, está sempre sujeita a falhas e aberturas. Nas palavras de Butler:

> O sujeito é, ao mesmo tempo, condicionado e constituído por estruturas discursivas. Contudo, os próprios discursos que produzem as normas de inteligibilidade podem falhar ao regulá-las completamente. Esta falha, esta quebra na regulação, pode ser precisamente o espaço onde ocorre a subversão das normas, onde o sujeito se reinscreve de forma crítica. (Butler, 2018, p. 30)

Nesse sentido, a escrita de mulheres negras opera exatamente nesse “espaço de falha” da norma. A escrita de si não apenas subverte os discursos que nomeiam e fixam a mulher negra a estigmas de submissão, hipersexualização ou servidão, mas reinscreve sua existência em códigos afetivos e políticos que escapam à norma colonial.

Em *Um Defeito de Cor*, o modo como Kehinde narra sua travessia, da infância livre à escravidão, da perda ao retorno, constitui um exemplo potente dessa subversão discursiva. Ela rearticula os sentidos de, negritude, liberdade e pertencimento. Do mesmo modo, as personagens de Evaristo não mantêm um roteiro de identidade fixo ou homogêneo. Inventam-se a si mesmas no embate com o mundo, e, cada vez que se narram, criam fissuras nas estruturas de dominação. Isso porque, como nos lembra Butler (2018), “o sujeito só pode emergir nos interstícios das normas que o constituem, resistindo nelas e contra elas” (p. 33). Assim sendo, a escrevivência pode ser compreendida como prática performativa por excelência, pois se dá na repetição reconfigurada de códigos historicamente violentos. A mulher negra, que escreve, desloca o próprio regime de verdade que a excluí, reforçando, assim, a centralidade da escrita como ferramenta de reorganização do mundo a partir do ponto de vista das subalternizadas, posicionadas, agora, como criadoras de significados e produtoras de conhecimento, não mais como vítimas. No entrelaçamento entre Butler, Gonçalves e Evaristo, entre escrevivência e performatividade, o que se vislumbra é a potência política de uma linguagem capaz de converter séculos de silenciamento em enunciação plena.

3. Ancestralidade como pilar identitário e a descolonialidade na literatura afro-brasileira

A ancestralidade estabelece-se como um dos pilares centrais da identidade negra, operando não somente como elo de continuidade histórica, mas como referencial simbólico e cultural que sustenta e confirma a coletividade, manifestando-se nas práticas religiosas e sociais, na oralidade e na preservação dos múltiplos valores que atravessam gerações. Ao se tratar da literatura afro brasileira, segundo Eduardo de Assis Duarte (2013), “o resgate de uma memória de lutas e de práticas ancestrais ganha registro impresso nas páginas dos autores afrodescendentes” (p.150). A escrita de autoria negra surge atravessada pela experiência coletiva e pela memória ancestral, transmudando a palavra em testemunho e em permanência. A ancestralidade é colocada como unificadora das narrativas, reconfigurando o passado.

Em *Um defeito de cor*, o elo ancestral manifesta-se como força que organiza e garante a continuidade da vida, como pode ser visto no excerto:

> "Naê disse para eu não ficar preocupada em ir embora, pois se um sonho tinha me levado até lá, outro me diria até quando ficar, e que eu deveria me sentir à vontade, como se estivesse na casa da minha avó, que tinha sido uma das suas mais sábias e fiéis companheiras de culto" (GONÇALVES, 2006, p. 894).

A ligação com a figura ancestral, a avó, se dá, além do laço sanguíneo, pela partilha de um mesmo conjunto de costumes, crenças e saberes que sustentam a personagem em seu trajeto de diáspora. A compreensão da força política deste gesto narrativo exige que recorremos ao conceito de decolonialidade que se distingue de descolonização por não se referir somente à emancipação política formal, mas ao processo ininterrupto de desarticulação da colonialidade do poder, estrutura que, segundo Aníbal Quijano (2005), se mantém por meio da hierarquização das raças e desqualificação de conhecimentos e saberes não europeus.

4. Conclusão

A análise da escrevivência, como forma de resistência e afirmação de subjetividades negras femininas, revela a centralidade da memória e da linguagem nas obras de Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves. Mais que registros ficcionais, as narrativas dessas autoras constroem espaços simbólicos de disputa por existência e visibilidade. Ao recusarem o silenciamento histórico e tomarem a palavra como ferramenta de reexistência, suas personagens não apenas contam suas histórias, mas reivindicam o direito de serem ouvidas, pelas suas e pelo mundo. Logo, escrever torna-se um gesto de poder, de denúncia e também de afeto, no qual o presente é confrontado, o futuro é redesenhado e o passado é recuperado sob a ótica de quem antes foi apagada.

Ao observar as trajetórias de Kehinde, em *Um Defeito de Cor*, e das personagens apresentadas em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, percebe-se que a escrevivência se manifesta como tática de sobrevivência e afirmação de subjetividade em contextos de violência e emudecimento. Nesses textos, a linguagem vai não apenas anunciar uma experiência coletiva, mas originar novas

formas de compreensabilidade do ser mulher e negra nas sociedades marcadas por estruturas coloniais e racistas.

O gesto escrevivente, como prática político-literária, desestabiliza os pactos de silenciamento e homogeneização que por séculos tentaram fixar a mulher negra em lugares de passividade e subalternidade. Em Evaristo, a fragmentação das vozes, a força da oralidade e o entrelaçamento entre corpo, memória e palavra conferem densidade existencial às personagens. Em Gonçalves, a narrativa de Kehinde afirma o direito à ancestralidade complexa e à maternidade negra como espaço de criação simbólica e tantos outros aspectos que, historicamente, não couberam nas tradições literárias canônicas.

Essa escrita insurgente não busca apenas incluir sujeitos antes marginalizados, mas propõe uma reorganização epistemológica do próprio ato de narrar. Ao posicionar a experiência como fonte legítima de conhecimento, as autoras quebram a lógica colonial que separa razão e sensibilidade, pensamento e vivência, sujeito e objeto. Suas obras reivindicam uma ética da escuta, da rememoração e uma estética da palavra encarnada, emergente da dor, mas também da solidariedade e da potência de seguir apesar de tudo.

Ao valorizar as vozes das mulheres negras, as obras analisadas não apenas desafiam os estereótipos e as estruturas de opressão, mas também fornecem possibilidades de transformação cultural e social. Assim, a presente pesquisa buscou evidenciar como a literatura pode ser uma ferramenta poderosa de resistência, empoderamento e afirmação identitária, uma vez que promove diálogos que ultrapassam as páginas e alcançam a sociedade como um todo. Diante do exposto, reforçamos, aqui, a necessidade de ampliarmos nosso olhar para as produções literárias que emergem de experiências marginalizadas, reconhecendo nelas um espaço de resistência e de reescrita da história, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e plural.

Portanto, é possível concluirmos que a escrevivência está para além de ser um mero recurso estilístico ou uma categoria literária simplista. Trata-se de um modo de estar no mundo e de intervir sobre ele. É um exercício de autonomia, da inserção da mulher negra no texto e na história, com todas as marcas, cicatrizes e

sonhos que lhe foram negados. Ao escreverem, essas autoras não apenas dizem o indizível, elas fazem do contar-se uma prática de libertação.

Referências

ABDALA JR., Benjamin (Org.). **Estudos Comparados:** Teoria, Crítica e Metodologia. - São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** — São Paulo: Pólen, 2019. — (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 174-175.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** — São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada.** - 4.ed. rev. e ampliada. - São Paulo: Ática, 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Terceira Margem.** Rio de Janeiro, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953/8012. Acesso em: 21 maio 2024.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres.** - 3. ed. - Rio de Janeiro: Malê, 2020.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Org.: Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. —1. ed. — Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. - Universidade Estadual do Ceara, 2022.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** - 1. ed. - Rio de janeiro, Record, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada:** História, Teoria e Crítica. São Paulo: EDUSP, 2010.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. Estudos Avançados – **Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, v. 18, n. 50, p. 161-193, 2004. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980/11552. Acesso em: 15 maio 2024.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se feminismos, escrita de si e invenção da subjetividade.** - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

CAPÍTULO 11

RACISMO E OBJETIFICAÇÃO DE CORPOS NEGROS EM *OLHOS D'ÁGUA,* DE CONCEIÇÃO EVARISTO *E O AVESSO DA PELE*, DE JEFERSON TENÓRIO

Maria Luísa de Souza Nunes - UNEB

Valci Vieira dos Santos - UNEB

Resumo:

O presente projeto propõe analisar, a partir de um método crítico e analítico-comparativo, as representações feitas por meio dos personagens, verificando como os autores abordam o racismo estrutural e a objetificação de corpos negros nas obras *Olhos d'Água* (2016), de Conceição Evaristo e *O Avesso da Pele* (2020), de Jeferson Tenório. A partir da sistematização das citações advindas do fichamento das obras libras viabilizou-se a construção do texto centrado nos aspectos essenciais que compõem este estudo. Além disso, a identificação das principais abordagens teóricas e o mapeamento de autores teóricos e literários possibilitou resultados para as reflexões em torno do racismo e a objetificação de corpos negros, assim como o evidenciamento de escritas favoráveis a reconstrução da humanidade de sujeitos negros. Ambas as obras fornecem instrumentos críticos para pensar de forma aprofundada as consequências e estereótipos que advêm do racismo para atingir grupos, historicamente, subalternizados. Este trabalho traz, como base, teorias literárias que discutem o racismo estrutural e a objetificação, bem como o estudo da literatura comparada, com o apoio dos seguintes autores: Frantz Fanon (2023); Muniz Sodré (2023); Lélia Gonzalez (2020); Joice Berth (2019); Sueli Carneiro (2023); Aimé Césaire (2020/2024); Silvio Luiz de Almeida (2019); Benjamin Abdala Jr. (2014); Tania Franco Carvalhal (2006) e Sandra Nitrini (2010).

Palavras-chave: Literatura; Racismo estrutural; Objetificação; Corpos negros.

Resumen:

Este proyecto propone un análisis crítico y analítico-comparativo de las representaciones realizadas a través de los personajes, examinando cómo los autores abordan el racismo estructural y la cosificación de los cuerpos negros en las obras "Olhos d'Água" (2016), de Conceição Evaristo, y "O Avesso da Pele" (2020), de Jeferson Tenório. La sistematización de citas de la indexación de las obras de Libras permitió la construcción de un texto centrado en los aspectos esenciales que componen este estudio. Además, la identificación de los principales enfoques teóricos y el mapeo de autores teóricos y literarios proporcionaron perspectivas sobre las reflexiones sobre el racismo y la cosificación de los cuerpos negros, además de destacar escritos que favorecen la reconstrucción de la humanidad de los sujetos negros. Ambas obras proporcionan herramientas críticas para una reflexión profunda sobre las consecuencias y los estereotipos que surgen del racismo al atacar a grupos históricamente subalternizados. Este trabajo se basa en teorías literarias que abordan el racismo estructural y la cosificación, así como en el estudio de la literatura comparada, con el apoyo de los siguientes autores: Frantz Fanon (2023); Muñiz Sodré (2023); Lélia González (2020); Joice Berth (2019); Sueli Carneiro (2023); Aimé Césaire (2020/2024); Silvio Luis de Almeida (2019); Benjamín Abdala Jr. (2014); Tania Franco Carvalhal (2006) y Sandra Nitrini (2010).

Palabras clave: Literatura; Racismo estructural; Cosificación; Cuerpos negros.

Abstract:

This project proposes a critical and analytical-comparative analysis of the representations made through the characters, examining how the authors address structural racism and the objectification of Black bodies in the works "Olhos d'Água" (2016), by Conceição Evaristo, and "O Avesso da Pele" (2020), by Jeferson Tenório. Systematizi666699ng citations from the indexing of Libras works enabled the construction of a text centered on the essential aspects that comprise this study. Furthermore, identifying the main theoretical approaches and mapping theoretical and literary authors provided insights into reflections on racism and the objectification of Black bodies, as well as highlighting writings that favor the reconstruction of the humanity of Black subjects. Both works provide critical tools for in-depth consideration of the consequences and stereotypes that arise from racism in targeting historically subalternized groups. This work is based on literary theories that discuss structural racism and objectification, as well as the study of comparative literature, with the support of the following authors: Frantz Fanon (2023); Muniz Sodré (2023); Lélia Gonzalez (2020); Joice Berth (2019); Sueli Carneiro (2023); Aimé Césaire (2020/2024); Silvio Luiz de Almeida (2019); Benjamin Abdala Jr. (2014); Tania Franco Carvalhal (2006) and Sandra Nitrini (2010).

Keywords: Literature; Structural racism; Objectification; Black bodies.

Introdução

O Brasil é um país que carrega marcas profundas de um racismo que está enraizado no cotidiano, nas relações sociais e nas instituições, desde o período colonial escravocrata até a contemporaneidade. Dessa forma, pensar nesse legado racista e “estrutural” (Almeida, 2019) é enxergá-lo como um fenômeno que continua moldando e impactando a vida da população negra nas relações sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira.

Sendo assim, uma marca persistente e cruel do período escravocrata sobre a forma como os corpos negros são tratados na sociedade é vista por meio da objetificação destes. É o corpo humano sendo reduzido a um objeto de uso, de controle ou de desejo sexual, refletindo às suas raízes profundas do colonialismo e escravidão que associava negros e negras a algo utilitário, exótico e submisso (González, 2020). Desse modo, verifica-se que esses são ideais que perduram e influenciam sobre como a sociedade contemporânea visualiza a população negra, tendo muitas vezes os corpos reduzidos a fetiches, a demonizações, a estereótipos e a símbolos de violência.

Sendo a literatura esse espaço de reflexão de temas sociais, muitas vezes atuando como instrumento de ressignificação, crítica ou mudança de paradigma das relações interpessoais, esse tema interessa, sobretudo, porque

permite analisar as facetas que o racismo estrutural promove, dentre elas a objetificação de corpos negros. Estes possibilitam também a compreensão, por meio de narrativas literárias, de que as vozes historicamente silenciadas e violentadas, não apenas denunciam tais marcas, mas também reafirmam a valorização da escrita como uma maneira de reconstrução da humanidade e dignidade dos sujeitos negros. Para essa discussão, como *corpora*, tem-se os livros *O Avesso da Pele* (2020), romance escrito por Jeferson Tenório, e *Olhos d'água* (2014), livro de contos de Conceição Evaristo.

Sob esse viés, o romance *O avesso da pele* narra a história de Pedro, que revisita a vida do pai assassinado, Henrique, um professor negro. Por meio dessa relação, o autor combina uma prosa intimista que une memória e reflexão, dando voz a experiências pessoais, a fim de mostrar como a vida de sujeitos negros é atravessada pelo racismo estrutural, a violência policial e as desigualdades históricas que moldam as relações raciais no Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo, Tenório não limita a narrativa à dor, mas também aborda o afeto e a tentativa de edificar obras para além da opressão. Dessa forma, nota-se que a objetificação, no romance *O avesso da pele (2020),* é retratada no cotidiano dos personagens de uma forma violenta, seja na brutalidade policial, na exclusão social ou na invisibilidade destes em narrativas históricas. Logo, isso evidencia que a imagem do corpo negro perde o reconhecimento da sua plena humanidade e subjetividade, afetando diretamente a vida e o bem-estar dos negros no Brasil.

Ademais, na coletânea de contos *Olhos d'água,* Conceição Evaristo traz uma narrativa marcada por vozes diversas, predominantemente femininas e negras, expressando vivências de dor e afeto. A obra apresenta uma ótica sensível e crítica, uma vez que Evaristo condiciona a escrita na "escrevivência", conceito pelo qual a autora evidencia o cotidiano marginalizador e violento enfrentado por mulheres negras. Os contos trazem, especialmente, representações de mulheres negras, periféricas, empregadas domésticas, mães solo e vítimas de violência. Mulheres que são, constantemente, apresentadas nessa obra literária como corpos erotizados, servis ou descartáveis, isto é, objetificados, a fim de denunciar como a desigualdade social, o machismo e o racismo se entrelaçam na vida dessas pessoas condicionadas a dores e desejos ignorados por uma sociedade que as

estigmatiza. Sendo assim, objetiva-se analisar e entender, nessas duas obras literárias, como o racismo estrutural promove a objetificação dos corpos negros e todas as consequências e estereótipos que advêm dela, manifestando-se de forma dissimulada no cotidiano e nas relações interpessoais.

Faz-se mister, compreender, que mesmo com o fim do regime escravocrata em 1888 e apesar de termos criminalizado por meio da Lei n.º 7.716/1989, o racismo persiste como herança histórica que atravessa gerações, naturalizando desigualdades e reforçando estereótipos.

O artigo traz como base teorias literárias que discutem o racismo estrutural e a objetificação como: Frantz Fanon (2023), Muniz Sodré (2020), Silvio Luiz de Almeida (2019), Lélia Gonzalez (2020) e Joice Berth (2019). Estes, são fundamentados pelo estudo da literatura comparada, contando com o apoio dos seguintes autores: Benjamin Abdala Jr. (2014), Tania Franco Carvalhal (2006), Pierre Brunel (2019) e Sandra Nitrini (2010).

Desenvolvimento

Em virtude de uma sociedade que teve, durante o período colonial e imperial, a escravidão como um sistema social é tangível a corporeidade negra ser, frequentemente, ignorada. Essa corporeidade configura como os corpos negros são vistos e representados na sociedade, compreendendo as proporções culturais e históricas que atravessam a população negra. No entanto, há uma negação e um estigma desses valores, perdurando desde a era colonial até hoje na sociedade contemporânea. Isso é manifestado nos estereótipos, na exclusão social, na hipersexualização dos corpos negros, na violência policial e, principalmente, no racismo estrutural. De acordo com Muniz Sodré:

> O racismo brasileiro de hoje persiste no interior de um efeito permanente da antiga estrutura escravista: uma verdadeira forma social autonomizada como herança de práticas patrimoniais das classes dirigentes, uma a mais no rol do clientelismo colonial e imperial, a que aderiu inercialmente a burguesia industrial nativa (Sodré, 2023, p. 37).

Sob esse viés, o clientelismo colonial está intrinsecamente interligado a permanência do racismo enraizado no meio social. Isso ocorre, devido a estratégia do clientelismo que era baseada na relação de senhor x escravo, a qual

estabeleceu uma troca de favores que consolidou o poder das elites brancas e perpetuou a submissão das populações indígenas e negras. Dessa forma, essa prática favoreceu um ciclo de desigualdade e exclusão, reforçando um ideal de inferioridade racial que limitava os direitos daqueles que eram subordinados a supremacia branca. Essa é a herança direta deixada aos corpos negros, constantemente, alvos de discriminação nas instituições sociais. Diante disso, Sodré (2023, p. 37) afirma que “o racismo subsiste (...) por um singular efeito parasitário do sistema socialmente excludente”. Isso sugere que, o racismo sobrevive e prospera não como algo isolado, mas com uma grande proporção que se alimenta de um sistema social que perpetua desigualdades estruturais.

Nesse sentido, associando este pressuposto ao conto “Maria”, em *Olhos D’água,* verifica-se o eco do racismo estrutural na vida de uma mulher negra doméstica ao sofrer violência no ônibus a caminho de casa. Nele, a personagem é agredida e linchada por passageiros somente por ter conversado com um dos assaltantes, o qual era pai de seu filho. Apenas julgaram-na pela cor da pele de estar participando do assalto e depois fora brutalmente assassinada, demarcado no seguinte trecho: “ [...] Estavam todos armados com facas-laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher já estava todo dilacerado, todo pisoteado [...]” (2014, p. 42). Este é o retrato da desumanização e do racismo sofrido por uma mulher negra, mas que representa a realidade de muitos negros. Uma violência explícita, a qual foi vivida e sofrida tanto fisicamente, quanto psicologicamente ao se referirem a mulher negra, batalhadora e mãe, pelos termos “ [...] aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões! [...] a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher” (2014, p. 42). Isso mostra, enfaticamente, que o povo negro é alvo de violência, objetificação, marginalização e racismo, sendo impostos a eles a negação da dignidade, de justiça e um silenciamento diante de uma sociedade que os estigmatiza. Logo, de acordo com Sodré (2023, p. 6) “Frantz Fanon admitia que “o racismo não passa de um elemento de um todo maior: o da opressão sistematizada de um povo”. Esse pensamento dialoga com as narrativas de *O Avesso da Pele (2020),* de Jeferson Tenório *e Olhos D’água (2014),* de Conceição Evaristo, uma vez que ambas reforçam que o racismo não é apenas uma experiência individual

de discriminação, mas parte de uma estrutura sócio-histórica que marginaliza corpos negros.

Diante disso, o sistema que coloca o negro em um lugar de opressão é o mesmo que define quem é digno de educação, respeito, trabalho, isto é, melhores condições de vida – com base nos traços físicos e cor da pele. É precisamente o racismo estrutural normalizado e enraizado de forma visível, pois seleciona que os negros são alvos de estigma no cotidiano da sociedade, mas também é invisibilizado, uma vez que também é operado de forma silenciosa e indiferente. Em *O avesso da Pele,* Tenório (2020, p. 50) expõe um forte e profundo trecho que diz que: "É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo". Assim, compreende-se que esse avesso é o isolado, o interno dos afetos, da identidade e da humanidade pura destas pessoas. É preservar tudo isso que a cor da pele e o olhar social tentam moldar. Sem essa preservação há uma ponte para perda de conexão com os afetos e o reforço das hierarquias impostas de dentro para fora, resultando assim na perda do ser autêntico e humano da população negra.

No entanto, há uma certa dificuldade para os negros em se preservar, pois a maneira como submetem e abordam um negro, independe da faixa etária, do comportamento ou local. A cor da pele é associada, constantemente, à criminalidade e é tratada com desconfiança. É uma violência que é cultural e constante que, em muitos contextos, são tratadas na rua com vigilância, sendo uma forma de tratamento habitual devido ao racismo estrutural que associa a negritude à inferioridade. É possível enxergar essa expressão em um trecho de *O avesso da Pele* (2020, p. 26) " [...] ao caminhar pela rua, vocês prestavam mais atenção nos olhos das pessoas que passavam, e notavam que elas se incomodavam. [...] você entrava sozinho numa loja e recebia um tratamento frio e desconfiado por ser negro". Esse é o reflexo da inferiorização dada ao Henrique, pai de Pedro e protagonista negro, que teve uma vida dura carregada pelas marcas da repressão social e institucional. É a intolerância racial entranhada nos olhares, nos espaços e contextos, em que não é preciso ser dita para ser violenta, mas sim mostra-se circunscrita na vida de pessoas negras.

Outrossim, a hipersexualização é também uma forma racista que ocorre disfarçada de elogio, mas, na verdade, reduz o corpo negro a estereótipos coloniais que associavam a negritude à libido e a objetificação. Diante disso, Lélia Gonzalez aponta que:

> Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar" é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a "mula de carga" de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do "erótico-exótico. (Gonzalez, 2020, p. 154).

Nesse sentido, o processo se manifesta sob um olhar de que as mulheres negras, como em *Olhos d'Água*, enfrentam o peso da exploração sexual e, frequentemente, são vistas como sensuais e quentes, sendo parte de uma exclusão social mais ampla. Já os homens negros são associados à virilidade e potência sexual, tendo assim o interno dos afetos ignorado e desumanizado mediante a própria individualidade. Em *O Avesso da Pele*, também fica evidente as marcas da corporeidade negra associada a objeto sexual, vista por meio do relacionamento entre o protagonista negro com uma mulher branca. Ambos eram "o centro das atenções. E por um único e simples motivo: você era negro e ela era branca" (2020, p. 24). Assim, Jeferson Tenório evidencia o preconceito racial existente na sociedade e expõe uma objetificação sexual demarcada no seguinte trecho: "Enquanto isso, a Juliana, por sua vez, era bombardeada pelas primas e amigas que nunca tiveram um namorado negro: e então, como ele é? Tem pegada mesmo, como dizem dos negros? E o pau dele? É grande? É verdade que eles são insaciáveis?" (2020, p. 25).

Dessa forma, de maneira explícita, as perguntas feitas à Juliana estreitam e corroboram a redução da identidade negra a atributos físicos, alimentando o fetiche racial que transforma o desejo em reprodução do mito colonialista de que os negros são guiados pelo instinto. Segundo Silvio Almeida (2019, p. 22) "O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias". Assim, considerar e colocar os negros em estereótipos de traços

físicos ou culturais é uma forma de manifestar o racismo na atitude individual, mantendo-o funcionando, estruturalmente, dentro do contexto social.

Nesse sentido, o preconceito racial e objetificação não surgem do nada, mas se alimentam do imaginário social que inferioriza e reduz as narrativas históricas construídas sobre as pessoas negras. A visão negativa de imagens hipersexualizadas não refletem a realidade, mas ideais racistas repetidos por séculos de escravidão, que hoje sustentam o preconceito. Silvio Almeida (2019, p. 42) afirma que “A ideologia, portanto, não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas. [...] a ideologia é, antes de tudo, uma prática”. Logo, a ideologia não é a realidade material, mas sim como é manifestada na prática diária e natural. Por isso, ela mantém as estruturas de poder, pois, de forma distorcida, a prática ideológica de comportamentos e costumes reforçam uma visão de mundo que insere as pessoas sem perceber nas desigualdades e no racismo. Assim, Silvio Almeida (2019, p. 43) diz que “Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade”.

Sob esse viés, a sociedade apresenta uma ótica que naturaliza valores e crenças que justifiquem as violências, bem como as desigualdades, representando uma realidade de que elas são naturais e ideológicas repetidas por instituições de poder. Segundo Muniz Sodré (2023, p. 40) “No cotidiano nacional, a atenção ao aspecto físico automatiza-se sistematicamente em funcionamentos institucionais, assim como nas relações intersubjetivas”. Com isso, há uma proposição de que, no Brasil, a aparência física – especialmente ligada à raça – submete-se a um funcionamento no automático para julgar, estruturar e tratar as pessoas de maneira desigual. Em *O Avesso da Pele* é exibido um comportamento socialmente aprendido baseado no imaginário social referente aos negros.

> [...] em pouco tempo, você não só passou a ser o negão da família, como também passou a ser uma espécie de para-raios de todas as imagens estereotipadas sobre os negros: pois disseram que você era mais resistente à dor, disseram que a pele negra custa a envelhecer, que você deveria saber sambar, que deveria gostar de pagode, que devia jogar bem futebol, que os negros são bons em atletismo. (Tenório, 2020, p. 25)

Logo, percebe-se que a corporeidade negra passa por problemas que são históricos e estigmas, pois a sociedade ao longo dos séculos não reconheceu o corpo negro como digno de liberdade, afeto e respeito. De acordo com Muniz Sodré (2023, p. 50) " [...] o advogado e abolicionista Luiz Gama [...] tinha questionado a natureza da libertação do escravo. [...] "Falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde e como queira". Essa constatação apresenta um olhar do vácuo no reconhecimento da personalidade do liberto, de um quadro social negado aos negros que não dispunha de amor próprio, do pensar, agir e sentir. Assim, o negro liberto não sendo reconhecido como sujeito pleno de direitos e cidadania mostra a reinvenção do legado escravista como exclusão social, e, principalmente, no racismo tão atuante no cotidiano deste. Sodré (2020, p. 39) corrobora ao afirmar que "a esquematização discriminatória tem um sentido, que é a hierarquização excludente da cidadania negra". Essa esquematização é verificada nas obras *O Avesso da Pele (2020)* e *Olhos D'Água (2014*), uma vez que mostra que ela não é aleatória, mas sim intencional e funcional dentro da sociedade brasileira, legitimando desigualdades e fronteiras que restringem o acesso de indivíduos negros a seus direitos de cidadãos.

Ademais, tendo em vista que a marginalização é uma marca da opressão dada aos povos negros, o apagamento e silenciamento são atributos desta opressão na sociedade contemporânea. A partir de uma mulher negra e personagem do conto *Olhos D'Água* verifica-se que a dor alheia é algo normalizado, porém proibida de expressão do próprio sofrimento. Evaristo (2014) expõe que:

> [...] o sofrimento era proibido. Mesmo com hoje dignidade ultrajada, mesmo que matassem os seus, mesmo com a fome cantando no estômago de todos, com o frio rachando a pele de muitos, com a doença comendo o corpo, com o desespero diante daquela viver-morrer, por maior que fosse a dor, era proibido o sofrer. (Evaristo, 2014, p. 22)

No entanto, isso não se configura só como um retrato de um sofrimento individual, mas também de uma desumanização sistemática que configurou que as dores de negros não são consideráveis no cenário social. Trata-se de uma naturalização da miséria, da fome, isto é, de condições precárias esperadas para os corpos negros, reiterando uma lógica racista que restringe a possibilidade de resistência dessas pessoas de expressarem as suas dores. Em *O Avesso da Pele*, Tenório (2020, p. 72) também exprime isso na vida do protagonista "[...]

talvez nunca tenha percebido que toda aquela vontade de ficar calado [...] pudesse ter a ver com a cor da pele [...] o seu receio de falar". Dessa forma, quando há o silenciamento do sofrimento, evidencia-se que ele faz parte da ordem social e deixa de ter um reconhecimento de injustiça. Isso revela que a negligência governamental e social frente à dor dos corpos marginalizados perpetua, ainda mais, o racismo estrutural.

Em sequência, revela-se tanto em *O Avesso da Pele (2020)*, quanto em *Olhos D'Água (2014)* a experiência do racismo nas violências concretas que atravessam os corpos negros. Dentre elas, está a violência policial cuja problemática é marcada pelo legado racista que cerca a corporeidade negra. Esta, é uma das expressões mais cruéis que o racismo estrutural proporciona, sendo seletivo ao direcionar suspeitas e letalidade a corpos negros, principalmente, em contextos periféricos. Essa abordagem está associada a lógica histórica que coloca a negritude em diálogo com à criminalidade e ao perigo, perpetuando o imaginário colonial de controle da corporeidade negra. A ação policial violenta é um mecanismo que mantém as desigualdades, porém acontece por ser enraizado desde a era da colonização. Segundo Sodré:

> O racismo não pode ser realmente compreendido como efeito de estrutura da sociedade desigual, mas como um macrofenômeno antropológico [...] cuja incidência humana se universalizou com a colonialidade. (Sodré, 2020, p. 37)

Diante do excerto, verifica-se que as duas obras, *O Avesso da Pele (2020)* e *Olhos D'Água (2014)*, dialogam ao reforçarem desigualdades históricas, uma vez que mostram que o racismo ultrapassa a esfera individual e configura-se como um fenômeno estrutural que atravessa gerações.

Nesse aspecto, o personagem Henrique Nunes tornou-se vítima de um sistema estrutural enraizado a violências raciais ao sofrer uma abordagem fortemente agressiva, em *O Avesso da Pele (2020)*, sendo morto a tiros por policiais a caminho de casa depois de sair da escola em que trabalhava. A cor da pele foi decisiva ao ser abordado e em seguida morto. A repressão policial é seletiva e não acidental, evidenciando a reafirmação da persistência de um imaginário racial exclusivo e discriminatório. Com isso, Tenório (2020, p. 150) denuncia tal crueldade no seguinte trecho: " [...] o professor Henrique Nunes não

morreu por mera circunstância da vida, morreu porque era alvo de uma política de Estado [...] que persegue e mata homens negros e mulheres negras há séculos". O corpo negro é, portanto, lido como objeto, ameaça, perigo e excesso, revelando um mecanismo brutal de desumanização.

Diante disso, nota-se que a corporeidade negra é colocada em lugares de subalternidade que perpetuam a objetificação desta. Sob essa ótica, Lélia Gonzalez ressalta que:

> Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. (Gonzalez, 2020, p. 50)

Logo, a chamada "tripla discriminação" apontada por Gonzalez, no sentido da subordinação e inferioridade que seriam peculiares à mulher negra brasileira, pode estar presente nas escritas de Conceição Evaristo ao ser associada a literatura de Evaristo assimila-se a expressão "escrevivência", uma vez que a autora faz uma relação entre a escrita e a vivência da realidade cotidiana de mulheres negras. As representações literárias das personagens femininas negras feitas por Evaristo colocam como eixo central: a marginalização social, a hipersexualização e a exploração do trabalho doméstico que expõem a maneira como o corpo feminino é explorado ao longo da história. Essas são marcas de uma existência ligada por múltiplas camadas de opressão que se formaram e reduzem as identidades dessas mulheres a essas marcas cristalizadas de visões sociais preconceituosas.

Para Fanon (2008, p. 16), "A luta contra o racismo anti-negro não é, portanto, contra ser o Outro. É uma luta para entrar na dialética do Eu e do Outro". Esta afirmação explicita que o pilar central do racismo não se pauta apenas na diferença, mas também na negação da reciprocidade entre os sujeitos. Isso mostra que nas inter-relações humanas há um diálogo bilateral, isto é, o "Eu" se constitui na interação com o "Outro". Contudo, na face do racismo, esse processo da dialética

é interrompido, pois o negro é reduzido a objetificação, não sendo reconhecido por os seus direitos de possuir voz frente a própria existência cidadã.

Assim, lutar contra essa opressão é conquistar a possibilidade de reconhecimento da humanidade do indivíduo negro, a fim de romper com o imaginário de desumanização que transforma a alteridade em exclusão. Fanon denuncia, portanto, que o racismo impede a formação de uma dialética igualitária entre Eu e Outro, instaurando uma relação assimétrica de poder que sustenta a marginalização histórica da corporeidade negra. Com isso, no entrelaçamento das obras de Evaristo e Tenório, essa denúncia se corporifica, por meio de personagens negros, que incorporam à experiência de como o racismo molda tanto as suas trajetórias individuais quanto coletivas. Desse modo, ao colocarem os sujeitos negros como centrais nas narrativas, os autores rompem com a invisibilidade que lhes foi dada historicamente, mostrando o potencial transformador que a literatura afro-brasileira possui, ao criticar à realidade opressora e reafirmar identidades.

Resultados e discussões

Os resultados fomentam para a consolidação de um estudo na área da literatura comparada entre diferentes narrativas, possibilitando não apenas uma ótica analítica comparativa das obras, mas também a reflexão sobre a estância das temáticas do racismo e da objetificação na sociedade contemporânea. Desse modo, almeja-se alcançar uma compreensão mais ampla e aprofundada das narrativas escolhidas, a partir da sistematização do conhecimento sobre o tema pesquisado, identificando as principais abordagens teóricas e ressaltando suas especificidades, potencialidades e pontos de convergência. Por fim, também coube a realização de um mapeamento de autores teóricos e literários e suas contribuições e reflexões em torno do racismo estrutural e a objetificação de corpos negros, assim como o evidenciamento de escritas que se colocam favoráveis à reconstrução da humanidade e dignidade de sujeitos negros.

Considerações finais

Ao longo do processo de desenvolvimento do método analítico-comparativo entre O Avesso da Pele (2020), de Jeferson Tenório, e Olhos d'Água (2016), de

Conceição Evaristo, articulado às proposições de teóricos como Frantz Fanon, Muniz Sodré, Silvio Luiz de Almeida acerca do racismo estrutural, emergiram resultados de grande importância, conforme já elencados no item anterior. As duas obras foram utilizadas como forma de ampliarem o panorama da literatura brasileira contemporânea, fornecendo instrumentos críticos para pensar de modo mais aprofundado entraves centrais ainda presentes em nossa realidade social, como o racismo, o qual é consequência das marcas da escravidão e de outros estereótipos que advêm desta para atingir grupos, historicamente, subalternizados.

Referências

ABDALA JR., Benjamin (Org.). **Estudos Comparados:** Teoria, Crítica e Metodologia. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** — São Paulo: Pólen, 2019. — (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BRUNEL, P; PICHOIS, C.L.; ROUSSEAU, A.M. **Que é Literatura Comparada?** - São Paulo: Perspectiva, 2019.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**- 4.ed. rev. e ampliada. - São Paulo: Ática, 2006.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** – 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: UBU Editora, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Zahar, 2020. Disponível em: https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano. pdf

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada:** História, Teoria e Crítica. São Paulo: EDUSP, 2010.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor:** uma radiografia do racismo nacional. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CAPÍTULO 12

RESISTÊNCIA ATRAVÉS DAS PALAVRAS EM *O AVESSO DA PELE*, DE JEFERSON TENÓRIO

Adriele Oliveira de Sousa – UFRA

Marcelo Spitzner – UFRA

Resumo:

O presente artigo analisa a obra *O Avesso da Pele* (2020), de Jeferson Tenório, sob a perspectiva da escrita e do discurso literário como espaço de resistência ao racismo estrutural. O objeto de estudo centra-se na narrativa do romance e na trajetória de suas personagens, investigando de que modo a literatura negra contemporânea responde à violência institucional e à marginalização social. A metodologia adota uma abordagem qualitativo-analítica e bibliográfica de cunho hermenêutico, com foco no exame atento do texto literário contemporâneo (recorte temporal do século XXI, tomando a publicação de 2020 como marco e contextualizando a recente produção literária negro-brasileira). Fundamenta-se no arcabouço teórico de Conceição Evaristo, Achille Mbembe, Grada Kilomba, bell hooks, Kabengele Munanga, Luiz Silva (Cuti) e Regina Dalcastagnè. Operacionalizam-se os conceitos fundamentais de *escrevivência, necropolítica, máscara do silenciamento/silenciamento, ancestralidade, memória* e *subjetividade negra*. Os principais resultados evidenciam que a narrativa fragmentada de Pedro — ao reconstituir a memória de seu pai, Henrique, assassinado pela abordagem truculenta da Polícia Militar — desmistifica o mito da democracia racial e transforma o trauma individual e o luto em denúncia do racismo institucional. Constata-se que a literatura negra transpassa o mero exercício estético, constituindo-se como um gesto ético-político de preservação da memória, restituição do afeto e afirmação da dignidade humana.

Palavras-chave: Literatura negra; Resistência; Identidade; Racismo estrutural; Memória.

Resumen:

El presente artículo analiza la obra *O Avesso da Pele* (2020), de Jeferson Tenório, desde la perspectiva de la escritura y el discurso literario como espacio de resistencia al racismo estructural. El objeto de estudio se centra en la narrativa de la novela y en la trayectoria de sus personajes, investigando cómo la literatura negra contemporánea responde a la violencia institucional y a la marginalización social. La metodología adopta un enfoque cualitativo-analítico y bibliográfico de carácter hermenéutico, centrado en el examen atento del texto literario contemporáneo (delimitación temporal del siglo XXI, tomando la publicación de 2020 como hito y contextualizando la reciente producción literaria afrobrasileña). Se fundamenta en el marco teórico de Conceição Evaristo, Achille Mbembe, Grada Kilomba, bell hooks, Kabengele Munanga, Luiz Silva (Cuti) y Regina Dalcastagnè. Se operacionalizan los conceptos fundamentales de *escrevivência (escritura vivida), necropolítica, máscara del silenciamiento, ancestralidad, memoria* y *subjetividad negra*. Los principales resultados evidencian que la narrativa fragmentada de Pedro —al reconstituir la memoria de su padre, Henrique, asesinado por el abordaje violento de la Policía Militar— desmitifica el mito de la democracia racial y transforma el trauma individual y el duelo en una denuncia del racismo institucional. Se concluye que la literatura negra trasciende el mero ejercicio estético, constituyéndose como un gesto ético-político de preservación de la memoria, restitución del afecto y afirmación de la dignidad humana.

Palabras clave: Literatura negra; Resistencia; Identidad; Racismo estructural; Memoria.

Abstract:

This article analyzes the novel *O Avesso da Pele* (2020), by Jeferson Tenório, through the perspective of writing and literary discourse as a space of resistance against structural racism. The object of study focuses on the novel's narrative and the trajectories of its characters, investigating how contemporary Black literature responds to institutional violence and social marginalization. The methodology adopts a qualitative-analytical and bibliographical hermeneutic approach, centered on a close reading of the contemporary literary text (21st-century timeframe, taking the 2020 publication as a benchmark while contextualizing recent Afro-Brazilian literary production). It is grounded in the theoretical framework of Conceição Evaristo, Achille Mbembe, Grada Kilomba, bell hooks, Kabengele Munanga, Luiz Silva (Cuti), and Regina Dalcastagnè. Key concepts operationalized include *escrevivência (lived-writing), necropolitics, mask of silencing, ancestry, memory*, and *Black subjectivity.* The main results demonstrate that Pedro's fragmented narrative—by reconstructing the memory of his father, Henrique, who was brutally murdered during a aggressive police approach—demystifies the myth of racial democracy and transforms individual trauma and grief into a critique of institutional racism. The study concludes that contemporary Black literature transcends mere aesthetic exercise, establishing itself as an ethical-political gesture of memory preservation, restoration of affection, and affirmation of human dignity.

Keywords: Black literature; Resistance; Identity; Structural racism; Memory.

1. Introdução

Compreender que a literatura o mero exercício estético, implica reconhecer que a literatura afro-brasileira, ou negro-brasileira, foi por muitas décadas invisibilizada e marginalizada por uma estrutura social pautada no racismo. Enquanto parte da produção de autoria branca perpetuavam estereótipos em suas obras, objetificando o corpo de pessoas negras e reforçando a hegemonia eurocêntrica, as produções de autoria negra eram constantemente deslegitimadas. Suas obras tinham o valor literário desconsiderado sob o pretexto preconceituoso de que a população negra não possuía capacidade intelectual para a criação estética erudita.

No entanto, com o passar do tempo e por meio do engajamento de autores e autoras que transformaram a escrita em uma ferramenta de resistência, a literatura afro-brasileira conquistou espaço e legitimidade, contribuindo decisivamente para a desconstrução de estigmas e para a centralidade da cultura negra. Atualmente, observa-se uma crescente valorização dessas produções no campo literário e acadêmico.

Nomes proeminentes da contemporaneidade exemplificam essa força transformadora. Conceição Evaristo, por meio do conceito de escrevivência,

entrelaça as vivências pessoais à memória coletiva. Ana Maria Gonçalves, com a obra monumental *Um Defeito de Cor* (2006), debate pertencimento, ancestralidade, liberdade e resistência, tendo seu reconhecimento ampliado ao tomar posse na Academia Brasileira de Letras (ABL). Itamar Vieira Junior, por sua vez, alçou projeção nacional e internacional com *Torto Arado* (2019), abordando os traumas do latifúndio, a religiosidade e a luta social.

Essas produções evidenciam que a literatura negra ultrapassa o mero exercício estético: trata-se de um ato político de representatividade e preservação da vida. Ao encenar personagens que transcendem a simples abstração ficcional, esses autores trazem à tona vivências concretas de preconceito, exclusão e violência institucional, mas também de afeto, cuidado e preservação ancestral.

Nesse cenário, o romance *O Avesso da Pele* (2020), de Jeferson Tenório, vencedor do Prêmio Jabuti (2021), insere-se como um marco na literatura brasileira contemporânea. Construído a partir do fôlego narrativo de Pedro — que se dirige em segunda pessoa ao falecido pai, Henrique —, o texto recompõe os fragmentos da existência de um professor de literatura negro assassinado pela abordagem truculenta da Polícia Militar. A narrativa transpõe o trauma individual para denunciar o racismo estrutural e institucional que atinge historicamente os corpos negros no Brasil.

Assim, este artigo analisa a função da palavra escrita como ato de resistência em *O Avesso da Pele* (2020), salientando o papel da memória, da subjetividade e da ancestralidade na denúncia da violência violadora do Estado e na afirmação da dignidade humana. A análise apoia-se nos aportes teóricos de Evaristo (2017), Munanga (1999), bell hooks (2013), Mbembe (2018), Dalcastagnè (2005), Cuti (2010) e Kilomba (2019).

2. Literatura Negra como Espaço de Resistência

A ausência histórica de escritoras e escritores negros no cânone acadêmico e literário reflete o racismo estrutural operante nos sistemas de difusão editorial e cultural no Brasil. Como analisam Santos e Botoso (2018, p. 221-222):

> Neste viés, contos e romances são os que mais descortinam estereótipos dadas as suas extensões e, por conseguinte, suas maiores possibilidades de desenvolvimento de suas personagens. Esse fato está, em nossa compreensão, intrinsecamente relacionado com a diminuta presença de escritores negros no campo literário brasileiro. Se temos menos pessoas negras escrevendo suas próprias experiências ficcionalmente, isso significa, por outra via, que há uma plêiade de autores brancos representando a população negra com certa limitação em seu olhar sobre o outro.

Esse apagamento sistemático atinge diretamente a construção e a diversidade das personagens ficcionais. Conforme demonstra o mapeamento crítico de Regina Dalcastagnè (2005, p. 91) sobre o romance contemporâneo brasileiro:

> Os negros são 7,9% das personagens, mas apenas 5,8% dos protagonistas e 2,7% dos narradores; embora em proporção menos drástica, uma redução similar ocorre no caso dos mestiços. Juntando os dados anteriores, é possível observar a ampla predominância de homens brancos nas posições de protagonista ou de narrador, enquanto as mulheres negras mal aparecem.

Apesar do afunilamento canônico, uma linhagem de autores negros construiu contra-narrativas fundamentais. Maria Firmina dos Reis, em Úrsula (1859), inaugurou a romancística abolicionista sob a perspectiva do sujeito escravizado; Cruz e Sousa inscreveu a subjetividade e o combate ao racismo na poesia simbolista; Lima Barreto desnudou a hipocrisia e as assimetrias raciais da Primeira República; Luiz Silva (Cuti) consolidou o conceito de literatura negro-brasileira e os Cadernos Negros; e Carolina Maria de Jesus, em Quarto de Despejo (1960), rompeu as barreiras da marginalização ao expor a fome e a opressão urbana.

Nesse horizonte, Conceição Evaristo (2017) postula o conceito de escrevivência, no qual a escrita decorre da vivência do corpo negro, fundindo o eu individual à coletividade. A escrevivência não é mera fabulação descompromissada, mas o registro de memórias e dores que desafiam as narrativas hegemônicas. Do mesmo modo, Cuti (2010) aponta que a literatura negro-brasileira firma-se como um ato coletivo e político, servindo como elo geracional para a afirmação de identidades historicamente negadas.

Kabengele Munanga (1999) reitera que a identidade negra é uma construção histórico-política, cujo resgate da ancestralidade pode atuar contra as tentativas de

apagar os laços de humanidade dessa população. A literatura negra surge, portanto, como um território de intervenção ético-política, no qual a escrita reassume a capacidade de renomear o mundo e reinscriturar o sujeito negro no centro do fazer literário.

3. A Palavra como Resistência em *O Avesso da Pele*

Em *O Avesso da Pele*, Jeferson Tenório faz do exercício da palavra um ato deliberado de resistência contra a violência policial e o racismo velado. A narrativa estrutura-se por meio da voz do jovem Pedro, que reconstitui os percursos existenciais de seu pai, Henrique — um professor de literatura cuja trajetória foi brutalmente interrompida por uma abordagem policial violenta e fatal.

A escolha da segunda pessoa constitui um recurso narrativo fundamental para a reconstrução da memória de Henrique. Ao dirigir-se continuamente ao pai, Pedro estabelece uma interlocução com aquele que já não pode responder, transformando a rememoração em uma espécie de diálogo póstumo. Somada à estrutura fragmentada do romance, essa estratégia evidencia que a reconstrução da trajetória paterna não ocorre de maneira linear, mas por meio de lembranças, objetos, acontecimentos e afetos dispersos. Desse modo, a própria forma narrativa participa do processo de elaboração do luto e contribui para restituir a Henrique uma história que ultrapassa as circunstâncias de sua morte.

O racismo cotidiano manifesta-se no romance por meio de interações comportamentais que moldam a subjetividade do homem negro desde a infância. A necessidade de autovigilância permanente é incutida como estratégia de sobrevida, tal como Pedro rememora sobre as posturas adotadas pelo pai:

> Você apenas pensou que havia um problema com você, mas talvez nunca tenha percebido que toda aquela vontade de ficar calado, [...]. Que seu receio de falar, receio de se expor, pudesse ter a ver com a orientação que recebeu desde a infância: não chame a atenção dos brancos. Não fale alto em certos lugares, as pessoas se assustam quando um rapaz negro fala alto [...] (Tenório, 2020, p. 88).

Essa contenção compulsória dialoga diretamente com o aparato conceitual formulado por Grada Kilomba (2019) em Memórias da Plantação. Ao analisar a máscara de sal/silenciamento imposta historicamente aos sujeitos escravizados

(como a figura de Anastácia), Kilomba questiona: "Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?" (Kilomba, 2019, p. 33). O silêncio exigido de Henrique nas esferas públicas e institucionais opera como essa máscara de silenciamento reatualizada, ditando o que o corpo negro pode ou não assumir no espaço urbano.

A discriminação e o enquadramento policial como "suspeito padrão" perpassam toda a vida de Henrique. O trauma da suspeição permanente consolida-se precocemente, aos catorze anos, quando o personagem é confundido com um infrator e perseguido até o interior de uma igreja em Copacabana:

> E de repente a igreja foi invadida por sabe-se lá quantos daqueles moleques sedentos por vingança. Um deles te achou e te apontou. Em instantes vieram todos para cima de você. Socos e chutes na cabeça, na barriga e no rosto, até você começar a sentir o gosto enjoativo do sangue. Você não ofereceu nenhuma resistência, apenas se colocou em posição fetal e tentou dizer: eu não fiz nada. Depois começou a perder os sentidos. Então alguém sacou uma arma e apontou para a sua cabeça, você ainda pode ouvir um deles gritando: nós vamo te passar, neguim, tu vai morrê agora, neguim (Tenório, 2020, p. 17-18).

A brutalidade da cena, seguida pelo enquadramento policial e pelo uso das algemas — "Foi a primeira vez que você sentiu o ferro frio de uma algema nos pulsos" (Tenório, 2020, p. 18) —, sintetiza o processo de estigmatização precoce enfrentado por jovens negros. Tal violência pode ser interpretada à luz do conceito de teórico na Necropolítica de Achille Mbembe (2018), que conceitua o exercício do poder soberano como o ditar de quem pode viver e quem deve morrer. A polícia, enquanto braço armado do Estado, atua na demarcação dos corpos cuja vida é desprovida de valor tutelado, convertendo o corpo negro em um alvo preferencial.

Além da violência institucional explícita, Tenório explicita a perversidade do racismo cordial e das interações do cotidiano profissional e afetivo. Na juventude, ao ser entrevistado para uma vaga de office boy, Henrique escuta diretamente do empregador, Bruno Fragoso:

> Bruno disse, com muita naturalidade, que não gostava de negros. Você levantou os olhos. Bruno não se intimidou e repetiu a frase: não gosto de negros. Talvez ele esperasse alguma reação sua. Mas nada aconteceu. Você permaneceu imóvel. Depois, Bruno se ajeitou melhor na cadeira e justificou: não gosto porque, quando eu tinha um sítio em Garibaldi, um casal de negros, que trabalharam para mim como caseiros, me roubou.

> Levaram tudo que eu tinha na minha casa. Desde então, não confio mais em negros (Tenório, 2020, p. 19).

A incapacidade imediata de reação diante do preconceito escancarado evidencia o estado de letargia ou choque defensivo em que a vítima é colocada. No plano dos relacionamentos afetivos com mulheres brancas (como Juliana e Suellen), a subjetividade de Henrique também passa pelo crivo da erotização e da exotização racial. Nas reuniões familiares da namorada, ele é transformado no "negão da família", submetido a gracejos e estereótipos biologizantes:

> [...] você não só passou a ser o negão da família, como também passou a ser uma espécie de para-raios de todas as imagens estereotipadas sobre os negros: pois disseram que você era mais resistente à dor, disseram que a pele negra custa a envelhecer, que você deveria saber sambar, que deveria gostar de pagode, que devia jogar bem futebol [...] (Tenório, 2020, p. 26).

A virada de chave crítica da personagem ocorre ao ingressar no curso pré-vestibular e travar contato com o professor Oliveira, intelectual negro que introduz o pensamento de autores como Martin Luther King, Malcolm X e as teorias raciais de Gobineau, Lineu e Blumenbach. Ao tomar consciência da construção histórica e ideológica do racismo, Henrique tenta explicitar essa estrutura no relacionamento com Juliana. Contudo, diante da recusa dela em reconhecer o privilégio branco e o racismo velado de sua família, o rompimento torna-se inevitável:

> E você disse: a diferença é que você pode escolher ter um problema como eu. Não posso arrancar minha pele preta. Você contou para suas amigas como é ter um namorado negro? Já contou como foi sua transa com um cara negro? (Tenório, 2020, p. 31).

Por meio dessa fala, a narrativa denuncia que, para o sujeito negro, o racismo não é uma questão de escolha teórico-abstrata ou desacordo passageiro, mas uma condição ontológica inescapável imposta pela estrutura social. A escrita de Tenório opera, assim, a desmistificação do mito da democracia racial brasileira.

4. A Palavra como Memória e Ancestralidade

Se o racismo busca a aniquilação física e o apagamento simbólico das subjetividades negras, em O Avesso da Pele a memória figura como o principal dispositivo de reexistência e reconstrução identitária. Após o assassinato de Henrique, Pedro assume o papel de ordenador do caos, utilizando os resíduos e

objetos deixados pelo pai no apartamento para compor um painel de sua humanidade.

A abertura do romance explicita a função estética e ética desses vestígios materiais:

> Há nos objetos memórias de você, mas parece que tudo que restou deles me agride ou me conforta, porque são sobras de afeto. Em silêncio, esses mesmos objetos me contam sobre você. É com eles que te invento e te recupero. É com eles que tento descobrir quantas tragédias ainda podemos suportar. Talvez eu deseje chegar a algum tipo de verdade. Não como um ponto de chegada. Mas como um percurso que vasculhe os ambientes e dê início a um quebra-cabeça [...] (Tenório, 2020, p. 13-14).

A busca pelo pai transcorre também pelo portal da religiosidade de matriz africana. Atrás da porta da sala, Pedro localiza o ocutá (pedra sagrada) de Ogum encravado em um alguidar com guias:

> Lembro o dia em que você me disse que sua cabeça era de Ogum, e que isso era ter sorte, porque Ogum era o único orixá que sabia lidar com os abismos. Lembro que foi de sua boca que escutei pela primeira vez a palavra 'abismo'. Há palavras que guardamos na infância porque nos confortam (Tenório, 2020, p. 14).

A vinculação do professor Henrique a Ogum — orixá associado aos caminhos, ao ferro e à guerra — reconfigura simbolicamente o significado da luta diária travada pelo personagem no ambiente escolar e urbano. A preservação do ocutá e o ritual orientado pela tia Luara para levar a pedra ao rio representam a mediação ancestral entre vivos e mortos, restaurando a dignidade e a proteção espiritual interrompidas pela violência do Estado.

Nesse cenário, a escrevivência de Conceição Evaristo (2017) ressoa na postura do narrador Pedro. Pedro escreve não a partir de um distanciamento frio, mas do enraizamento no luto filial e na herança coletiva de dor e afeto. O ato de recontar a vida do pai torna-se uma recusa radical em permitir que Henrique seja resumido a mais uma estatística da letalidade policial.

A análise de bell hooks (2013) sobre as dinâmicas de amor e desumanização nas comunidades negras fornece chaves interpretativas adicionais. O racismo estrutural opera interditando a capacidade de amar e ser amado, fragmentando laços familiares e sujeitando homens e mulheres negras ao isolamento afeto-social.

A reconstrução promovida por Pedro — ao narrar os conflitos conjugais entre Henrique e sua mãe, Martha, bem como a infância dolorosa vivida por ambos — constitui um gesto profundo de humanização e restituição do afeto. Henrique deixa de ser um corpo genérico estigmatizado para revelar-se um homem complexo, educador dedicado, amante imperfeito e pai saudoso.

A palavra resgatada pela narrativa atua, finalmente, como ponte transgeracional. Como leciona Kabengele Munanga (1999), a afirmação identitária da população negra articula-se obrigatoriamente pela preservação do fio da memória e da ancestralidade. Ao encadear os fragmentos da existência de Henrique, Pedro assegura que a voz paterna continue a ecoar, convertendo o trauma em ensinamento político e pedagógico de sobrevivência.

5. Considerações Finais

A literatura negra contemporânea consolida-se como um território indispensável de resistência estética, política e existencial. Ao denunciar as estruturas arcaicas do racismo, da discriminação institucional e da letalidade policial, obras como O Avesso da Pele não apenas expõem os traumas coletivos da população negra, mas instituem modos afirmativos de reexistência e reinvenção subjetiva.

O romance de Jeferson Tenório demonstra que a escrita literária pode funcionar como uma resposta contundente ao silenciamento e à barbárie. A partir da escuta dos objetos, do resgate dos orixás, da recuperação dos afetos fragmentados e da narrativa endereçada ao pai morto, Pedro transforma a dor do luto em preservação da memória e denúncia do racismo estrutural.

Em suma, *O Avesso da Pele* ilumina a potência da palavra como instrumento de sobrevivência e emancipação. Ao desafiar a lógica da exclusão e ao devolver ao sujeito negro o direito à densidade psicológica, ao afeto e à memória ancestral, a obra reafirma que, mesmo diante do trauma e da violência, a voz negra escreve, resiste e permanece.

Referências

CUTI. **Literatura negro-brasileira.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2010. 151 p. (Coleção Consciência em Debate)

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem negra na literatura brasileira contemporânea**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26, p. 91-103, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Racialidade e identidade negra.** São Paulo: Autêntica, 1999.

SANTOS, James Rios de Oliveira; BOTOSO, Altamir. **Autores brancos, personagens negros e a literatura da branquitude.** Em Tese, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 215-235, set./dez. 2018.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado.** São Paulo: Todavia, 2019.

CAPÍTULO 13
QUANDO O CORPO ESCREVE:

Marabaixo, memória e escrevivência

Rayssa Lorrana Silva Lemos – UFFS

Asley di Luca da Silva Vieira – UFFS

Resumo:

Este estudo, construído em forma de relato de experiência, tem como objetivo refletir sobre a construção do conhecimento a partir das vivências durante a disciplina de Arqueologia Pré-Histórica, cursada na Universidade Federal da Fronteira Sul. A pesquisa, de abordagem qualitativa, parte da minha visita ao Museu Sacaca, no Amapá, e da experiência prévia com o Marabaixo – tradicional dança afro-brasileira – para interconectar essas vivências ao conceito de escrevivência, formulado por Conceição Evaristo (2020), que propõe uma escrita ancorada no vivido, na memória e nas experiências dos sujeitos negros. O Marabaixo é compreendido como uma manifestação cultural multifacetada que envolve dança, música, religiosidade e práticas comunitárias, funcionando como espaço de preservação da identidade afro-amapaense (Videira, 2008). A escrita parte de uma perspectiva teórica decolonial, com base nos autores Quijano (1992), Kilomba (2019), Ricoeur (2003), Miranda (2020) e Evaristo (2020), que questionam as estruturas hegemônicas do conhecimento eurocêntrico e valorizam saberes oriundos da experiência negra e feminina. Assim, a dança do Marabaixo, expressa em solo catarinense, constitui-se como uma forma de resistência simbólica e afirmação identitária, em que o corpo produz saberes ancestrais e políticos. Essa escrita emergente das experiências corporais, da memória e da ancestralidade desafia a invisibilidade do sujeito negro e aponta para outras formas legítimas de conhecimento além das narrativas oficiais.

Palavras-Chave: Marabaixo. Escrevivência. Corpo-memória. Dança. Resistência.

Resumen:

Este estudio, construido en forma de relato de experiencia, tiene como objetivo reflexionar sobre la construcción del conocimiento a partir de las vivencias durante la asignatura de Arqueología Prehistórica, cursada en la Universidad Federal de la Frontera Sur. La investigación, de enfoque cualitativo, parte de mi visita al Museo Sacaca, en Amapá, y de la experiencia previa con el Marabaixo – danza afrobrasileña tradicional – para conectar estas vivencias con el concepto de escribvivencia, formulado por Conceição Evaristo (2020), que propone una escritura anclada en lo vivido, la memoria y las experiencias de los sujetos negros. El Marabaixo se comprende como una manifestación cultural multifacética que incluye danza, música, religiosidad y prácticas comunitarias, funcionando como un espacio de preservación de la identidad afro-amapaense (Videira, 2008). La escritura se fundamenta en una perspectiva teórica decolonial, basada en autores como Quijano (1992), Kilomba (2019), Ricoeur (2003), Miranda (2020) y Evaristo (2020), que cuestionan las estructuras hegemónicas del conocimiento eurocéntrico y valoran saberes provenientes de la experiencia negra y femenina. Así, la danza del Marabaixo, expresada en suelo catarinense, se constituye como una forma de resistencia simbólica y afirmación identitaria, donde el cuerpo produce saberes ancestrales y políticos. Esta escritura que emerge de las experiencias corporales, la memoria y la ancestralidad desafía la invisibilidad del sujeto negro y señala otras formas legítimas de conocimiento más allá de las narrativas oficiales.

Palabras clave: Marabaixo. Escrevivencia. Cuerpo-memoria. Danza. Resistencia.

Abstract:

This text, constructed as a narrative of experience, aims to reflect on knowledge construction based on lived experiences during the course of Prehistoric Archaeology at the Federal University of Fronteira Sul. The research, employing a qualitative approach, stems from my visit to the Sacaca Museum in Amapá and my previous experience with Marabaixo — a traditional Afro-Brazilian dance — to connect these experiences with the concept of escrevivência, formulated by Conceição Evaristo (2020), which proposes writing anchored in lived experience, memory, and the experiences of Black subjects. Marabaixo is understood as a multifaceted cultural manifestation involving dance, music, religiosity, and community practices, serving as a space for preserving Afro-Amapaense identity (Videira, 2008). The writing is grounded in a decolonial theoretical perspective, based on authors such as Quijano (1992), Kilomba (2019), Ricoeur (2003), Miranda (2020), and Evaristo (2020), who challenge hegemonic Eurocentric knowledge structures and value knowledge arising from Black and female experiences. Thus, the Marabaixo dance, performed on Santa Catarina soil, constitutes a form of symbolic resistance and identity affirmation, where the body produces ancestral and political knowledge. This writing, emerging from bodily experiences, memory, and ancestry, challenges the invisibility of Black subjects and points to other legitimate forms of knowledge beyond official narratives.

Keywords: Marabaixo. Escrevivência. Body-memory. Dance. Resistance.

1 introdução

Esta pesquisa nasceu de minhas vivências na disciplina de Arqueologia Pré-Histórica, cursada na Universidade Federal da Fronteira Sul, bem como de uma visita ao Museu Sacaca, no estado Amapá, e em minha experiência prévia com o Marabaixo – tradicional dança afro-brasileira. A partir dessas vivências, o presente trabalho propõe-se a interconectar tais vivências ao conceito de escrevivência, formulado por Conceição Evaristo (2020), que se configura como uma construção narrativa que emerge das memórias, do cotidiano e das experiências de sujeitos negros, consolidando-os como autores e protagonistas de suas próprias histórias.

No contexto do Marabaixo, a dança se apresenta como uma forma de expressão cultural que carrega consigo a memória e a história de uma comunidade, como destaca Piedade Lino Videira (2008) no artigo "Dança do Marabaixo: cultura afro-amapaense em evidência". O Marabaixo, como expressão cultural, consiste tanto em danças quanto em uma manifestação complexa e multifacetada, que envolve música, poesia, religiosidade, vestimentas, culinária e práticas comunitárias, funcionando como um verdadeiro espaço de preservação da identidade afro-amapaense.

A escrevivência, segundo Conceição Evaristo (2020), são formas de resistência que buscam dar voz e visibilidade às experiências das mulheres negras, articulando a luta contra as opressões de raça, gênero e classe, enquanto celebram a ancestralidade e a cultura afro-brasileira que vive em cada uma. Nesse sentido, a dança pode ser vista como uma forma de escrevivência, em que o corpo escreve e expressa sua vitalidade e experiência no mundo: e isto é, fundamentalmente, uma forma de saber e conhecimento, desde outra perspectiva.

As discussões em torno do campo teórico decolonial (que adoto nesta pesquisa) parte do primado de que não há apenas uma única e restrita maneira de construir conhecimento, como querem estabelecer certas ideologias eurocêntricas, que afirma a supremacia de suas maneiras de construir conhecimento. Nessa perspectiva, Quijano (1992, p. 12) ressalta a importância de questionar as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam o que chamou de colonialidade: “[l]a represión recayó, ante todo, sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación”. Esses imaginários, frutos da colonialidade, são aqui questionados na mesma medida em que o corpo, os passos ritmados dança e a vivências são colocadas como conhecimento e tratados desde um viés científico.

Na academia o pensamento decolonial está em evidência, mas ao mesmo tempo é notável que se precisa questionar cada vez mais as estruturas de poder que estão ainda enraizadas em ideias e ações colonizadoras. É preciso mobilização, reflexão e mudança, vendo-se a importância da mulher negra como sujeito político e histórico. Nesse contexto, a memória e a história se apresentam como fundamentais para a construção da identidade e da resistência negra (Kilomba, 2019).

Paul Ricoeur (2003, p. 22), em ‘La memoria, la historia, el olvido’, nos diz acerca da importância da memória como forma de resistência ao esquecimento e à manipulação da história. Notando que pouco se falava sobre a memória, disse que “lo sorprendente es que nunca se ponga la memoria en relación con esta aprehensión del tiempo”. No entanto, a partir de sua perspectiva, é possível compreender uma história que nasce da memória, do já vivido. Do mesmo modo, a

dança e a escrevivência podem ser vistas como formas de resistência à história oficial e à memória dominante.

Assim sendo, visitando as experiências relatadas durante a disciplina de Arqueologia Pré-Histórica do curso de Licenciatura em História e minha apresentação performática ao dançar o Marabaixo em solo catarinense, se faz pungente as trajetórias que levaram a essa escrita, através dessa escrita que se caracteriza como relato de experiência, de abordagem qualitativa. Escrita esta que emerge de vivências, atuadas em sintonia com o ritmo do batuque do Marabaixo e as memórias que transbordam do corpo de mim mesma enquanto mulher negra do Norte do Brasil. Neste sentido, escrevo desde uma perspectiva teórica decolonial, e me fundamento em autores como Bourdieu (2009), Quijano (1992), Miranda (2020), Ricoeur (2003), Kilomba (2019) e Evaristo (2020).

2 O corpo como escrita: pensando o Marabaixo como escrevivência corpórea

Segundo Pierre Bourdieu (2009, p. 87), o habitus são “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações”. Nesse sentido, o habitus influencia a forma como nos relacionamos com o conhecimento e a cultura. De acordo com Carvalho:

> O habitus é ao mesmo tempo social e individual. Ele refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. E , por isso, o habitus foi considerado por Bourdieu o elemento de mediação entre a sociedade e o indivíduo (Carvalho, 2017, p. 103).

Para Carvalho (2017), o habitus atua como um mediador entre as estruturas objetivas e as práticas, resultando em ações que são produtos de uma relação dinâmica entre o contexto e as disposições internalizadas pelos indivíduos. Essas ações são organizadas de maneira estratégica, mas não necessariamente fruto de uma intenção consciente.

Ou seja, o habitus é uma estrutura internalizada no corpo do indivíduo que orienta suas ações de forma prática, reproduzindo as estruturas sociais e ao mesmo tempo permitindo uma certa inventividade e criatividade na ação. Ele atua como um portador da memória e influencia as escolhas e comportamentos dos indivíduos, sendo “depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (Bourdieu, 2009, p. 90)

De forma análoga, no contexto do Marabaixo, a dança também se apresenta como uma forma de expressão cultural que carrega consigo a memória e a história de uma comunidade, como sublinha Piedade Lino Videira (2008), no artigo "Dança do Marabaixo: cultura afroamapaense em evidência". A autora expõe como a dança Marabaixo se expressa para além de apenas uma dança artística, quando nos diz que: “[a] reverência histórica, a hierarquia dos membros na organização das festas nos remete a ancestralidade. Também a localidade, o amor a terra e ao local de instalação da comunidade estão ligados à idéia de ancestralidade” (Videira, 2008, p. 3).

Com efeito, Videira (2008) salienta que a definição de Afrodanças permaneceu vaga na literatura sobre danças por muito tempo, enquanto o Marabaixo era tipificado principalmente no contexto das danças populares ou folclóricas de negros e negras. Além disso, a dança Marabaixo se configura como uma forma de escrevivência diante o exposto, pois carrega consigo a memória e a história de uma comunidade negra. Nesse sentido, a dança se apresenta como uma forma de resistência à história oficial e à memória dominante (Kilomba, 2019).

Vale afirmar a importância de questionar as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam a colonialidade, nascido do sistema-mundo colonial. Ao fazê-lo, por meio da valorização de formas outras de conhecimento, vai-se na contramão do poder colonial. O corpo é, antes de tudo, político e histórico; é dele que somos vistos e percebidos – e, frise-se, vistos de formas diferentes. Essa é a razão pela qual Evaristo (2020, p. 28) narra os corpos brancos em suas obras literárias dentro de um locus específico de enunciação, pois “[o]s brancos significam a personificação do poder. São eles os donos de terra”.

Ainda que o colonialismo como um sistema político-econômico não mais exista explicitamente, ele criou raízes tão profundas que, mesmo nos dias que correm, deixou suas marcas subjetivas, marcas que se revelam pelos corpos de sujeitos, que são corpos-territórios (Miranda, 2020).

Para Evaristo (2020), a escrita nasceu de quando, ainda menina, via sua mãe escrever no chão, com um pedaço de madeira. O gesto assim se dava e era profundo, pois a escrevivência, emergindo da experiência pessoal, se vai mais profundamente, num movimento ao concreto dos acontecimentos da vida. “É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência” (Evaristo, 2020, p. 34)”. Ela, a escrevivência, é sobretudo ancestral, “como uma pulsação antiga, que corre em mim por perceber um mundo esfacelado, desde antes, desde sempre” (Evaristo, 2020, p. 35).

Todavia – sendo o corpo também perpassado por memórias e vivências, sendo marcador de uma maneira de se estar no mundo (Miranda, 2020) –, por que não pensarmos o corpo (e portanto a dança) como narradores de histórias, que escrevem suas vivências de modo distinto (Santos; Chaveiro, 2024), do movimento?

Como dito anteriormente, fundamentado em Ricoeur (2003), a memória é atravessada como forma de resistência ao esquecimento e à manipulação da história. E o corpo se revela em imbricações-memorialísticas, ao passo que, conforme Miranda (2020, p. 19), o “vínculo cultural ao corpo-território abre campo para encontrar a substância da cultura”. Noutras palavras: a corporalidade afro-brasileira adquire significações culturais em razão de suas vivências em grupo, como símbolos de uma cultura em movimento, em giros e ritmos, na cultura imaterial (porque se esvai ao se acabar a performance) e material (porque realizados por corpos concretos) da dança.

3 Percurso metodológico

Este relato de experiência, cuja abordagem é qualitativa, fundamenta-se na escrevivência, a qual se apresenta como uma metodologia que permite dar voz às experiências e memórias de sujeitos negros. A partir dessa perspectiva, esta

pesquisa busca interconectar as vivências relatadas em uma visita ao Museu Sacaca, localizado no estado do Amapá, e minha vivência cultural com o Marabaixo, destacando a importância da memória e da história para a construção da identidade e da resistência negra.

A partir do campo teórico decolonial, a escrevivência aparece, aqui, como metodologia:

> Como caminho metodológico a escrevivência é um ato político, conhecimento produzido desde as lutas das mulheres negras. Portanto ele prescinde posicionamento político. As autoras partem de pensamentos, sentimentos e leituras de vida para a elaboração de conceitos da área, atribuem significados e evidenciam processos históricos em consonância com os contextos de vida, no caso da educação em ciências significa olhar para os conceitos científicos e identificar aspectos históricos, sociais ou de produção que tenham coerência política com as lutas diárias dessa parcela da população (Ribeiro; Giraldi; Cassiani; 2021 p, 5).

Assim, a análise das experiências foi feita de forma reflexiva, cruzando-as com referências teóricas e culturais, embora mantendo o tom afetivo, próprio de quem escreve com a memória, o corpo. Com isso, esta metodologia se posiciona contra a neutralidade científica que desconsidera a origem e a experiência do sujeito pesquisador. Indo por outras vias, entendo que o lugar de fala e de escrita é também um lugar de epistemologia, e que a subjetividade é potencializadora na construção de saberes.

4 O corpo que fala e resiste: escrevivências afroamapaenses na universidade

Durante a pesquisa sobre museus, em que escrevi sobre o museu de minha cidade, experimentei viajar no tempo, reencontrando as memórias de quando visitei o espaço museológico em 2018, ainda estudante do ensino médio em Macapá, Amapá. Era uma visita escolar – e justamente no dia do meu aniversário – um dia que jamais esqueci. As exposições artísticas e as histórias registradas nos espaços me chegavam aos olhos e aos sentidos. Pude perceber que aquele lugar não apenas operava para preservar as tradições amapaenses, mas também as reafirmava.

De certo, os museus são instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam e expõem conjuntos e coleções de valor cultural, histórico, artístico e científico, atuando como propagadores e conservadores de cultura e memória. Assim, pude passear pela história de minha terra.

Notei a identidade afroamapaense, da qual pouco se falava na escola em que estudei durante o ensino médio, e isso me causou um misto de sentimentos. Presenciando a cultura pulsante das mais variadas histórias afro-amazônidas ali expostas, quis compreender o que motivava tudo aquilo.

Os registros eram diversos: barcos, casas, telas, vasos, monumentos…

O sentir era profundo quando percorri as obras de Mestre Sacaca, a casa das parteiras, a casa da farinha, dos ribeirinhos, o barco regatão e, por fim, a casa do Marabaixo – onde tive pouco tempo para apreciar, mas onde nasceu uma curiosidade pela dança da qual tanto ouvia falar, me fez lembrar de minha infância quando tive um breve contato com a dança, porém marcante.

Ao chegar à universidade, no sul do Brasil, notei as dificuldades diante da vida acadêmica. Ainda mais sendo uma mulher negra nortista, sofri alguns olhares e preconceitos silenciosos, que só muito mais tarde fui perceber. Eram violências cotidianas, como as que lia em Grada Kilomba na universidade. Um machismo e racismo silencioso, mas que são presentes na vida de muitas mulheres negras.

Vestia-me, portava-me e comunicava-me como sempre fizera em minha cidade: uma amapaense que adora açaí, tacacá e que aprendeu a apreciar o Marabaixo e a capoeira exercida no Amapá. Fui, aos poucos, externalizando toda essa cultura dentro da academia. Sempre que tive a oportunidade de falar sobre a história e a cultura do meu estado, aproveitei – escrevi, falei e, como sabem, dancei.

No ano de 2024, já no sétimo período da Licenciatura em História, uma professora muito querida me fez um convite. Era para um evento na universidade em que minha turma deveria apresentar algo sobre o 13 de maio. O 13 de maio de forma tradicional, é lembrado como o Dia da Abolição da Escravatura, ou o fim da escravidão no Brasil. No entanto, a forma como essa data é tratada mudou muito com o tempo, especialmente a partir das reflexões e críticas dos movimentos

negros. E minha professora de História da África fazia questão de todo ano promover um evento para comemorar o dia, fazendo com que uma turma da sétima fase de história apresentasse alguns trabalhos. Ficava à mercê dos alunos promoverem o debate, que em minha visão foi incrivelmente enriquecedor para a comunidade interna e externa do campus Chapecó.

Assim, cada aluno ou grupo faria uma apresentação. A professora perguntou se eu poderia apresentar algo envolvendo música ou dança, e eu respondi que poderia dançar uma manifestação cultural de minha cidade, o Marabaixo, vindo lá do bairro Laguinho, e que poderia levá-la aos palcos da universidade. Ela se alegrou e disse que seria perfeito. Aceitei o convite e comecei a relembrar e internalizar o que já sabia e sentia sobre o Marabaixo, pois, na infância, participei de algumas festas em que dançavam no bairro onde morava.

Restavam-me apenas as lembranças de menina e as memórias que vinham do Museu Sacaca. Então, em casa, escutei as músicas que levaram meu corpo a dançar sem parar. Foram horas que não percebi passar diante dos meus olhos, mas que me conectaram, de algum modo, à minha terra – da qual sentia tanta saudade. As lágrimas caíram sozinhas ali, no pátio de casa.

No dia da apresentação, lembro-me do frio costumeiro do Oeste catarinense – algo muito distinto de minha Macapá. Vi meu corpo arrepiar com aquele frio. As pessoas convidadas para o evento eram de todos os cursos de licenciatura, especialmente os acadêmicos de História. A maioria eram calouros. Recordo-me de seus olhares quando entrei no espaço; a professora se dirigiu a mim e perguntou se eu estava bem para dançar, pois abriria o evento. Concordei. Já vestida a caráter, a hora havia chegado.

Uma colega lia o significado do Marabaixo ao microfone enquanto um silêncio se instaurava. Mas o silêncio se foi quando meus ouvidos captaram o som dos tambores – o batuque do Marabaixo. Comecei meus movimentos no ritmo do ladrão de Marabaixo. A professora aumentava o som e minha visão capturava apenas a imagem dos meus pés e, enquanto girava, via as pessoas de modo turvo na plateia. Alguns rostos consegui distinguir: havia expressões de encantamento, curiosidade, empolgação, mas também olhares de ‘estranheza’ e até um certo

‘desdém’. Mesmo assim, continuei dançando por cerca de três minutos, levantando a barra da saia, traçando um percurso circular no palco, mexendo os ombros e arrastando os pés com força no chão. Cada pisada era a minha presença sendo reafirmada naquele lugar (Miranda, 2020).

Meu coração acelerava tanto que parecia pulsar no mesmo ritmo do batuque. Senti que iria explodir de emoção. Ao final, respirei fundo e agradeci. Ouvi as palmas e desci do palco. A professora me abraçou e agradeceu pela demonstração.

Uma amiga comentou que não conhecia a dança, mas que ficou maravilhada e orgulhosa por eu ter tido coragem de mostrar a cultura afroamapaense ali, no campus de Chapecó. Depois da euforia, ouvi risos atrás de mim e mais uma vez percebi alguns olhares desdenhosos. Mas aquilo já não me afetava. Estava tão feliz e tão plena por poder mostrar a cultura negra amapaense que apenas continuei prestigiando o evento que celebrava a cultura afro-brasileira.

Foi um momento-chave em minha trajetória acadêmica. Passei a querer continuar aprendendo e perpetuando a cultura do lugar onde nasci e cresci.

Como pesquisadora e mulher negra amazônida, reconheço que minha escuta e meu olhar são atravessados por esse pertencimento, enriquecidos aqui por abordagens afrofeministas e decoloniais (Kilomba, 2019) que me fizeram enfrentar os preconceitos diante um cenário desafiador e desestimulante.

E ao observar as performances do Marabaixo (e ao dançá-lo) percebi que cada movimento corporifica uma história de resistência, traduzindo no corpo a ancestralidade de quem dançou e lutou antes de nós.

Compreendo, portanto, que o Marabaixo, mais do que uma manifestação folclórica, constitui uma escrevivência corporal coletiva, na qual o gesto e o canto atualizam a memória do povo negro no Amapá. Essa percepção dialoga com as reflexões de Conceição Evaristo (2020) sobre o corpo como lugar de narrativa e com as abordagens de Lenira Peral Rengel e Patrícia Cruz Ferreira (2012) acerca da dança como escrita metafórica do corpo, ao dizerem que “Importa menos saber o quanto de verbal ou não verbal há na dança, e sim saber que ambos coabitam.

Importa também saber que a memória não é um lugar como uma prisão: ela é fluxo de movimento" (Rengel; Ferreira, 2012, p. 29). E estive eu mesma imersa nesse fluxo e movimento.

5 Considerações finais

Nesta pesquisa, explorei as interseções entre escrevivência, memória e resistência, tendo como base minhas experiências pessoais e acadêmicas. Ao refletir sobre as ideias que me levaram à universidade e me tornaram uma das primeiras mulheres da minha família a se formar em uma instituição pública, pude conectar os pontos que constituem minha trajetória. A escrevivência, conceito cunhado por Conceição Evaristo, revelou-se um ato político e de resistência que se manifesta a cada passo dado e a cada palavra escrita.

O texto que se seguiu até aqui foi fruto de um árduo caminho, um caminho plantado quando eu ainda nem sabia o significado das palavras, quando aprendia as primeiras letras, mas já via, entre as ruas, os cantos entoados pelas mulheres que dançavam e cantavam o Marabaixo. Lembro-me das barras das saias largas e longas, das vozes marcantes que alcançavam os ouvidos de todos os que presenciavam aquela demonstração de força e tradição. Desde esse momento, tracei na memória o desejo de me movimentar: e assim me movimentei, atravessando o país, seguindo o fluxo contínuo de que a vida é isso: movimento. A dança e a escrita se tornam os gestos da liberdade.

Diante as pesquisas realizadas e das minhas trajetórias dentro e fora dos meios acadêmicos, pude lutar com mais afinco contra o racismo e o sexismo que persistem no cotidiano com a escrita, com minha voz e com meu corpo. A luta continua contra as opressões diárias, os preconceitos e o racismo ainda presentes na academia, então se faz necessário pesquisa que confere voz e visibilidade às experiências de mulheres negras em toda nossa sociedade.

Incorporando conceitos como o *habitus*, de Pierre Bourdieu, a memória em Paul Ricoeur, as epistemologias decoloniais e as perspectivas afrofeministas, esta pesquisa buscou ampliar os horizontes teóricos e metodológicos da escrevivência. A teoria decolonial permitiu questionar as estruturas de poder e de conhecimento

que perpetuam a colonialidade, enquanto as perspectivas afrofeministas destacaram a importância da mulher negra como sujeito político e histórico.

Encerrar este texto é, de certa forma, continuar dançando com as memórias que me habitam, perpetuando a luta e a resistência que me definem.

Referências

BOURDIEU, Pierre**. O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Revisão técnica de Odaci Luiz Coradini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CARVALHO, Karine Fernandes de. Os conceitos de habitus e campo na teoria de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Pesquisa**, v. 2, n. 5, p. 93–101, jan./jun. 2017.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & educação decolonial**: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**. 13(29): 11-20, 1992.

RENGEL, Lenira Peral; FERREIRA, Patrícia Cruz. Dança: escrita metafórica do corpo como linguagem que traz a memória traçada. **Dança**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 19-30, jul./dez. 2012.

RIBEIRO, Simone S.; GIRALDI, Patrícia M.; CASSIANI, Suzani. Escrevivência como mediadora para um “outro” horizonte epistemológico. In: MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). **Diálogos sensíveis**: produção e circulação de saberes diversos. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2003.

SANTOS, Carine Campos; CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa. **Escrevivências como práticas comunicativas contemporâneas**: a escrita de si como construção de subjetividades de mulheres negras. Humanidades & Inovação, Uberlândia, v. 11, n. 3, dezembro de 2024.

VIDEIRA, Piedade Lino. Dança do Marabaixo: cultura afroamapaense em evidência. In: **Congresso Nacional da Federação de Arte e Educadores do Brasil, 18.; Congresso Latino-Americano e Caribenho de Arte Educação; Encontro Nacional de Arte Educação, Cultura e Cidadania**, 1., 2008, Crato (CE). Anais... Crato (CE): Ed. EdURCA, 2008.

CAPÍTULO 14
(RE)PENSAR A TRADIÇÃO LITERÁRIA:

a palavra indígena e o currículo de Minas Gerais

Juliete Antônia Figueiredo da Mata – UEMG

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo refletir criticamente sobre a presença e a ausência das literaturas indígenas no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), considerando a obrigatoriedade da Lei n.º 11.645/08, que institui o ensino da história e da cultura dos povos indígenas na educação básica. O objeto de análise é o próprio documento curricular, especialmente no componente de Língua Portuguesa, com foco em como são contempladas (ou silenciadas) as produções literárias de autoria indígena. A metodologia adotada é qualitativa, de natureza documental, baseada na leitura crítica do CRMG, priorizando a identificação de competências e habilidades ligadas à literatura, bem como as orientações pedagógicas sobre a formação leitora. O período da análise abrange a versão vigente do currículo, entendida como resultado de disputas recentes em torno da construção de políticas públicas educacionais. Do ponto de vista teórico, a pesquisa parte da compreensão do currículo como construção política e ideológica e da literatura como campo de disputa simbólica. Também considera perspectivas de interculturalidade crítica e entende a literatura indígena contemporânea como expressão estética, epistemológica e política de resistência. Os resultados revelam que, embora o currículo mencione a valorização da diversidade cultural e o respeito às múltiplas identidades, as referências explícitas às literaturas indígenas são raras. Essa ausência mantém a centralidade de um cânone literário eurocêntrico, dificultando o reconhecimento das narrativas indígenas como formas legítimas de produção de conhecimento, memória e arte. Conclui-se que é necessário promover uma revisão crítica dos conteúdos prescritos, das práticas de seleção de obras e da própria concepção de literatura presente nos currículos. Além disso, destaca-se a importância do investimento na formação docente, para que professores possam mediar, de forma sensível e crítica, o contato dos estudantes com as narrativas indígenas, que articulam oralidade, ancestralidade e território. Promover a presença da palavra indígena no currículo constitui não apenas um ato de justiça histórica, mas também um passo fundamental para a consolidação de uma educação inclusiva, antirracista e intercultural, comprometida com o reconhecimento das múltiplas vozes que formam a identidade nacional.

Palavras-Chave: Educação intercultural; Lei n.º 11.645/08; políticas educacionais.

Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar críticamente sobre la presencia y la ausencia de las literaturas indígenas en el Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG), considerando la obligatoriedad de la Ley n.º 11.645/08, que establece la enseñanza de la historia y la cultura de los pueblos indígenas en la educación básica. El objeto de análisis es el propio documento curricular, especialmente en el componente de Lengua Portuguesa, con énfasis en cómo se contemplan (o se silencian) las producciones literarias de autoría indígena. La metodología adoptada es cualitativa y de carácter documental, basada en la lectura crítica del CRMG, priorizando la identificación de competencias y habilidades relacionadas con la literatura, así como las orientaciones pedagógicas sobre la formación lectora. El periodo de análisis abarca la versión vigente del currículo, entendida como resultado de disputas recientes en torno a la construcción de políticas públicas educativas. Desde el punto de vista teórico, la investigación parte de la comprensión del currículo como construcción política e ideológica y de la literatura como campo de disputa simbólica. También considera perspectivas de interculturalidad crítica y entiende la literatura indígena contemporánea

como expresión estética, epistemológica y política de resistencia. Los resultados revelan que, aunque el currículo menciona la valorización de la diversidad cultural y el respeto a las múltiples identidades, las referencias explícitas a las literaturas indígenas son escasas. Esta ausencia mantiene la centralidad de un canon literario eurocéntrico, dificultando el reconocimiento de las narrativas indígenas como formas legítimas de producción de conocimiento, memoria y arte. Se concluye que es necesario promover una revisión crítica de los contenidos prescritos, de las prácticas de selección de obras y de la propia concepción de literatura presente en los currículos. Además, se destaca la importancia de invertir en la formación docente, para que los profesores puedan mediar de manera sensible y crítica el contacto de los estudiantes con las narrativas indígenas, que articulan oralidad, ancestralidad y territorio. Promover la presencia de la palabra indígena en el currículo constituye no solo un acto de justicia histórica, sino también un paso fundamental para la consolidación de una educación inclusiva, antirracista e intercultural, comprometida con el reconocimiento de las múltiples voces que conforman la identidad nacional.

Palabras clave: Educación intercultural; Ley n.º 11.645/08; políticas educativas.

Abstract:

This study aims to critically reflect on the presence and absence of Indigenous literatures in the Minas Gerais Reference Curriculum (CRMG), considering the mandatory Law No. 11.645/08, which establishes the teaching of the history and culture of Indigenous peoples in basic education. The object of analysis is the curriculum document itself, particularly in the Portuguese Language component, with a focus on how Indigenous-authored literary productions are represented (or silenced). The methodology adopted is qualitative and documental, based on a critical reading of the CRMG, prioritizing the identification of competencies and skills related to literature, as well as the pedagogical guidelines for developing reading skills. The period of analysis covers the current version of the curriculum, understood as the result of recent debates regarding the construction of educational public policies. From a theoretical perspective, the research assumes the curriculum as a political and ideological construct and literature as a field of symbolic dispute. It also considers perspectives of critical interculturality and understands contemporary Indigenous literature as an aesthetic, epistemological, and political expression of resistance. The results reveal that, although the curriculum mentions valuing cultural diversity and respecting multiple identities, explicit references to Indigenous literatures are rare. This absence maintains the centrality of a Eurocentric literary canon, hindering the recognition of Indigenous narratives as legitimate forms of knowledge, memory, and artistic expression. It is concluded that it is necessary to promote a critical review of the prescribed content, the practices of selecting literary works, and the very conception of literature present in the curricula. Furthermore, it highlights the importance of investing in teacher training, so educators can sensitively and critically mediate students' contact with Indigenous narratives, which articulate orality, ancestry, and territory. Promoting the presence of Indigenous voices in the curriculum is not only an act of historical justice but also a fundamental step toward consolidating an inclusive, antiracist, and intercultural education, committed to recognizing the multiple voices that form the national identity.

Keywords: Intercultural education; Law No. 11.645/08; educational policies.

Introdução

O projeto curricular de ensino de Minas Gerais foi alicerçado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece os objetivos de aprendizagem e as habilidades exigidas aos estudantes no estado. No entanto, essa padronização causa controvérsias sobre sua eficácia em um país tão diverso, onde as particularidades locais podem ser ignoradas, prejudicando a relevância do ensino. Assim sendo, a implementação desse currículo em Minas Gerais requer uma

adaptação que atenda às diretrizes nacionais e atenda às particularidades locais. Sem essa contextualização, corre-se o risco de ignorar histórias e saberes tradicionais, fundamentais para a formação de uma educação verdadeiramente intercultural.

Este artigo se concentra na análise do plano de curso do componente curricular de Língua Portuguesa, inserido na área de Linguagens e suas Tecnologias no escopo educacional de Minas Gerais para o ano de 2024. O foco desta análise é investigar como esse componente incorpora e aborda a Lei n.º 11.645/08, com ênfase específica nas histórias e culturas indígenas no currículo do Novo Ensino Médio. O objetivo é examinar a adequação das estratégias curriculares para a inclusão dessas temáticas e identificar os desafios e avanços na prática pedagógica.

O Plano de Curso adotado é um documento que organiza os conteúdos por ano e componente curricular, conforme as legislações vigentes. Atualizado anualmente, orienta a prática pedagógica ao dividir as habilidades por bimestre, promovendo uma progressão gradual de complexidade. Também oferece sugestões de atividades e conteúdos, que prometem facilitar o planejamento dos professores e garantir uma abordagem pedagógica eficiente.

A análise documental se concentrará em vários aspectos, como a presença e a contextualização dos temas ligados às culturas indígenas no plano de curso. Será avaliado como o plano de curso engloba diretrizes para a abordar de textos e materiais que representam a diversidade cultural indígena, bem como a presença de estratégias pedagógicas que valorizam e respeitam às tradições e conhecimentos indígenas.

Adicionalmente, o estudo buscará identificar os desafios e avanços relacionados à aplicação da Lei n.º 11.645/08, observando como as diretrizes curriculares são traduzidas em práticas pedagógicas concretas. A análise também investigará se o plano de curso propõe métodos eficazes para o combate a preconceitos e estereótipos, e como incentiva a inclusão de perspectivas indígenas na prática educativa.

O objetivo final é colaborar para o aprofundamento da compreensão sobre a efetividade da implementação da legislação no ensino de histórias e culturas indígenas, fornecendo subsídios para a melhoria das práticas curriculares e pedagógicas. A partir dessa análise, pretende-se fornecer dados que possam auxiliar na construção de um currículo mais inclusivo e representativo fomentando uma educação que celebre a diversidade cultural e reconheça as contribuições dos povos indígenas.

É nessa direção que acreditamos que trabalhar com histórias e culturas indígenas na escola poderá mobilizar saberes, valores e práticas educativas capazes de preparar os estudantes para a compreensão da complexidade das sociedades multiculturais e desiguais em que vivemos e para interagir com diferentes grupos culturais.

Histórias e culturas indígenas no Currículo de MG: habilidades específicas em Língua Portuguesa

A promoção da diversidade cultural e étnica é um princípio fundamental tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n.º 9.394/96) quanto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018). A inclusão do ensino de história e cultura indígena, conforme estabelecido pela Lei n.º 11.645/08, amplia o acesso dos estudantes não-indígenas ao conhecimento sobre a rica diversidade étnica e cultural do país, proporcionando uma compreensão mais aprofundada e um maior respeito às diferentes identidades presentes na sociedade brasileira. No contexto educacional, essa perspectiva se reflete diretamente no Currículo Referência de Minas Gerais.

Homologado no final do ano de 2018 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o documento foi elaborado com base na BNCC, após uma revisão abrangente dos currículos das redes educacionais do estado, realizada em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação - SEE/MG e a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais - Undime-MG. Para o Ensino Médio, o Currículo foi homologado em abril de 2022 em consonância com as diretrizes do Novo Ensino Médio regulamentado pela Lei n.º 13.415/2017.

A implementação ocorre de maneira gradual: iniciou-se em 2022 com o 1º ano, foi expandida em 2023 para incluir o 1º e o 2º anos, e, a partir de 2024, alcança todos os três anos do Ensino Médio. Não é o caso de adentrarmos aqui na reestruturação que instituiu o Novo Ensino Médio, a qual, embora recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, tem gerado muitas críticas por parte das mais diferentes entidades pedagógicas e correntes educacionais, já que o nosso foco aqui é analisar como as referências curriculares do estado de Minas Gerais possibilitam o trato das histórias e culturas indígenas nas salas de aula.

A BNCC estabelece uma base comum de conhecimentos e habilidades para todos os estudantes, mas sua implementação também tem limitações. A padronização promovida pela BNCC pode, em alguns casos, reduzir a flexibilidade local necessária para atender às especificidades culturais e regionais. Ao tentar criar um currículo único e uniforme para um país com tamanha diversidade, pode acabar negligenciando as particularidades locais, como as histórias e culturas indígenas, que muitas vezes são tratadas de forma superficial ou estereotipada.

O Currículo Referência de Minas Gerais enfrenta desafios semelhantes durante sua implementação. Embora haja uma tentativa de integrar temas como a diversidade cultural e étnica, o plano de curso esbarra em obstáculos como a insuficiência de recursos materiais e infraestrutura adequada, dificultando a concretização das propostas educacionais. Além disso, a formação continuada dos educadores, crucial para a aplicação eficaz das novas diretrizes, muitas vezes não é oferecida de maneira adequada. A falta de capacitação específica para lidar com novos conteúdos e metodologias pode criar um descompasso entre o que é planejado e o que realmente é discutido em sala de aula. Assim, mesmo com a revisão curricular para incorporar temas de inclusão e diversidade, a ausência de suporte apropriado impede que essas diretrizes se traduzam em práticas pedagógicas efetivas.

A implementação gradual do currículo também apresenta o desafio de integrar essas mudanças de forma coerente. Muitas instituições de ensino não possuem condições necessárias para se adequar as novas demandas, o que pode resultar em uma aplicação inconsistente das diretrizes. Como consequência, as promessas de inclusão e diversidade muitas vezes não se concretizam

completamente o que perpetua as disparidades e limita o impacto positivo que essas mudanças poderiam ter na educação dos estudantes.

Examinaremos aqui a integração das competências do Plano de Curso de Língua Portuguesa do Currículo mineiro para a valorização das culturas indígenas no Ensino Médio. Embora as diretrizes tenham o objetivo de promover uma educação inclusiva, é essencial investigar se elas efetivamente incentivam uma compreensão crítica das práticas de linguagem e representações culturais, especialmente para grupos historicamente marginalizados.

No contexto educacional, habilidades referem-se às competências específicas que os alunos devem desenvolver para aplicar o conhecimento de maneira prática e eficaz. Essas competências incluem o pensamento crítico, a comunicação clara, a colaboração, a pesquisa e a capacidade de adaptação a diferentes contextos. A análise buscará entender como essas competências são utilizadas para integrar e valorizar as tradições e narrativas indígenas no ambiente escolar, avaliando a eficácia das práticas educacionais e identificando tanto os aspectos positivos quanto as lacunas na inclusão e representação dos povos indígenas no currículo.

A análise dessas habilidades revela a intenção de enriquecer o currículo com elementos que deveriam valorizar as tradições indígenas. No entanto, é fundamental questionar se essa intenção se concretiza na prática educacional e se o currículo realmente oferece um espaço significativo para as culturas indígenas. Avaliar criticamente essas diretrizes, é crucial para medir seu impacto real na promoção de uma visão mais inclusiva e respeitosa das culturas indígenas. Portanto, é importante investigar se o currículo não apenas inclui, mas também exalta a diversidade cultural, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e consciente de sua pluralidade.

A proposta curricular de Minas Gerais para a disciplina de Língua Portuguesa no Novo Ensino Médio busca integrar e valorizar as culturas indígenas, mas sua implementação apresenta desafios significativos. A análise crítica das habilidades e orientações pedagógicas evidencia a necessidade de estratégias mais consistentes para garantir uma educação inclusiva e reflexiva.

A habilidade EM13LGG202MG, centrada na análise das relações de poder e das concepções de mundo nos discursos, deveria articular-se à EM13LGG205MG, que aborda as tradições indígenas. Essa integração permitiria que os alunos reconhecessem as culturas indígenas e refletissem criticamente sobre as dinâmicas de poder que moldam suas representações. No entanto, se a abordagem for superficial, a compreensão pode se restringir a estereótipos.

Habilidades como EM13LP03MG, que analisa intertextualidade e interdiscursividade, e EM13LGG106MG, que trata do uso linguístico da informação em diversos gêneros, devem trabalhar juntas para que os alunos compreendam como os discursos sobre culturas indígenas são construídos e difundidos. Sem análise crítica das representações em múltiplas mídias, a compreensão pode permanecer fragmentada.

A EM13LP52MG, voltada à análise de obras literárias, incluindo a literatura indígena, deve oferecer espaço para explorar a diversidade cultural e refletir sobre como essas obras dialogam com o presente e influenciam a construção de identidades.

Apesar das orientações pedagógicas incentivarem o uso de textos, músicas e filmes, a EM13LGG205MG é a única que aborda diretamente os povos indígenas, limitando a integração crítica e contínua do tema. A uniformidade das habilidades ao longo do currículo pode levar a uma abordagem superficial, desestimulando a exploração de novas perspectivas.

Grando, Stroher e Campos (2022) alertam que existem mais de 300 formas distintas de ser e se reconhecer como povo indígena. A falta de diversidade no tratamento das culturas perpetua estereótipos e simplificações, contrariando a Lei n.º 11.645. Além disso, a ausência de diretrizes claras e suporte para professores dificulta a aplicação efetiva das orientações, comprometendo a participação dos estudantes e a qualidade da educação inclusiva e crítica.

Plano de curso do currículo de MG: cultura e história indígena em foco

No primeiro ano do ensino médio, não há orientações específicas quanto à forma de trabalhar a literatura, devido às modificações curriculares implementadas pelo Novo Ensino Médio. As escolas literárias, que tradicionalmente eram

distribuídas ao longo das três séries do Ensino Médio, agora estão concentradas no segundo e no terceiro ano. O primeiro ano passa a abordar manifestações literárias contemporâneas, mas sem um direcionamento mais definido. Nas duas séries posteriores, todas as escolas literárias são contempladas, porém, o enfoque desta análise recai sobre aquelas que estão integradas à proposta de trabalhar a diversidade cultural dos povos originários.

A proposta de abordar a representação dos indígenas na literatura brasileira no segundo ano do Ensino Médio é um passo importante para a inclusão de uma perspectiva crítica nas narrativas históricas e culturais. No entanto, essa abordagem apresenta algumas limitações que precisam ser discutidas para garantir uma educação mais inclusiva e profunda.

Um ponto crítico no campo "objetos do conhecimento/ conteúdo relacionado", a única escola literária citada como sugestão para discutir a invisibilidade dos povos originários na literatura brasileira é o Realismo, mesmo que Arcadismo e Romantismo possuam obras emblemáticas que também necessitam de uma visão desconstruída. A omissão dessas escolas literárias como sugestão de trabalhar a temática é uma limitação significativa, pois tanto o Arcadismo quanto o Romantismo contribuíram para a construção de imagens idealizadas e estereotipadas dos indígenas. Trabalhar essas escolas é fundamental para desmantelar a perspectiva romantizada e ufanista que elas promovem. Isso é especialmente relevante, considerando que o documento curricular sugere, em várias ocasiões, a importância de se trabalhar a diferença entre ufanismo e pertencimento.

Ignorar essas escolas literárias pode resultar em uma compreensão incompleta da formação dos estereótipos e da narrativa nacionalista que influenciou a visão sobre os povos originários do Brasil.

No Arcadismo, obras como *O Uraguai*, de Basílio da Gama (1996), e *Caramuru*, de José de Santa Rita Durão (2013), retomam a construção da imagem indígena. *O Uraguai* narra a guerra entre portugueses, espanhóis e indígenas nas Missões Jesuíticas, criticando o papel dos jesuítas na defesa dos direitos indígenas como forma de dominação.

Em *Caramuru,* uma epopeia do descobrimento da Bahia, o foco é enaltecer os feitos do português Diogo Álvares Correa e sua adaptação aos costumes indígenas, antecipando a aculturação. A indígena Paraguaçu, amada pelo protagonista, é descrita com características europeias, simbolizando que os indígenas seriam "civilizados" ao se aproximarem da cultura europeia.

Antes de abordar o Realismo, é importante refletir sobre a idealização da figura feminina indígena na literatura brasileira. Obras como *Iracema*, de José de Alencar (1990), exemplificam essa tendência ao romantizar o processo de colonização do Brasil. Iracema representa a natureza e a colonização do Brasil. Romantiza o processo de formação da população brasileira representada pela relação entre a indígena e o colonizador como se o processo de colonização tivesse ocorrido de forma amistosa e pacífica, o difundido mito da democracia racial que usa a mistura de raças para mascarar a injustiça social omitindo a questão central da sociedade brasileira: a desigualdade.

> é mais fácil dizer que o Brasil foi formado por um triângulo de raças, o que nos conduz ao mito da democracia racial, do que assumir que somos uma sociedade hierarquizada, que opera por meio de gradações e que, por isso mesmo, pode. Admitir, entre o branco superior e o negro pobre e inferior, uma série de critérios de classificação. [...] Na nossa ideologia nacional, temos um mito de três raças formadoras. Não se pode negar o mito. Mas o que se pode indicar é que o mito é precisamente isso: uma forma sutil de esconder uma sociedade que ainda não se sabe hierarquizada e dividida entre múltiplas possibilidades de classificação. (Damatta, 1986, P. 31-32)

Ao passar para a análise da Escola Literária Realista, a proposta curricular enfatiza a importância de reconhecer a invisibilidade ou a presença estereotipada de indígenas e negros nas obras desse período. Embora essa ênfase seja necessária, ela pode ser considerada limitada. Focar apenas na ausência ou distorção dessas identidades pode reforçar uma visão negativa e redutora, perpetuando a concepção de que os povos indígenas e negros são definidos principalmente pela falta de representação ou por uma imagem estereotipada.

Após um longo hiato na discussão sobre a presença indígena na literatura brasileira, o tema foi retomado no início do século XX pelos modernistas. Esses autores, em suas incursões pelo país, adotaram o conceito de antropofagia — um ritual indígena que incorpora as qualidades do devorado — para criar o Movimento

Antropofágico. Esse movimento visava assimilar outras culturas e reelaborar técnicas culturais para entender e definir a identidade brasileira.

Macunaíma, de Mário de Andrade (2007), personifica o Movimento Antropofágico. A obra, uma rapsódia surrealista, retrata a formação do povo brasileiro através do herói que viaja pelo país em busca de seu amuleto. A cena em que Macunaíma e seus irmãos se banham em água que os embranquece simboliza as três etnias que formaram o Brasil: o branco europeu, o negro africano e o nativo da terra. A transformação de Macunaíma em branco revela o racismo à brasileira, onde o branco é visto como ideal.

Mário de Andrade critica esse racismo ao criar personagens como o índio preguiçoso e o negro melancólico, forçando uma reflexão sobre a identidade brasileira por meio dos defeitos do personagem principal. A descrição de Macunaíma como uma criança feia e o silêncio que se segue após seu nascimento contrastam com a visão idealizada da indígena de José de Alencar em *Iracema.* Isso denuncia que o brasileiro mestiço é marginalizado e precisa esquecer suas origens para ser respeitado.

É preciso deixar claro que as obras aqui citadas são clássicas e sempre fizeram parte do currículo escolar, foram escritas por homens brancos e descendentes de europeus formados nos moldes da educação clássica europeia, não pelos próprios indígenas. Portanto, as representações dos povos nativos nessas narrativas refletem a perspectiva colonial, marcada pela idealização ou distorção da cultura indígena, servindo mais aos interesses dos colonizadores do que à realidade dos povos retratados.

A recomendação de incluir obras produzidas por autores indígenas, embora importante, não é suficientemente detalhada no currículo. A falta de orientação explícita pode resultar na exclusão dessas vozes contemporâneas, que são essenciais para uma compreensão mais rica e diversa da literatura e cultura brasileiras. Isso revela uma lacuna no currículo, que poderia ser preenchida com a integração clara de autores indígenas como Daniel Munduruku (2017; 2020), Eliane Potiguara (2018) e Ailton Krenak (2019; 2022) . Aliás, é fundamental que o currículo integre de forma explícita obras de autores indígenas contemporâneos no cânone

literário. A inclusão dessas obras não deve ser opcional, mas uma parte central do estudo da literatura brasileira, garantindo que as vozes indígenas sejam ouvidas e respeitadas no ambiente educacional.

De acordo com Danner; Peres e Danner (2020), a inclusão de obras produzidas por autores indígenas é fundamental, pois permite que as minorias culturais e étnicas se expressem diretamente, afirmando suas identidades no espaço público como agentes político-culturais. Isso garante que suas narrativas sejam apresentadas sem mediações que distorçam suas realidades, promovendo a autonomia e resistência contradiscursos preconceituosos.

Para superar essas limitações, é crucial que o currículo adote uma perspectiva que não apenas critique a invisibilidade e estereotipação, mas que também valorize e afirme a riqueza cultural e a resistência dos povos indígenas. Isso pode ser feito incorporando obras que apresentem representações positivas e autênticas dessas culturas, permitindo que os alunos tenham acesso a uma variedade de narrativas que desafiem os estereótipos e ofereçam novos modelos de identidade e resistência. Uma abordagem multidisciplinar e intercultural também pode enriquecer o ensino de literatura, combinando o estudo literário com disciplinas como história, sociologia e artes. Isso ajudaria os alunos a contextualizar melhor as representações literárias e a compreender as realidades vividas pelos povos indígenas no Brasil.

Outra proposta do plano de curso é incentivar a produção de conteúdo pelos próprios alunos, permitindo que eles criem textos e projetos que explorem de forma criativa e crítica as questões indígenas e negras. Essa prática pode incluir a produção de contos, poemas, ensaios ou projetos multimídia, promovendo uma compreensão mais profunda e engajada dessas culturas. É fundamental assegurar aos estudantes o acesso a orientações adequadas e recursos que os capacitem a explorar essas temáticas com sensibilidade e profundidade, evitando interpretações simplistas ou descontextualizadas.

A formação continuada dos professores é essencial para que eles estejam preparados para abordar essas questões de maneira crítica e inclusiva. O currículo deveria incluir a formação em temas como educação intercultural,

representatividade na literatura e a história e culturas indígenas, para que os professores possam conduzir discussões informadas e sensíveis sobre essas questões. Essa formação deve incluir treinamento específico, de preferência entrando em contato com a realidade dos povos originários para entender melhor como abordar e integrar as culturas indígenas de forma crítica e respeitosa, capacitando os educadores a promover um ensino mais inclusivo e reflexivo.

A proposta para o terceiro ano do ensino médio apresenta diretrizes importantes ao sugerir que os estudantes investiguem os povos que contribuíram para a formação cultural brasileira, identificando suas contribuições e explorando as fontes variadas sobre a formação da cultura do país. No entanto, ao analisar mais profundamente as diretrizes, é possível identificar algumas problemáticas que precisam ser abordadas para garantir que esses objetivos sejam realmente alcançados de forma inclusiva e crítica.

Primeiramente, a ênfase na investigação dos povos que fizeram parte da formação cultural brasileira é, sem dúvida, necessária e enriquecedora. Contudo, a proposta do currículo não explicita a necessidade de incluir uma perspectiva crítica ao investigar essas contribuições. Falar sobre a formação cultural brasileira sem problematizar as dinâmicas de poder envolvidas nesse processo pode resultar em uma narrativa simplificada que ignora as relações de dominação, exploração e resistência que marcaram a história do país. É fundamental que o currículo incentive uma investigação que vá além do reconhecimento das contribuições culturais, abordando também os impactos negativos do colonialismo, da escravidão e da marginalização das populações indígenas e afro-brasileiras ao longo do tempo.

Ademais, a proposta de realizar pesquisas em fontes variadas sobre a formação da cultura brasileira é uma oportunidade valiosa para promover uma educação mais diversificada e multidimensional. No entanto, o currículo não esclarece quais tipos de fontes devem ser incluídas, nem como essas fontes devem ser analisadas. Sem uma orientação adequada, há o risco de os estudantes recorrerem a fontes que perpetuam visões estereotipadas ou eurocêntricas sobre a cultura brasileira. Para evitar isso, é crucial que o currículo promova a utilização de fontes que incluam as diferentes vozes e perspectivas das comunidades

indígenas, afro-brasileiras e outras minorias culturais, permitindo uma compreensão mais abrangente e representativa da formação cultural do Brasil.

Outro ponto a ser problematizado é a proposta de analisar a construção do vocabulário brasileiro. Embora seja importante estudar como o vocabulário reflete a diversidade cultural do país, o currículo não sugere uma abordagem crítica que explore como a linguagem também pode perpetuar preconceitos e estereótipos. A construção do vocabulário brasileiro não é neutra; ela foi moldada por processos históricos que incluem a imposição de uma língua oficial, a marginalização de línguas indígenas e africanas, e a criação de termos que reforçam hierarquias sociais.

> Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar de dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer.
>
> Essa é sua dimensão política. (Orlandi, 2007, p 53)

Portanto, ao estudar o vocabulário, é essencial que os estudantes sejam encorajados a questionar e desconstruir os significados e conotações que certas palavras carregam, promovendo uma linguagem mais inclusiva e consciente. Por fim, o currículo sugere que o desenvolvimento de atividades e discussões em torno das Escolas Literárias

> [...] considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns [...] são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, fornecendo os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos) que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo, como sistema simbólico. (Cândido, 2000, p. 23)

O que permite que os estudantes estabeleçam conexões entre a literatura e outros campos do saber, como a História, a Arte e a Filosofia. Embora essa interdisciplinaridade seja valiosa, o currículo novamente falha ao não especificar como essas conexões devem ser feitas. Há o risco de que as discussões permaneçam superficiais ou desvinculadas das realidades culturais e sociais contemporâneas se não houver uma orientação clara sobre como integrar essas

disciplinas de forma crítica e reflexiva. Além disso, a literatura indígena e afro-brasileira é frequentemente marginalizada ou tratada como um adendo às escolas literárias mais tradicionais. É essencial que o currículo valorize essas literaturas como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, incentivando uma análise que respeite e valorize as narrativas desses povos, ao invés de colocá-las em segundo plano.

Enquanto o currículo do terceiro ano propõe atividades que podem potencialmente enriquecer a compreensão dos estudantes sobre a formação cultural brasileira, ele precisa ser aprimorado para garantir que essas atividades sejam realizadas de forma crítica, inclusiva e acessível. Isso inclui uma análise mais profunda das dinâmicas de poder na formação cultural, a promoção de fontes diversas e representativas, a realização de trabalhos de investigação de maneira equitativa e respeitosa, a desconstrução crítica do vocabulário brasileiro, e a valorização integral das literaturas indígenas e afro-brasileiras. Somente assim será possível formar estudantes que não apenas reconheçam, mas também respeitem e valorizem a complexidade e diversidade da cultura brasileira.

Para enfrentar os desafios identificados e aprimorar a implementação do currículo, é imprescindível adotar diversas medidas: em primeiro lugar, é fundamental assegurar a integração contínua e crítica das habilidades relacionadas às culturas indígenas. Isso significa evitar uma abordagem pontual e superficial. Isso permitirá uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das culturas indígenas, incentivando uma análise mais abrangente e enriquecedora por parte dos alunos.

As diretrizes claras e os recursos adequados são igualmente relevantes. As orientações pedagógicas devem fornecer diretrizes precisas para a execução de atividades que envolvam a diversidade cultural. Além disso, é necessário que os docentes obtenham acesso a materiais didáticos específicos e recursos de apoio, facilitando a prática efetiva dessas atividades e assegurando que a inclusão da cultura indígena seja bem fundamentada.

Outro aspecto relevante é a adaptação e progressão do currículo. Este deve ser ajustado para refletir as diferentes necessidades e níveis de maturidade dos

estudantes em cada série. A progressão educacional deve contemplar variações nas atividades e abordagens, incentivando um aprofundamento gradual e significativo da compreensão das culturas indígenas. Isso permitirá que os estudantes ampliem o conhecimento de forma aprofundada durante a sua trajetória escolar.

Finalmente, é importante implementar um sistema de avaliação e ajustes que permita monitorar a eficácia da integração das culturas indígenas no currículo. A coleta da opinião de alunos e professores será fundamental para ajustar e aprimorar continuamente a abordagem pedagógica. Esse sistema de avaliação ajudará a identificar áreas de sucesso e pontos que precisam de melhorias, assegurando uma educação que evolui e se adapta às necessidades dos estudantes e às demandas do currículo.

Considerações Finais

A análise crítica do Currículo de Minas Gerais aponta avanços na promoção da diversidade cultural e étnica, mas revela desafios que ainda comprometem uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. Embora a inclusão das culturas indígenas, conforme a Lei n.º 11.645/08, seja um passo significativo para valorizar a diversidade étnica do Brasil, a implementação desses princípios enfrenta barreiras que limitam a eficácia das diretrizes curriculares.

As reestruturações curriculares estabelecidas pelo Novo Ensino Médio não foram acompanhadas por infraestrutura e formação docente adequadas, o que compromete os objetivos educacionais e muitas vezes resulta em uma formação que não desenvolve plenamente cidadãos críticos e conscientes. Além disso, o enfoque utilitarista, que prioriza a preparação para o mercado de trabalho, tende a marginalizar a formação crítica promovida pelas ciências humanas.

A padronização imposta pela BNCC, aliada às limitações do Currículo Referência de Minas Gerais em abordar as especificidades culturais regionais, como as histórias e culturas indígenas, demonstra que a tentativa de uniformizar o currículo pode negligenciar particularidades locais. A superficialidade na abordagem dessas culturas e a falta de recursos e formação continuada para

educadores são obstáculos que precisam ser superados para garantir uma integração efetiva dos conteúdos indígenas.

A análise das habilidades do Plano de Curso de Língua Portuguesa mostra a intenção de valorizar as culturas indígenas, mas expõe falhas na aplicação prática dessas diretrizes. A integração crítica e contínua das habilidades é rara, e a ausência de suporte aos professores resulta em abordagens superficiais. A uniformidade das habilidades e a falta de adaptação às necessidades dos alunos também limitam o potencial do currículo.

Para melhorar a implementação do currículo e garantir uma educação inclusiva, é importante priorizar a integração crítica das culturas indígenas, atualizar constantemente os educadores e disponibilizar diretrizes claras e recursos apropriados, de modo que a escola possa desafiar os discentes a desenvolver novos tipos de conhecimento, dialogando com diversos conhecimentos e culturas.

É relevante também que a adequação do currículo às demandas dos estudantes proporcione um aprofundamento gradual e significativo dessas culturas, monitorado por um sistema de avaliação contínua, ajustando-se conforme o feedback de alunos e professores.

Por fim, importa destacar ainda a necessidade de promover a colaboração entre família, escola e comunidade, reconhecendo a responsabilidade compartilhada pela formação integral do ser humano, criando um ambiente que valorize a diversidade cultural e étnica e prepare os estudantes para atuar de forma crítica na sociedade plural em que vivemos.

Referências

ALENCAR, José. **Iracema.** Ática, 22° Ed. SP, 1990. 87p.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.** Rio de Janeiro: Agir, 2007.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília–DF: Presidência da República, [1996].

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 de agosto 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília–DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm?msclkid=0c0d30. Acesso em: 27/08/2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que estabelece a diretriz e bases da educação nacional. Estabelece as diretrizes para a educação básica e para a educação profissional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília–DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6º ed. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda., 2000.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** ROCCO LTDA. Rio de Janeiro, 1986.

DANNER, L. F., DORRICO PERES, J. S., y DANNER, F. (2020). Autoria, autonomia, ativismo: educar e politizar pela e para a escrita – notas sobre a literatura indígena brasileira contemporânea. **Visitas Al Patio**, *14*(2), 61–85. https://doi.org/10.32997/RVP-vol.14-num.2-2020-2780

DURÃO, José de Santa Rita. **Caramuru**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 326 p.

GAMA, Basílio da. **Obras Poéticas**. Organização de Ivan Teixeira. São Paulo: Edusp, 1996.

GRANDO, Beline Saléte; STROHER, Jonathan; CAMPOS, Neide da Silva. (org.). **Povos indígenas, formação de professores e educação intercultural:** diálogos com a lei n.º 11.645/08, Maringá: Eduem, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MINAS GERAIS**. Currículo Referência de Minas Gerais** – planos de curso: linguagens e suas tecnologias. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2024. Disponível em: https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg. Acesso em: 04/03/2025.

MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 2**: sobre vivências, piolhos e afetos: Roda de conversa com educadores. 1º ed. Lorena–SP: UK'A Editorial, 2017.

MUNDURUKU, Daniel**. Mundurukando 1:** sobre saberes e utopias. 2º ed. Ampl. E atual. Lorena: Uk'a, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 6º ed. Campinas–SP. Editora da Unicamp, 2007.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3ª ed. Grumin, 2018.

DA INVISIBILIDADE À REEXISTÊNCIA:

O Direito à Literatura e as Vozes Dissidentes como condição humana – Posfácio

Carlos Alberto Correia (UFRA/GELICS)

Bianca Dorothea Batista (UFRA/GELICS)

Resumo:

Este texto constitui o posfácio do I Simpósio em (In)visibilidades, Literatura, Educação e Diversidade (I SILED), articulando o direito à literatura como um bem humano incompressível e indispensável à humanização. A partir dos aportes teóricos de Antonio Candido, Gayatri Spivak e Hugo Achugar, reflete-se sobre como o cânone ocidental e eurocêntrico historicamente invisibilizou e apagou as vozes de sujeitos subalternizados. Em contraposição a esse histórico de silenciamento, emergem as escritas de autoria negra, indígena, feminina, trans, lésbica e periférica como atos de insurgência ética e estética. O texto aborda a dialética entre visibilidade e invisibilidade no ensino e na crítica literária, organizada em quatro eixos fundamentais: a crítica aos estigmas de gênero e à maternidade compulsória, as dissidências de gênero e sexualidade, o combate ao racismo estrutural via escrevivências afro-brasileiras e a decolonialidade curricular com o resgate da palavra indígena. A literatura é afirmada como território de disputa, memória, corpo e reexistência, abrindo caminhos para a transformação social e para a garantia dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Literatura de Resistência; Reexistência; Vozeio Dissidente; Decolonialidade.

Resumen:

Este texto constituye el posfacio del I Simposio en (In)visibilidades, Literatura, Educación y Diversidad (I SILED), articulando el derecho a la literatura como un bien humano incompresible e indispensable para la humanización. A partir de los aportes teóricos de Antonio Candido, Gayatri Spivak y Hugo Achugar, se reflexiona sobre cómo el canon occidental y eurocéntrico históricamente invisibilizó y borró las voces de sujetos subalternizados. En contraposición a este historial de silenciamiento, emergen las escrituras de autoría negra, indígena, femenina, trans, lésbica y periférica como actos de insurgencia ética y estética. El texto aborda la dialéctica entre visibilidad e invisibilidad en la enseñanza y la crítica literaria, organizada en cuatro ejes fundamentales: la crítica a los estigmas de género y a la maternidad compulsoria, las disidencias de género y sexualidad, el combate al racismo estructural mediante escrituras afrobrasileñas y la decolonialidad curricular con el rescate de la palabra indígena. La literatura se afirma como territorio de disputa, memoria, cuerpo y reexistencia, abriendo caminos para la transformación social y la garantía de los Derechos Humanos.

Palabras clave: Derechos Humanos; Literatura de Resistencia; Reexistencia; Voces Disidentes; Decolonialidad.

Abstract

This text serves as the afterword for the 1st Symposium on (in)visibilies, Literature, Education, and Diversity (I SILED), framing the right to literature as an incompressible human good essential for humanization. Drawing on theoretical insights from Antonio Candido, Gayatri Spivak, and Hugo Achugar, it reflects on how the Western and Eurocentric canon has historically invisibilized and erased the voices of subalternized subjects. In opposition to this history of silencing, writings by Black, Indigenous, women, trans, lesbian, and peripheral authors emerge as acts of ethical and aesthetic insurgence. The text addresses the dialectic between visibility and invisibility within

teaching and literary criticism, structured around four primary axes: the critique of gender stigmas and compulsory motherhood, gender and sexual dissidence, combating structural racism through Afro-Brazilian writings, and curricular decoloniality by reclaiming Indigenous voices. Literature is affirmed as a site of struggle, memory, body, and re-existence, paving the way for social transformation and the advancement of Human Rights.

Keywords: Human Rights; Resistance Literature; Re-existence; Dissident Voices; Decoloniality.

A leitura crítica da literatura e das diversas produções em diferentes linguagens permite um olhar a partir dos percursos culturais e sociais que a reconhece como um campo de tensão a partir de uma disputa simbólica, política e epistemológica. Por séculos, o cânone ocidental e eurocêntrico estabeleceu barreiras de interdição que invisibilizaram, estereotiparam ou deslegitimaram as produções estéticas e o direito à autoria de sujeitos historicamente subalternizados, sendo necessário a tão pertinente pergunta: Pode o subalterno falar? (Spivak, 2010).

Diante desse histórico de apagamento, as escritas de autoria negra, indígena, feminina, lésbica, trans e de periferia emergem não como uma concessão do sistema cultural, mas como uma insurgência ética e política que reescrevem o mundo a partir das vivências, da carne, da memória e do território, fazendo se ouvir a partir de um “balbucio” (Achugar, 2006) que rompe a barreira dos silenciamentos.

É nessa mirada crítica, com o rompimento do silêncio a partir das possibilidades apresentadas pelas múltiplas vozes e diversificados contextos de produção, que se insere este posfácio, articulado a partir das temáticas e dos eixos presentes nos artigos do I Simpósio em (In)visibilidades, Literatura, Educação e Diversidade (I SILED).

Como empreendimento acadêmico comprometido com a humanização e a justiça social por meio da literatura e das linguagens, o I SILED consolidou um espaço transdisciplinar de problematização, de argumentação e teorização crítica. Pautado a partir da leitura e de narrativas que abarcaram o não silenciamento das margens manifestado nesta coletânea que trouxe a análise de poéticas de uma reexistência.

Nesse viés, ao pensar a literatura como força de reexistência, pauta-se nos apontamentos clássicos de Antonio Candido (2011) que versou sobre a relação entre Literatura e Direitos Humanos. Candido aponta que a fruição da arte e da literatura não constitui um mero ornamento estético ou um privilégio de elites refinadas, mas sim uma necessidade humana universal.

Ao distinguir entre "bens compressíveis" (aqueles supérfluos que podem ser dispensados) e "bens incompressíveis" (aqueles indispensáveis à sobrevivência física e à integridade espiritual, como alimentação, moradia, saúde, instrução e liberdade), o crítico demonstra que a literatura figura na categoria dos bens incompressíveis, visto que sua negação implica a mutilação da própria personalidade e da condição humana. (Candido, 2011, p. 173)

Definida como "o sonho acordado das civilizações", a criação ficcional e poética atua como um fator insubstituível de humanização. Ela confirma no indivíduo a capacidade de reflexão, o refinamento das emoções e a empatia com o semelhante.

> Não há povo e não há homem que possa viver sem ela [a literatura], isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado (Candido, 2011, 174).

O fio condutor que atravessa as reflexões do evento traduz-se no diálogo teórico sobre a dialética da visibilidade e invisibilidade. Trata-se de apreender como dispositivos estatais, pedagógicos, editoriais e morais atuam para invisibilizar corpos e poéticas marginalizadas, em contraposição aos movimentos de insurgência estética que convertem a palavra escrita em instrumento de afirmação da vida e restauração da dignidade humana.

Desse modo, identificamos a partir de Hugo Achugar em “Planeta sem boca” (2006) a insurgência desta resistência que se mostra a partir do corpus de estudo destes artigos apresentados no evento. O “balbucio” externado nestas vozes de crítica reafirmam o orgulho na alteridade e na diferença, uma vez que que se recusa a assimilação acrítica aos modelos do centro. A partir do resgate da memória local, do reconhecimento da situacionalidade do receptor e do lugar de enunciação (de

onde se fala), o sujeito periférico transforma a margem em centro de produção de valor, erigindo uma verdadeira "carteira de diferenças" contra a homogeneização da globalização (Achugar, 2006).

Os textos que se apresentam neste volume, estruturam-se a partir da integração de quatro eixos fundamentais: a crítica aos estigmas de gênero e à maternidade compulsória; a emergência poética das dissidências de gênero, lesbianidades e corpos trans; o combate ao racismo estrutural mediante as escrevivências afro-brasileiras; e a descolonização do currículo escolar a partir do resgate da palavra indígena. Em seu conjunto, tais eixos demonstram que a visibilidade poética é pressuposto inalienável para a consolidação de uma sociedade efetivamente pautada pelos Direitos Humanos.

A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante (Candido, 2011, 175).

As reflexões consolidadas nas páginas desta coletânea, no âmbito do I SILED, não se encerram na diagnose crítica do presente; elas projetam agendas de transformação profunda para os campos do ensino de literatura, dos estudos da linguagem, da elaboração curricular e da defesa incondicional dos Direitos Humanos.

Ao percorrer os textos que compõem esta edição, o fio condutor que se delineia é o corpo como arquivo, território de disputa e lugar de enunciação. Articulando literatura, análise do discurso, estudos de gênero, raça e decolonialidade, os artigos aqui reunidos problematizam modos de invisibilização e de resistência que atravessam a experiência de sujeitos historicamente subalternizados. Em comum, as publicações evidenciam que a literatura e a linguagem não apenas representam desigualdades, mas também participam da construção de imaginários, identidades e formas de enfrentamento.

Em conjunto, as publicações revelam a potência crítica de se pensar o corpo, a memória e a linguagem como categorias políticas. Seja na denúncia do racismo estrutural, no resgate de vozes femininas apagadas, na afirmação da ancestralidade ou na análise de discursos sobre gênero e sexualidade, os textos convergem para a defesa da literatura e da pesquisa acadêmica como espaços de visibilidade, escuta e transformação social.

O convite é que o leitor percorra estes trabalhos com a atenção voltada para as (in)visibilidades que eles tornam legíveis e para as resistências que ajudam a nomear.

Em suma, as contribuições do I SILED reafirmam que, mesmo diante dos traumas, das exclusões e das tentativas de silenciamento, a literatura de resistência escreve, ilumina, permanece e abre caminhos para um futuro verdadeiramente justo, democrático e humano.

Referências

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca: escritos, efêmeros sobre a arte, cultura e literatura.** Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2006.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Duas Cidades, 2011. p. 171–193.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adriele Oliveira de Sousa

Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e pós-graduanda em Educação Especial e Inclusiva pela FAVENNI. Desenvolve pesquisas em Literatura, investigando as relações entre literatura afro-brasileira, identidade negra, memória e ancestralidade. E-mail: oliveiraadriele944@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/4013510309277260.

Ana Lígia Rodrigues Drago

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Pará (PPGEL/UFPA – Campus Cametá) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela mesma instituição. Desenvolve pesquisas na linha de Discurso, Literaturas e Representações. E-mail: ana.drago@ilc.ufpa.br; Lattes: https://lattes.cnpq.br/4997284183044944.

Anderson Pinto Soares

Doutorando em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestre em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas (CESTB/UEA). Pesquisa gênero e sexualidade na literatura e linguagens artísticas, integrando o grupo ELLIOT (UNEB). E-mail: andersonpintosoares05@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/5666580905943091; ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2307-630X.

Angela Teodoro Grillo

Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio pós-doutoral no IEB-USP. Professora Adjunta da Faculdade de Letras (FALE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do grupo de pesquisa Mil Marias: Imagens da Mulher na Poesia de Língua Portuguesa (UFPA/CNPq). E-mail: angelagrillo@ufpa.br; Lattes: https://lattes.cnpq.br/6720824332014356.

Asley di Luca da Silva Vieira

Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Especialista em Gestão Pública pelo IFSC, Licenciado em Pedagogia e graduando em Letras. Professor efetivo e pesquisador-bolsista FAPESC nas áreas de educação ambiental, diversidade cultural, linguística, filosofia da educação, estudos decoloniais e formação docente. E-mail: asley.diluca@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/8254223883345272; ORCID: https://orcid.org/0009-0005-6651-9045.

Bianca Dorothéa Batista

Doutora e Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com graduações em Língua Portuguesa (UFRJ) e Língua Inglesa (UNIUBE). Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e integrante dos grupos GELLA, GEBAKH e GELICS. Pesquisa Análise Crítica do Discurso, Análise do Discurso Digital, Linguística Aplicada, literatura de viagem e patemização. E-mail:

bianca.batista@ufra.edu.br; Lattes: https://lattes.cnpq.br/9453952392555730; ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9476-2089.

Brayna Conceição dos Santos Cardoso

Doutora em Letras/Linguística pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pós-Doutora pela Universidade de Pernambuco (UPE). Professora Adjunta do ILC/UFPA, docente do PPGCITE/UFPA e coordenadora do Grupo de Pesquisa GELINDA/UFPA. Pesquisa léxico, variação linguística, ensino de língua portuguesa e livros didáticos na Amazônia. E-mail: braynacardoso@ufpa.br; Lattes: https://lattes.cnpq.br/2077050308232135; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9358-5145.

Camilly Victória dos Santos Pais

Graduanda em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e bolsista PIBIC/CNPq pelo Projeto Entre Letras. Pesquisa temas voltados à Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa e Ensino de Língua Portuguesa. E-mail: camillypais93@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/2298508842226062.

Carlos Alberto Correia

Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis), Mestre em Estudos de Linguagens (UFMS) e Licenciado em Letras (FFCLP). Professor do corpo docente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Atua na área de Letras com ênfase em Literatura Comparada, adaptação audiovisual, mídias e tecnologias. E-mail: carlos.correia@ufra.edu.br; Lattes: https://lattes.cnpq.br/8561510670680874.

Cristal Ferreira de Moura

Graduanda do curso de Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: mouracristal97@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/8440258588506821.

Eduardo Venicios Lima Pontes

Graduando do curso de Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: eduardopontes2018@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/0790727898339499.

Eliene da Silva Alves

Mestra em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE/UFPA), Licenciada em Educação do Campo (UFPA), Especialista em Ensino de Ciências da Natureza e graduanda em Letras – Espanhol (UFPA). Pesquisa língua espanhola, saberes amazônicos, léxico, literatura, feminismo e lesbianidades. E-mail: elienyalves@hotmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/0396511157495020; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3761-5821.

Isabela Prestes Ferreira

Pós-graduanda em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Minas (FACUMINAS) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Pesquisa Literatura Comparada, Maternidade e Literatura Afro-brasileira. E-mail: isabelaprestes753@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/4571586372735388; ORCID: https://orcid.org/0009-0003-4985-7945.

Jomson Teixeira da Silva Valoz

Doutor e Mestre em Linguística (UFAL), com pós-doutorado pela UFRGS. Professor Adjunto, coordenador do curso de Letras e docente do PROFLETRAS na Universidade de Pernambuco (UPE – Garanhuns), e docente permanente do PPGL/UFAL. Integra o Grupo Ferdinand de Saussure (CNPq), o GT Estudos Saussurianos (ANPOLL) e o NuQueer (UFRPE). Pesquisa epistemologia da linguística, teorias saussurianas/benvenistianas, descrição do português brasileiro e ensino de gramática. E-mail: jomson.silva@upe.br; Lattes: https://lattes.cnpq.br/1560074891655247; ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5768-8289.

Joyce Baia e Baia

Graduanda em Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: joycebaia086@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/3112134181257108; ORCID: https://orcid.org/0009-0008-2790-3580.

Juliete Antônia Figueiredo da Mata

Mestra em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Licenciada em Letras. Pesquisa a produção literária de mulheres indígenas no Brasil sob abordagens decoloniais, identitárias e de gênero. E-mail: damatajuliete0@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/7640930534228995; ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9016-1980.

Kelly Nazaré Ribeiro Passos

Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: 20kellynazare18@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/8927113244463877.

Marcelo Spitzner (Organizador)

Doutor e Mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Licenciado em Letras (UEPG). Professor Adjunto de Estudos Literários e Diretor da DIGEPS/Proen na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Coordenador do Projeto Literatura e (In)visividades e membro do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade na Amazônia. Pesquisa sexualidades dissidentes, gênero, raça e interseccionalidades no cinema e na literatura sob a ótica das teorias queer, feministas e decoloniais. E-mail: marcelo.spitzner@ufra.edu.br; Lattes: https://lattes.cnpq.br/6857924075237579; ORCID: https://orcid.org/0009-0004-5765-8919.

Marco Antonio Chandía Araya

Doutor em Literatura Chilena e Latino-Americana, Mestre em Estudos Latino-Americanos e Pós-Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada. Atua como professor e pesquisador com ênfase em imaginários urbanos, literatura hispano-americana e teoria crítica literária. E-mail: chandia@ufpa.br; Lattes: https://lattes.cnpq.br/9774804288895317; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6262-595X.

Maria Elieni Cardoso de André

Licenciada em Educação do Campo e graduanda em Letras – Espanhol pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista PIBIC/UFPA em projeto sobre cultura moderna latino-

americana. Pesquisa ensino-aprendizagem, metodologias ativas, feminismo, literatura e lesbianidades. E-mail: enecardoso22@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/8525045749952074; ORCID: https://orcid.org/0009-0001-3697-6641.

Maria Glafira da Costa Rodrigues

Especialista em Literatura Brasileira pela Faculdade de Minas (FACUMINAS) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Atua em pesquisas sobre Literatura Brasileira, Literatura Comparada e Educação. E-mail: maria.glafira.ea@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/5312801343413185.

Maria Luísa de Souza Nunes

Graduanda em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus X). Pesquisa na área de Literatura Comparada, investigando as representações do racismo e da objetificação de corpos negros nas obras O Avesso da Pele e Olhos d'Água. E-mail: malununes145@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/1901492199829031.

Rayssa Lorrana Silva Lemos

Licenciada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e escritora. Desenvolve pesquisas e produções artísticas articulando escrita literária, história, memória, gênero e raça sob uma perspectiva interseccional. E-mail: rayssalemos015@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/5514008178963151; ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9893-4302.

Sóstenes Ericson Vicente da Silva

Doutor em Linguística (PPGLL/UFAL). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), líder do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD/CNPq) e membro da AbraDis. Pesquisa discurso, trabalho, gênero, saúde coletiva e educação. E-mail: sericson.ufal@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/1308353368649852; ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0905-1376.

Valci Vieira dos Santos

Doutor em Estudos Literários/Literatura Comparada (UFF) e Pós-Doutor em Letras pela UFRJ e UFES. Professor Pleno e docente permanente do PPGL da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador do Real Gabinete Português de Leitura e do GEICEL/UNEB. Pesquisa Literaturas de Língua Portuguesa, literatura transgressora, relação campo/cidade e literatura portuguesa moderna e contemporânea. E-mail: vsantos@uneb.br; Lattes: https://lattes.cnpq.br/4917666936760334.

Vanessa Rodrigues dos Santos

Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus X). Professora da Educação Básica e integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Linguísticos e Literários do Território de Identidade Extremo Sul da Bahia (ELLIOT). E-mail: vr23908@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/0111642163586332.

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira

Doutora e Mestra em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Efetiva da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e autora do livro O amor na obra Tutaméia (1967) de Guimarães Rosa. E-mail: wanubyacampelo@gmail.com; Lattes: https://lattes.cnpq.br/0654222747775330; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6557-0827.



9786583199904ISBN 978-65-83199-90-4

thesis editora científica